



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PROCESSO Nº: 23086.030038/2025-76

ASSUNTO: ACT entre a UFVJM e a École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes-ENSCR

OBSERVAÇÕES:

DIAMANTINA/MG, 19 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Margareth Gomes Rodrigues Drumond**, **Diretor (a)**, em 14/05/2025, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1681563** e o código CRC **03A9415A**.



Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba,
Diamantina/MG - CEP 39100-000



Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23086.030038/2025-76

SEI nº 1681563

Ministério da Educação (MEC)

Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères (MEAE)
Ambassade de France au Brésil et DGM
Ministère de l'Enseignement supérieur et de la recherche (MESR)
Délégation aux affaires européennes et internationales (DAEI)
Conférence des Directeurs des Écoles Françaises d'Ingénieurs
(CDEFI)

COOPERAÇÃO FRANCO-BRASILEIRA

NA ÁREA DE ENGENHARIA

PROGRAMA BRAFITEC

BRasil-France Ingénieurs **T**echnologies

(CAPES – CDEFI)



1. TÍTULO DO PROJETO

Cooperação entre o Brasil e a França para a formação de engenheiros químicos em processos de tecnologias limpas e sustentáveis para o meio-ambiente – ProChimi

Coopération entre le Brésil et la France pour la formation d'ingénieurs chimistes aux procédés de technologies propres et durables pour l'environnement – ProChimi

Título com até 100 caracteres: Formação de Engenheiros Químicos em Processos de Tecnologias Limpas e Sustentáveis – ProChimi

Palavras-chave: engenharia química; internacionalização; dupla diplomação; cooperação franco-brasileira; mobilidade acadêmica; tecnologias limpas; desenvolvimento sustentável

2. VISÃO SUCINTA DO PROJETO

A proposta visa a cooperação franco-brasileira para a formação de recursos humanos de alto nível na área da Engenharia Química, com foco em processos tecnológicos limpos e ambientalmente corretos, por meio de intercâmbio científico e acadêmico de graduandos e interações entre professores. As equipes brasileiras e francesas realizarão missões de estudo, interações de grades curriculares, avaliações e sistemas de crédito e formulações para obter-se o duplo diploma.

3. PERÍODO DE EXECUÇÃO

01/01/2024 a 31/12/2027 – 48 meses

4. OBJETIVO GERAL

Formação de recursos humanos de alto nível na área da Engenharia Química, com foco em processos tecnológicos limpos e ambientalmente corretos, por meio de intercâmbio científico e acadêmico de graduandos de instituições brasileiras e francesas.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover a mobilidade acadêmico-científico de discentes dos cursos de Engenharia Química entre as instituições brasileiras e francesas.

Promover a formação integrada dos graduandos brasileiros e franceses, a aproximação das estruturas curriculares dos cursos de Engenharia Química de instituições brasileiras e francesas, incentivando o reconhecimento mútuo de créditos e a dupla diplomação.

Formar engenheiros químicos preparados e conscientes para o desenvolvimento de processos tecnológicos mais limpos, ambientalmente corretos, e capazes de empreender e produzir inovação e criação na área da Engenharia Química.

Promover a aproximação acadêmico-científica de docentes e pesquisadores das instituições envolvidas, formando redes de pesquisa e aproximando os discentes de graduação das atividades de pesquisa.

Estimular, no Brasil, a aproximação dos currículos de graduação com as atividades de pós-graduação para os cursos de engenharia química, por meio de interação com Programas de Pós-Graduação.

Formar engenheiros químicos com elevado nível cultural, linguístico, tecnológico, com bagagem internacional, e visão crítica do mercado global e das necessidades sociais e ambientais.

Fortalecer e ampliar a cooperação entre as instituições envolvidas

6. QUANTITATIVO DE RESULTADOS ESPERADOS

- a) Acordos de cooperação firmados entre as instituições brasileiras e francesas para o duplo diploma (4 acordos)
- b) Trabalhos de conclusão de curso em áreas relacionadas à tecnologia limpas e meio-ambiente (36 trabalhos)
- c) Estágios realizados por alunos brasileiros em empresas e instituições francesas (36 estágios)
- d) Formação de alunos com duplo diploma entre a instituições francesas e brasileiras (8 discentes formados com dupla titulação)
- e) Mobilidade acadêmica de alunos de graduação em engenharia química brasileiros nas instituições francesas parceiras (36 intercâmbios)
- f) Propostas de melhorias curriculares para os cursos de graduação em engenharia química (3 propostas)
- g) Pesquisas conjuntas entre pesquisadores brasileiros e franceses com o envolvimento de graduandos em iniciação científica (4 projetos de pesquisa)

7. IMPACTOS ESPERADOS

- a) Estabelecimento de laços acadêmicos e científicos duradouros entre as instituições francesas e brasileiras, beneficiando a formação de pessoal e o desenvolvimento técnico-científico dos países.
- b) Ampliação de massa crítica profissional de engenheiros químicos no Brasil com formação de alto nível e visão crítica e consciente dos processos químicos e biotecnológicos, capaz de interagir com outros países.
- c) Ampliação do número de graduados no Brasil com experiência em empresas estrangeiras e com relacionamento global, adquirindo acesso a inovações, práticas e incorporações de valores na gestão dos processos e de pessoal.

8. CONTEXTO DO PROJETO

A indústria química exige melhorias em seus processos produtivos para ser competitiva e atender às necessidades colocadas pela sociedade. Essas exigências dizem respeito ao desenvolvimento e melhoria dos processos, ao uso eficiente de recursos energéticos e materiais para alcançar uma redução do impacto ambiental das atividades industriais, mas também para contribuir para o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Para implementar estratégias como eficiência energética, integração de fontes alternativas de energia, implementação de processos de forma eficiente e ambientalmente correta, automação de processos de integração e especialização dos processos produtivos, será imprescindível diferenciar as empresas bem-sucedidas do futuro. Tudo isso requer profissionais, engenheiros químicos, comprometidos com a proteção do meio ambiente, e sua implementação, uma base sólida em ciências básicas e aplicadas, uma visão global para identificar desafios e oportunidades em um mercado global e uma capacidade de reconhecer melhorias nos processos existentes e emergentes e transformá-los em inovação.

É necessário preparar os graduandos em engenharia química para desenvolver ou melhorar caminhos avançados de síntese em química orgânica e inorgânica, utilizando tecnologias limpas. Também será necessário dominar métodos alternativos de síntese em química verde, para avaliar os impactos ambientais relacionados a uma transformação química e gerenciar as principais transformações que levam ao desenvolvimento de bioprodutos ou agroquímicos. Além disso, os futuros profissionais da engenharia química precisarão adquirir um bom conhecimento dos métodos de prevenção e tratamento das fontes de poluição com uma abordagem de “ecodesign”.

Assim, instituições, professores e pesquisadores brasileiros e franceses podem trabalhar juntos para o treinamento de graduandos orientados à inovação em conexão com pesquisas aplicadas à indústria, a fim de formar engenheiros de empresas pertencentes à indústria química (principalmente para os setores de produtos químicos finos e especialidades) capazes de inovar para uma química mais limpa e eficiente, possivelmente utilizando matérias-primas de origem vegetal. A troca de experiências entre instituições francesas e brasileiras será um trunfo adicional para estudantes e pesquisadores participantes do programa.

9. PROBLEMA

Para o desenvolvimento da indústria no Brasil, consideram-se fundamentais, além da introdução de novas tecnologias, a formação de recursos humanos e a articulação institucional. Neste sentido, a internacionalização é um dos caminhos que tem demonstrado trazer benefícios tanto para o avanço tecnológico quanto para a formação de profissionais de alto nível em nosso país. A promoção da mobilidade acadêmico-científico de discentes da área da engenharia entre as instituições e empresas brasileiras e estrangeiras tem importância reconhecida por todos, sendo materializada pelos governos em acordos e programas bilaterais.

Particularmente, a indústria química tem uma conexão forte com o desenvolvimento sustentável. Os processos químicos desempenharam um papel importante no progresso da

sociedade em relação à qualidade de vida. Produtos químicos são essenciais no suporte à área de saúde e agricultura, e as fontes de energia são fundamentais nos processos produtivos. A falta ou pobreza destes nos países em desenvolvimento determina muita das carências na qualidade de vida de suas populações.

O desenvolvimento tecnológico brasileiro requer profissionais, comprometidos com a proteção do meio ambiente, com uma visão global para identificar desafios e oportunidades em um mercado globalizado e uma capacidade de reconhecer as melhorias que podem ser realizadas nos processos existentes e emergentes e transformá-las em inovação.

As parcerias entre as instituições brasileiras e francesas na área da engenharia química envolverão uma troca de experiência na formação de recursos humanos que irá promover a formação de engenheiros químicos preparados e conscientes para o desenvolvimento de processos tecnológicos mais limpos, ambientalmente corretos, e capazes de empreender e produzir inovação, colaborando para a qualidade de vida e desenvolvimento da sociedade brasileira.

10. RELEVÂNCIA

A realização deste projeto de cooperação de formação de recursos humanos com foco em processos tecnológicos limpos e ambientalmente corretos, ampliará a massa crítica de engenheiros químicos no Brasil com formação de alto nível e visão crítica e consciente dos processos químicos e biotecnológicos, capaz de interagir de forma plena com outros países e colaborar para o desenvolvimento sustentável da sociedade, da ciência e da tecnologia brasileira.

A experiência em empresas estrangeiras, adquiridas pelos graduandos pelo estágio no exterior, aumentará a rede de relacionamentos do país e promoverá acesso a inovações, práticas e incorporações de valores na gestão de processos.

Os graduados de engenharia química serão propagadores dos conceitos de produção e consumo de recursos com consciência compatível com os princípios da sustentabilidade humana ao empreenderem suas atividades profissionais, proporcionando oportunidades de melhoria de qualidade de vida.

O desenvolvimento de laços acadêmicos e científicos duradouros entre as instituições francesas e brasileiras, beneficiará a formação de pessoal e o desenvolvimento técnico-científico dos países.

11. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Esta colaboração entre as instituições brasileiras e francesas está sendo estabelecida considerando as semelhanças na organização do ensino tanto do ponto de vista da distribuição em módulos dentro de semestres acadêmicos quanto do ponto de vista da concordância dos conteúdos de formação. O primeiro e fundamental princípio do projeto é o reconhecimento mútuo dos cursos seguidos pelos alunos pelas universidades brasileiras e escolas francesas. Cabe ressaltar que já existe um histórico de parceria bilateral entre algumas das instituições do ProChimi, contando inclusive com Acordos de Cooperação assinados, Acordos de Duplo Diploma e de mobilidade acadêmica em editais Brafittec anteriores. Portanto, os mecanismos de seleção e controle da mobilidade já são efetivos nas escolas do ProChimi.

A seleção nas escolas brasileiras será feita atendendo aos editais elaborados por cada instituição de ensino sempre no início do ano que ocorrerá a efetiva mobilidade acadêmica. Alguns critérios são levados em conta na seleção: a média geral ponderada nas disciplinas cursadas igual ou superior a sete, o atendimento das exigências da CAPES (nível de francês e nota do ENEM, por exemplo) e uma entrevista com os professores do curso e coordenadores locais de cada IES. Os estudantes franceses também passam por uma seleção por uma comissão criada em cada escola, levando em conta o nível da língua estrangeira, o grau de autonomia e a motivação.

Os intercâmbios de estudantes franceses e brasileiros ocorrerão no nível do último ano do ciclo de engenharia para estudantes franceses e de graduação para estudantes brasileiros.

A mobilidade “normal” para os brasileiros será realizada em dois semestres letivos. Os estudantes brasileiros realizarão um semestre letivo de especialização na área do projeto na instituição francesa, seguido de um estágio de um semestre em empresas na França. O estágio permite ao aluno em mobilidade conviver com a cultura da empresa e as relações humanas. Esta abordagem deve facilitar a compreensão dos mecanismos de decisões, a posição das empresas e seus atores na sociedade e, posteriormente, o intercâmbio técnico e econômico entre os dois países. No caso de dupla diplomação, o estudante brasileiro deverá realizar os dois últimos anos na instituição francesa.

Os estudantes franceses realizarão um semestre letivo na instituição brasileira de acolhimento, podendo de forma optativa realizar também estágio em laboratórios de pesquisa ou empresas no Brasil.

As instituições de acolhimento e domiciliar elaborarão conjuntamente um programa pedagógico baseado nos módulos de ensino oferecidos pela instituição anfitriã. Este programa de intercâmbio será materializado por um contrato de estudos entre as instituições. A avaliação do conhecimento do aluno na instituição anfitriã de todas as disciplinas listadas no contrato de estudos permitirá que ele obtenha a validação do semestre pela instituição domiciliar.

Este projeto apresenta a relação das disciplinas que deverão ser cursadas em cada instituição de acolhimento

Os contatos que serão mantidos entre as instituições buscarão uma evolução em direção aos acordos de duplo diploma. Por outro lado, decidimos assinar acordos bilaterais entre todos os membros do consórcio. Os objetivos desses acordos são: o intercâmbio de professores e pesquisadores, intercâmbio de estudantes, a implementação de projetos de pesquisa, participação em seminários e conferências acadêmicas, intercâmbio de estudantes para obter o duplo grau e a coparticipação de teses e projetos iniciação científica. Os membros da rede, em parceria, decidiram expandir a oferta de conteúdo para uma formação direcionada para processos químicos e biológicos mais limpos e sustentáveis.

As instituições brasileiras irão enviar 12 alunos brasileiros por ano (4 de cada instituição participante) alternando as instituições de ensino francesas acolhedoras de modo que haja a presença de cada instituição brasileira pelo menos uma vez na instituição francesa. Todas as 3 instituições brasileiras (UFSC, UFPR e UFJVM) e as 6 francesas (ENSC-Mulhouse, CPE-Lyon, ENSIACET-Toulouse, ENSC-Lille, ENSC-Rennes e ENSC-Caen) podem atuar como instituições de origem e acolhimento.

O conhecimento mútuo entre as partes interessadas neste projeto nos últimos anos contribuiu para a identificação de temas de pesquisa, que podem ser de interesse comum entre os parceiros. Esta possibilidade de interação dos docentes com temas de pesquisa comuns contribuirá para as necessidades e a compreensão de adequações das organizações curriculares de graduação de maneira mútua.

As Instituições francesas e brasileiras fornecerão toda a assistência possível aos estudantes em alojamentos próximos ao seu local de estudo. As instituições fornecerão toda a logística de forma garantir uma habitação adaptada às necessidades do aluno. Os estudantes brasileiros chegando na França serão recebidos por um representante da instituição de acolhimento que irá ajudá-los em procedimentos de instalação.

12. INSTITUIÇÕES E COORDENADORES PARTICIPANTES DO PROJETO

12.1 Detalhes e contato das instituições francesas:

Estabelecimento	École Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse (ENSCMu)
Chefe do Estabelecimento	Jean-Philippe GODDARD
Endereço	3 rue Alfred Werner - 68093 Mulhouse Cedex
Telefone	
Endereço eletrônico	Jean-philippe.goddard@uha.fr / direction.enscmu@uha.fr

Coordenador geral do projeto para o lado francês:

Nome	Magali BONNE
Função	Vice-Diretora responsável pelas Relações Internacionais
Endereço	3 rue Alfred Werner - 68093 Mulhouse Cedex
Telefone	
Endereço eletrônico	magali.bonne@uha.fr / international.enscmu@uha.fr

ESTABELECIMENTO	École Nationale Supérieure de Ingénieurs em Arts Chimiques et Technologiques (ENSIACET)
Chefe do Estabelecimento	Laurent Prat
Endereço	4, allée Emile Monso - CS 44362 31030 TOULOUSE Cedex 4, França
Telefone	
Endereço eletrônico	directeur@ensiacet.fr

Coordenador Local do Projeto:

Nome	Nelly Olivier-Maget
Função	Chefe de Relações Internacionais
Endereço	4, allée Emile Monso - CS 44362 31030 TOULOUSE Cedex 4, França
Telefone	
Endereço eletrônico	internationaloffice@ensiacet.fr

ESTABELECIMENTO	École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes (ENSCR)
Chefe do Estabelecimento	Audrey SORIC
Endereço	11 Allée de Beaulieu, CS 50837, 35708 Rennes Cedex 7
Telefone	
Endereço eletrônico	audrey.soric@ensc-rennes.fr / direction@ensc-rennes.fr

Coordenador Local do Projeto:

Nome	Sylvain Giraudet
Função	Chefe de Relações Internacionais
Endereço	11 Allée de Beaulieu, CS 50837, 35708 Rennes Cedex 7
Telefone	
Endereço eletrônico	Sylvain.giraudet@ensc-rennes.fr

Estabelecimento	École Nationale Supérieure de Chimie de Caen (ENSICAen)
Chefe do Estabelecimento	Jean-François Hamet
Endereço	6, boulevard Maréchal Juin CS 45053 F-14050 Caen Cedex 04
Telefone	+ [REDACTED]
Fax	+ [REDACTED]

Coordenador Local do Projeto:

Nome	Chantal GUNTHER
Função	ENSICAEN-GREYC 6, boulevard Maréchal Juin CS 45053 F-14050 Caen Cedex 04
Endereço	[REDACTED]
Telefone	[REDACTED]
Endereço eletrônico	chantal.gunther@ensicaen.fr

ESTABELECIMENTO	ÉCOLE SUPÉRIEURE DE CHIMIE PHYSIQUE ÉLECTRONIQUE DE LYON (CPE-Lyon)
Chefe de Estabelecimento	Gerard Pignault
Endereço	43, boulevard du 11 Novembre 1918 PO Box 82077 - 69616 Villeurbanne Cedex
Telefone	[REDACTED]
Endereço eletrônico	gerard.pignault@cpe.fr

Coordenador Local do Projeto:

Nome	Heidi Böhnert
Função	Diretor de Relações Internacionais
Endereço	43 boulevard du 11 Novembre 1918 - BP 82077 - 69616 VILLEURBANNE Cedex
Telefone	[REDACTED]
Endereço eletrônico	international@cpe.fr

ESTABELECIMENTO	Centrale Lille Institut (ENSC-Lille)
Chefe do Estabelecimento	Thomas MAURER
Endereço	Cité Scientifique, CS20048, 59651 Villeneuve d'Ascq Cedex
Telefone	[REDACTED]
Endereço eletrônico	cabinet-directeur@centralelille.fr

Coordenador Local do Projeto:

Nome	Mathieu THOMAS De LA PINTIERE
Função	Diretor de Relações Internacionais e Acadêmicas
Endereço	Cité Scientifique, CS20048, 59651 Villeneuve d'Ascq Cedex
Telefone	[REDACTED]
Endereço eletrônico	direction.ria@centralelille.fr

12.2 Detalhes e contato das instituições brasileiras:

Coordenador geral do projeto pelo lado brasileiro:

Nome	Alexandre FERREIRA SANTOS
Função	Professor Adjunto
Endereço	Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 200 - Jardim das Américas - 81531-980 - Curitiba - PR
Telefone	
Endereço eletrônico	alexfsantos@ufpr.br

ESTABELECIMENTO	Universidade Federal do Paraná – UFPR
Reitor	Ricardo Marcelo Fonseca
Endereço	Rua XV de Novembro, n.o 1299 – Centro – 88060-000 – Curitiba - PR
Telefone	
Endereço eletrônico	gabinetereitor@ufpr.br

Universidades parceiras

ESTABELECIMENTO	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Reitor	Irineu Manoel de Souza
Endereço	Campus Universitário – Trindade – 88040-900 – Florianópolis – SC
Telefone	
Endereço eletrônico	gr@contato.ufsc.br

Coordenador Local do Projeto:

Nome	Agenor Furigo Junior
Função	Chefe do Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos
Endereço	Campus Universitário – Trindade – 88040-900 – Florianópolis – SC
Telefone	
Endereço eletrônico	agenor.furigo@ufsc.br

ESTABELECIMENTO	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Reitor	Janir Alves Soares
Endereço	Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba – 39100-000 – Diamantina – MG
Telefone	
Endereço eletrônico	reitoria@ufvjm.edu.br

Coordenador Local do Projeto:

Nome	Arlete Barbosa dos Reis
Função	Professor Associado
Endereço	Travessa da Saudade nº 44 - Bairro Consolação – 39100-000 – Diamantina – MG
Telefone	
Endereço eletrônico	arlete.reis@ict.ufvjm.edu.br

13. PROGRAMAÇÃO DE INTERCÂMBIO

Os estudantes brasileiros realizarão o último ano do ciclo de engenharia das Escolas Francesas (Francês S9) para as opções no tema do projeto. As garantias institucionais para a implantação do projeto residem principalmente nas experiências anteriores de intercâmbios estudantis em que participaram as diversas instituições envolvidas neste projeto.

13.1 Organização e conteúdo do ensino das escolas francesas

Os semestres oferecidos para mobilidade são os semestres 9 e 10 (último ano do ciclo de engenharia; semestre 10 sendo dedicado, na França, ao estágio de fim de estudo).

ENSCMu

9º semestre (setembro – janeiro) - curso opcional "Segurança e Desenvolvimento Sustentável" (opção do 3º ciclo)

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
Regulamentos e normas Introdução à Ciência do Risco Riscos Elétricos – Autorização B0 Regulação icpe/ESP Riscos TDG – Protocolo de Segurança - SMQ, ISO 140001, ISO 50001	52	3
Riscos ambientais Tratamentos de efluentes líquidos Qualidade do ar Poluentes atmosféricos Avaliação de Impacto Ambiental Projeto de Desenvolvimento Sustentável Recuperação de resíduos Gestão de resíduos	58	4
Desenvolvimento sustentável Processo de combustão IE Biocatálise, bioprocessos Biocatálise industrial Química verde Materiais de polímeros biodegradáveis Materiais porosos para o desenvolvimento sustentável Fotoquímica para o desenvolvimento sustentável	76	7
Ciências da Engenharia Simulação de processos industriais Estudo de caso Gestão LEAN	61	6
Total	247	20

O aluno poderá escolher entre o modelo que será apresentado a ele na chegada, entre os demais cursos que deseja fazer para obter os 10 créditos adicionais.

ENSIACET

Os alunos devem escolher entre dois cursos: Química Verde e Biofonte (CVeBio) e Química Fina e Bioprocessos (CFiBio).

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
<i>Jornada do CVeBio</i>		
FERRAMENTAS EM QUÍMICA E MÉTODOS VERDES Curso introdutório Química e engenharia química para uma indústria sustentável Matérias-primas vegetais: propriedades e caracterização & Estudo de caso	36	3
BIOPROCESSOS Catalise enzimática Biorreatores Fermentação de TP	44	3
FORMULAÇÃO Métodos de formulação Estado coloidal Aplicações cosméticas Aplicações galenic Formulação TP	24	3
PROJETO DE BIOPRODUTO BiorRefinaria: setores agroindustriais Transporte e reações na mídia porosa Desenvolvimento de bioprodutos funcionais Desenvolvimento de Ecomateriais Ecodesign & reciclagem de produtos Seminário de design ecológico TP Verde e química bio-baseada	50	3
CATÁLISE E ENERGIAS ALTERNATIVAS Catálise superficial Cpd Fotovoltaico Células de combustível/ Biopilos Hidrogênio Biofontes de energias	76	6
Torne-se engenheiro responsável e eco-cidadão Análise contábil e gestão de negócios, Conhecimento e estratégia de empresas, Gestão de Funcionários, Inteligência Econômica, Projeto Profissional, Propriedades Industriais, Conscientização da Criação de Negócios, Negocie seu salário, DDRS Projeto	41	12
Total	271	30
<i>Jornada CFiBio</i>		
FERRAMENTAS EM QUÍMICA E MÉTODOS VERDES	36	3

Curso introdutório Química e engenharia química para uma indústria sustentável Matérias-primas vegetais: propriedades e caracterização & Estudo case		
BIOPROCÉDES Métodos de biologia molecular Catalise enzimática Biorreatores Fermentação de TP	49	3
FORMULAÇÃO Métodos de formulação Estado coloidal Aplicações cosméticas Aplicações galenic Formulação TP	24	3
ATIVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE REAÇÕES Síntese total Métodos de ativação Seminários Síntese de TP e ativações	41	3
GESTÃO DE PROCESSOS Modelagem de reconciliação de dados-bio Agendamento Agitação mecânica Micro-reatores Reatores polifásicos Operação de reatores em lote	41	3
SEPARAÇÃO Extração sólida/líquida Modelagem sólida Tratamento de efluentes Centrifugação de filtração TP AIGEP Drivers	41	3
Torne-se engenheiro responsável e eco-cidadão Análise contábil e gestão de negócios, Conhecimento e estratégia de empresas, Gestão de Funcionários, Inteligência Econômica, Projeto Profissional, Propriedades Industriais, Conscientização da Criação de Negócios, Negocie seu salário, DDRS Projeto	41	12
Total	273	30

ENSC Rennes

Os alunos completarão 1 semestre com o ensino opcional "Meio ambiente, processos, análise". Um estágio de 5 a 6 meses pode ser realizado (em laboratório ou indústria).

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
Núcleo Comum do Major Ambiente, Processos, Análise Rastreabilidade e validação de métodos analíticos Avaliação do Ciclo de Vida Química e Processos Verdes Questões energéticas Projetos do 3º ano (binômé, bibliográfico)	156	10
Engenharia de Processos Reatores catalíticos Intensificação de processos Biodegradação e Engenharia Microbiológica Processo de oxidação	66	5
Processos ambientais Tratamentos biológicos Redes de distribuição e coleta de água Projeto de morre aplicado à água Tratamentos químicos e amolecimento de água Tratamento de materiais coloidais	66	5
Digitalização ambiental Análise de elementos de traços e moléculas Química e Ecologia das Águas Naturais Destino e análise de poluentes no meio ambiente Especiação e análise de elementos de traço em solos	66	5
Total	354	25

CAEN

Os alunos completarão 1 semestre com o ensino do curso de química, opção de catálise para energia e meio ambiente (setembro-fevereiro). Um estágio de 5 a 6 meses a ser realizado no semestre 10 (em laboratório ou indústria)."

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
Catálise e físico-química das superfícies	42	6
Mistura de química e energia sustentável: Refino e biocombustíveis Hidrogênio e syngas Biomassa e energia lignocelulósica Captura e recuperação de CO ₂	55 (15) (15) (10) (15)	6
Economia do desenvolvimento sustentável: Mudanças climáticas e transição energética Economia do refino Avaliação do Ciclo de Vida	45 (15) (15) (15)	6
Projeto industrial	100	6
Total	242	24

CPE Lyon

Os alunos completarão um semestre (S9) com o ensino do curso de Química e Processos Aplicados ao Meio Ambiente (21 créditos da ECTS) de setembro a fevereiro. Um estágio (em indústria ou laboratório) será realizado em S10.

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
Ciências Humanas, Economia e Ciências Sociais Fundamentos de Gestão Tornar um produto inovador uma realidade	70	6
Idiomas LV1 LV2	46	3
Conscientização ambiental Geral Ruído Ecoto toxicologia	38.5	3
Efluentes aquosos e efluentes gasosos industriais Medições e amostragem COV Efluentes gasosos Efluentes líquidos	63	6
Resíduos Industriais Solos poluídos Resíduos nucleares Cadeia de descarte	29	3
Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável Interfora Regulamento	40.5	3
Processos de remediação e processos sustentáveis Indústria e desenvolvimento sustentável Projeto	45.5	3
Uso e transformação de recursos renováveis Projeto POLUIDOR Energia renovável Recuperação de biomassa	38.5	3
Total	371	30

Centrale Lille

Os alunos completarão 1 semestre com o ensino dos processos químicos sustentáveis para a indústria. Um estágio de 5 a 6 meses pode ser concluído no semestre 10 (em laboratório ou indústria).

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
Recursos sustentáveis - Polímeros e compósitos bio-baseados - Reciclagem de materiais poliméricos - Bioenergia - Extraction de metais e terras raras	60 (14) (16) (24) (6)	4
Processos limpos - Biotecnologia - Engenharia de Reatores – Reatores do Futuro / Tecnologias Limpas - Simulação de processo digital - Plásticos verdes	56 (26) (12) (10) (8)	4
Ambiente - Tratamento de efluentes gasosos - Tratamento de água - Tratamento do solo - Técnicas de análise associadas ao meio ambiente	49 (20) (16) (8) (5)	4
Práticas experimentais - Projeto científico transversal - Avaliação avançada do ciclo de vida	60 (56) (4)	4
Idiomas - Inglês - Francês como língua estrangeira	55 (30) (25)	4
Qualidade, higiene e segurança - Desenvolvimento sustentável/pegada de carbono/Sulitest - Segurança industrial - Toxicologia - Projeto de segurança transversal	43.7 (8.7) (20) (10) (5)	3
Economia, Gestão - Simulação de projeto de negócios - Projeto econômico transversal	21.5 (16) (5.5)	2
Empresa - Ambiente jurídico e vida da empresa - Marketing estratégico e operacional - Gestão de produção - Oficina de inovação e criatividade	48 (12) (18) (12) (6)	5
Total	393.2	30

13.2 Organização e conteúdo do ensino das Instituições Brasileiras

As tabelas a seguir foram criadas pelos coordenadores de projetos de cada universidade brasileira da rede, a fim de apresentar as disciplinas ministradas durante o semestre de intercâmbio do curso de Engenharia de Química. Será estabelecido um contrato de estudo para cada aluno francês em comum acordo entre a instituição de origem e a instituição anfitriã, escolhendo um determinado número de disciplinas entre as propostas, de acordo com o projeto pessoal do aluno.

UFSC

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
Engenharia Ambiental Ciências Ambientais. Tratamento de água para uso industrial. Tratamento de águas residuais. Poluentes atmosféricos e seu tratamento. Instrumentação e análise no controle da poluição ambiental.	60	4
Laboratório de Engenharia Química Conteúdo multidisciplinar com experiência na área de princípios fundamentais da engenharia química e processos.	45	3
Engenharia Bioquímica Cinética enzimática. Reatores ideais, reatores reais. Estequiometria e cinética microbiana. Biorreatores, Tecnologia de biorreatores. Reatores com enzimas e células imobilizadas	60	4
Projeto Industrial I Aspectos gerais para a implementação e planejamento de uma planta química. Símbolos usados em processos químicos. Tipos de fábricas, formatos e modelos. Tipos de fluxograma. Identificação de variáveis de processo e design e parâmetros de equipamentos. Estudo da economia dos processos químicos. O número de variáveis necessárias para calcular um processo. Equações de design. Uso de computadores para design e otimização. Preparação, análise e otimização de um processo químico específico.	60	4
Fermentações Industriais Introdução. Processos de fermentação. Biomassa. A produção de álcoois. Produção de solventes. Produção de ácidos. Produção de polissacarídeos. Produção de antibióticos. Produção de vitaminas. Produção de enzimas. Transformações de esteroides.	54	3
Total	270	18

UFPR

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
Tratamento de efluentes Ecologia, normas e legislação brasileiras. Poluição: as causas e influência sobre o meio ambiente. Água potável e industrial: ambientes, modelos, processos de tratamento, controle. O projeto do sistema: o equipamento. Resíduos industriais: processos de tratamento físico, químico e biológico. Sistemas de processamento de projetos. Controle.	60	4
Tratamento de resíduos industriais Medição de fluxo. Amostragem. Tratamento preliminar. Tratamento primário. Microbiologia cinética microbiana aplicada. Lodo ativado. Lagoas arejadas e bacias de estabilização. Filtros biológicos. Processo anaeróbico. Tratamento e descarte de lodo.	30	2
Desenvolvimento sustentável e impactos ambientais Desenvolvimento sustentável: 1 - Introdução: ambiente Conceituação, ecossistema, definição e classificação de recursos naturais. 2 - Desenvolvimento sustentável: conceito, crescimento populacional, desenvolvimento urbano, ocupação da terra, uso do planejamento e da terra, expansão agrícola, aumento da geração de resíduos, biodiversidade, florestas tropicais, recursos hídricos oceânicos e continentais, minerais, não combustível, energia, ar, atmosfera e clima. 3 - a dimensão do desenvolvimento: objetivos prioritários para o desenvolvimento sustentável, soluções viáveis e estratégias para alcançar os objetivos; a disponibilidade e uso de recursos naturais. 4 - O cenário energético atual. A matriz energética brasileira. A relação entre energia e desenvolvimento sustentável. Mudanças globais. Aquecimento global. 5 - A estufa. O problema na camada de ozônio. O fenômeno El Nino e La Nina. Energia alternativa. Efeitos ambientais: 1 - Introdução: Análise de Conjunto, Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (EIR), diferenciar entre EIA, EIA e RIMA, ou seja, o uso de EIA, EIA e RIMA. 2 - Avaliação do impacto ambiental: Caracterizar diretrizes internacionais para o EIA caracterizar diretrizes nacionais do EIA, reconhecer indicadores ambientais. 3 - Avaliação de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental: Pesquisa e discussão do conteúdo dos estudos de caso EIA e RIMA, conheça a teoria e o uso de medidas de mitigação e compensação, indique a aplicação de medidas de mitigação e compensação,	60	4

<p>4 - Acompanhamento: Para demonstrar a importância do monitoramento, prepare grupos de trabalho identificando mecanismos, princípios e monitoramento de aplicações.</p> <p>5 - Participação pública: Reconhecendo a importância da participação pública, reconhecendo a importância dos movimentos ecológicos nas questões ambientais.</p> <p>6 - Grandes obras e meio ambiente: Reconhecer os impactos ambientais de grandes projetos, encontrar e estudar casos específicos.</p>		
<p>Controle de processos digitais</p> <p>Introdução, objetivos, motivação. Modelagem matemática de processos químicos. Laplace se transforma. Análise dos sistemas de 1º e 2º sistemas de controle. A estabilidade do sistema de loop aberto. P, PI, controladores PID. Análise de loop do sistema fechado. Sistema de estabilidade em loop fechado. Síntese dos reguladores do PID. Controle o feedback e a antecipação. Sistemas de controle avançados. Análise da resposta no domínio de frequência. Modelos empíricos. Síntese dos controladores de análise de resposta de frequência.</p>	60	4
<p>Minimização de resíduos</p> <p>Minimização de resíduos Redução de resíduos, prevenção de poluição e tecnologias limpas, por meio da prestação de serviços de produção. Hierarquia de gestão de resíduos, mudanças em: matérias-primas, processos e produtos, redução de fontes e reciclagem. Metodologia de design, ligações com sistemas de gestão ambiental. Cálculo do desperdício, massa e equilíbrio energético. Uso limpo e eficiente de energia. O design dos produtos, o design do ambiente. Design de produto, projeto de reciclagem. Design do produto, estudo de caso plástico. Projeto de processo, métodos hierárquicos. o desenho dos processos, o estudo dos reatores químicos.</p>	45	3
<p>Resíduos sólidos</p> <p>Resíduos sólidos: legislação nacional e internacional. Produção, classificação, caracterização e amostragem. Estações de coleta, transporte, transbordo e descarte. Resíduos sólidos perigosos. Resíduos médicos 45 23 sólidos. Resíduos sólidos industriais: legislação nacional e internacional. Tipo de resíduo por atividade industrial. Caracterização e classificação de resíduos sólidos industriais. Amostragem, coleta, transporte e armazenamento. Processo de tratamento e descarte. Aterros sanitários e incineradores industriais. Reciclagem e reutilização.</p>	45	3
Total	300	20

UFVJM

Unidades de Ensino	Carga horária	Créditos
Gestão para a sustentabilidade Desenvolvimento sustentável Perspectiva econômica e sociopolítica Demografia, economia e meio ambiente natural	60	4
Planejamento ambiental Políticas de desenvolvimento e meio ambiente Qualidade ambiental Padrões, certificações e sistemas de gestão Ambiental.	60	4
Tecnologia de Biocombustíveis Biomassa e matérias-primas Bioetanol e biodiesel Resíduos e subprodutos	30	2
Engenharia Bioquímica Tecnologia de biorreatores Cinética de processos enzimáticos e fermentativos	60	4
Monitoramento ambiental Poluição do ar, do ruído, do solo e da água Métodos de análise e monitoramento Padrões de emissão, estudo de caso	60	4
Tratamento de água e efluentes Padrões de emissão e qualidade Contaminantes químicos na água Tratamentos aeróbicos e anaeróbicos	60	4
Total	330	22

14. PLANOS DE TRABALHO

Plano de Trabalho: Ano 1 (2024)

Data início: 01/01/2024 - Data fim: 31/12/2024

Atividade	Descrição	Data Início	Data Fim	Custo
Recursos para manutenção de Projeto	Os recursos serão para material de consumo, especialmente itens de laboratório.	01/01/2024	31/12/2024	R\$10.000,00
Missão de trabalho	Conhecer a estrutura das instituições parceiras. Realizar reuniões e atividades para fortalecer as parcerias e alcançar os objetivos do projeto	19/06/2024	28/06/2024	R\$22.646,00
Missão de trabalho	Conhecer a estrutura das instituições parceiras. Realizar reuniões e atividades para fortalecer as parcerias e alcançar os objetivos do projeto.	19/06/2024	28/06/2024	R\$22.646,00

Plano de Trabalho: Ano 2 (2025)

Data início: 01/01/2025 - Data fim: 31/12/2025

Atividade	Descrição	Data Início	Data Fim	Custo
Recursos para manutenção de Projeto	Os recursos serão para material de consumo, especialmente itens de laboratório.	01/01/2025	31/12/2025	R\$10.000,00
Missão de trabalho	Conhecer a estrutura das instituições parceiras. Realizar reuniões e atividades para	18/06/2025	27/06/2025	R\$22.646,00

Atividade	Descrição	Data Início	Data Fim	Custo
	fortalecer as parcerias e alcançar os objetivos do projeto.			
Missão de trabalho	Conhecer a estrutura das instituições parceiras. Realizar reuniões e atividades para fortalecer as parcerias e alcançar os objetivos do projeto	18/06/2025	27/06/2025	R\$22.646,00

Plano de Trabalho: Ano 3 (2026)

Data início: 01/01/2026 - Data fim: 31/12/2026

Atividade	Descrição	Data Início	Data Fim	Custo
Recursos para manutenção de Projeto	Os recursos serão para material de consumo, especialmente itens de laboratório.	01/01/2026	31/12/2026	R\$10.000,00
Missão de trabalho	Conhecer a estrutura das instituições parceiras. Realizar reuniões e atividades para fortalecer as parcerias e alcançar os objetivos do projeto.	17/06/2026	26/06/2026	R\$22.646,00
Missão de trabalho	Conhecer a estrutura das instituições parceiras. Realizar reuniões e atividades para fortalecer as parcerias e alcançar os objetivos do projeto.	17/06/2026	26/06/2026	R\$22.646,00

Plano de Trabalho: Ano 4 (2027)

Data início: 01/01/2027- Data fim: 31/12/2027

Atividade	Descrição	Data Início	Data Fim	Custo
Recursos para manutenção de Projeto	Os recursos serão para material de consumo, especialmente ítems de laboratório.	01/01/2027	31/12/2027	R\$10.000,00
Missão de trabalho	Conhecer a estrutura das instituições parceiras. Realizar reuniões e atividades para fortalecer as parcerias e alcançar os objetivos do projeto.	21/06/2027	30/06/2027	R\$22.646,00
Missão de trabalho	Conhecer a estrutura das instituições parceiras. Realizar reuniões e atividades para fortalecer as parcerias e alcançar os objetivos do projeto.	21/06/2027	30/06/2027	R\$22.646,00

Os recursos solicitados para a execução do projeto serão utilizados para: aquisição de material de consumo (reagentes, solventes e gases para cromatógrafos, peças de reposição); além de serviços de terceiros para manutenção de equipamentos e construção e/ou adaptação de sistemas experimentais em escala de laboratório. Os recursos solicitados (na forma de passagens e diárias) serão utilizados para as missões de trabalho de professores/coordenadores.

15. BOLSAS DE GRADUAÇÃO SANDUÍCHE

São solicitadas 36 bolsas de graduação sanduíche para estudantes de instituições brasileiras para realizar parte de seus estudos de graduação nas instituições francesas. O total de bolsas corresponde a 4 bolsas por ano por instituição brasileira, aplicáveis apenas nos 3 primeiros anos, conforme o Edital (4 bolsas x 3 IES x 3 anos =36 bolsas).

16. LOGÍSTICA DO PROJETO

Os coordenadores de cada país, bem como os correspondentes de cada instituição, fornecerão todas as informações úteis para suas visitas ao país anfitrião; poderão assessorar os alunos em suas etapas e garantirão que as instituições anfitriãs sejam notificadas a tempo da chegada dos alunos, a fim de facilitá-la.

Instituições francesas e brasileiras prestarão toda assistência possível aos alunos para obter acomodação em residências estudantis próximas ao local de estudo. As instituições comprometem-se a oferecer toda a logística possível para garantir acomodação adaptada às necessidades do aluno e ao valor da bolsa concedida.

Os estudantes brasileiros que chegarem à França serão recebidos na chegada por um representante da instituição anfitriã que irá auxiliá-los nos procedimentos administrativos e levá-los para a acomodação que lhes foi concedida. Isso poderá ser previamente reservado como parte dos convênios que as escolas têm com o CLOUS, ou nas próprias residências das escolas.

As taxas e despesas universitárias dos alunos serão pagas em seu país de origem, os brasileiros em sua universidade no Brasil e os franceses na Escola Francesa onde já estão matriculados. Por outro lado, para estudantes brasileiros, a matrícula em uma seguradora mútua ou, no caso de estágio, a aquisição de seguro de responsabilidade civil, são de responsabilidade do aluno e, em princípio, incluídas em sua bolsa de estudos. A contratação do seguro-saúde deverá incluir cobertura de repatriação funerária e acompanhamento de um familiar para problemas graves de saúde que acometam o bolsista, sendo sua contratação de inteira responsabilidade do beneficiário.

Os estudantes franceses no Brasil devem estar matriculados no semestre letivo atual na escola francesa de origem. Eles não têm que pagar taxas adicionais no Brasil. Eles também devem ter subscrito em uma companhia de seguros mútua na França.

Em cada instituição, o aluno será orientado por um professor indicado pelo responsável pelo convênio. Na medida do possível, será apresentado às associações estudantis de seu departamento de estudos e será organizada uma forma de suporte ao aluno no país anfitrião.

17. TREINAMENTO DE IDIOMAS

Haverá apoio à aprendizagem de idiomas em ambos os países parceiros e à aquisição de competências interculturais, além de treinamentos adaptados aos empregos profissionais.

De acordo com o cronograma previsto no convênio e no processo seletivo, os estudantes brasileiros serão alertados de forma precoce a fortalecer seu conhecimento sobre a língua francesa através dos centros de idiomas nas universidades e/ou na Aliança Francesa local. Os estudantes brasileiros poderão realizar os cursos de apoio ao idioma na França no CFLE (Centro de Francês como Língua Estrangeira) presente nas universidades e/ou cidades-sede.

Os estudantes franceses serão selecionados apenas entre os estudantes que aprenderam espanhol como segunda língua e mantiveram o aprendizado dessa língua na escola de engenharia. Após sua seleção seguirá com cursos intensivos de português.

18. REFERÊNCIAS

1. MIDDLECAMP, Catherine H.; MURY, Michael T.; ANDERSON, Karen L.; BENTLEY, Anne K.; CANN, Michael, C.; Elis, Jamie P.; PURVIS-ROBERT, Kathleen L. Química para um futuro sustentável. 8. ed. Porto Alegre: Editora Mac Graw Hill, 2016 ISBN 978-85-8055-539-4 2.
2. BAIRD, Colin.; CANN, Michael, C: tradução Marco Tadeu Grassi [et al.] Química ambiental .4. ed. - Porto Alegre - Editora Bookman, 2011.
3. ROSA, André H.; FRACETO, Leonardo F.; MOSCHINI-CARLOS, Viviane. Meio ambiente e sustentabilidade- Porto Alegre - Editora Bookman, 2012.

19. COMPROMISSO DAS INSTITUIÇÕES

Nós, abaixo-assinados, Magali Bonne, coordenadora do projeto do lado francês e Alexandre Ferreira Santos, coordenador do projeto do lado brasileiro, apresentamos ao comitê de coordenação franco-brasileiro conjunto do programa BRAFITEC, este projeto ProChimi para a Internacionalização da Formação de Engenheiros, incluindo todas as informações solicitadas. Dessa forma, demonstramos o compromisso das partes interessadas em:

- a) Reunir todos os meios dentro das instituições para garantir o respeito aos objetivos, às atividades e ao cronograma de trabalho do projeto, e
- b) Garantir a apresentação parcial e final de relatórios descrevendo os resultados alcançados e os impactos institucionais do projeto tanto durante seu andamento quanto após sua avaliação final.

França



Magali BONNE
Mulhouse, le 11/09/2023

Brasil



Alexandre Ferreira Santos
Curitiba, 11/09/2023

20. ANEXO – MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO COM CARTAS DE INTENÇÃO

CONVENTION DE COOPERATION

Considérant l'existence des relations universitaires entre la France et le Brésil, concrétisées par des programmes d'échanges qui ont donné lieu à des collaborations entre les établissements signataires ;

Considérant la volonté manifestée par les signataires, de créer, consolider, étendre et partager les collaborations à l'ensemble des deux parties ;

Considérant les objectifs de formation similaires des différents établissements, conduisant à la délivrance d'un diplôme professionnel du niveau international d'Ingénieur ;

Considérant que la scolarité dans les établissements signataires est organisée de manière similaire en semestres découpés en modules auxquels sont attachés des crédits de formation reconnus de part et d'autre ;

Les écoles d'ingénieurs françaises suivantes regroupés au sein d'un consortium :

- Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse - ENSCMu
- Ecole Nationale Supérieure d'Ingénieurs des Arts Chimiques et Technologiques – ENSIACET
- Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes – ENSCR
- Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Caen – ENSI Caen
- CPE Lyon
- Centrale Lille Institut – (ENSC-Lille)

dénommés ci-après : les Ecoles d'Ingénieurs Françaises représentées chacune par leur Directeur, d'une part, et les établissements d'enseignement supérieur brésiliens suivants :

- Universidade Federal de Parana - UFPR
- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Considerando a existência de relações universitárias entre a França e o Brasil, concretizadas por meio de programas de intercâmbio que resultaram em colaborações entre as instituições signatárias;

Considerando a vontade manifestada pelos signatários de criar, consolidar, ampliar e compartilhar as colaborações de ambas as partes;

Considerando os objetivos de formação similares nas diferentes instituições, condizentes com a emissão de um diploma profissional de engenheiro de nível internacional;

Considerando que o ensino nas instituições signatárias é organizado de forma semelhante em relação à divisão em semestres e à divisão em unidades às quais são associados créditos de formação reconhecidos pelas duas partes;

As seguintes escolas francesas de engenharia, agrupadas em um consórcio:

- École Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse - ENSCMu
- Ecole Nationale Supérieure d'Ingénieurs des Arts Chimiques et Technologiques – ENSIACET
- Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes – ENSCR
- Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Caen – ENSI Caen
- CPE Lyon
- Centrale Lille Institut – (ENSC-Lille)

doravante denominadas Escolas de Engenharia Francesas representadas por seus respectivos diretores, de uma parte, e as seguintes instituições de ensino superior brasileiras:

- Universidade Federal de Parana - UFPR
- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Établissements dénommés ci-après les Universités Brésiliennes, chacune représentées par leur recteur, d'autre part conviennent d'établir un programme d'échanges d'étudiants et d'enseignants ayant pour objectifs de (i) créer et consolider des partenariats durables, (ii) inciter à la coopération dans les formations d'ingénieurs entre les Universités Brésiliennes et les Ecoles d'Ingénieurs Françaises, (iii) développer l'ouverture professionnelle internationale de chaque établissement, (iv) promouvoir l'acquisition des compétences interculturelles.

Pour mener à bien ces objectifs, les parties décident de mettre en place le programme d'action suivant :

ARTICLE 1 : Suivi du programme

Chacune des deux parties désignera un établissement coordinateur chargé de l'interface administrative, du suivi du programme d'échange et de la répartition des étudiants dans les établissements. Un établissement coordinateur peut demander à être déchargé de cette fonction, les établissements concernés désigneront alors d'un commun accord un autre coordinateur parmi eux.

ARTICLE 2 : Niveau d'étude

Les échanges d'étudiants français s'effectueront au niveau quatrième et cinquième année. Les échanges d'étudiants brésiliens s'effectueront après validation d'au moins 60% de leurs modules d'enseignement.

ARTICLE 3 : Procédure

Cette convention concernera exclusivement des échanges programmés par les deux parties, donnant lieu à un contrat d'études. Cette programmation sera mise en œuvre durant le semestre précédant les échanges et devra être finalisée au plus tard un mois avant le début des enseignements.

doravante denominadas Universidades Brasileiras, representadas por seus respectivos reitores, de outra parte, concordam em estabelecer um programa de intercâmbio de estudantes e de docentes tendo como objetivos: (i) criar e fortalecer parcerias duráveis; (ii) promover a cooperação na formação de engenheiros das Universidades Brasileiras e as Escolas de Engenharia Francesas; (iii) desenvolver a abertura profissional internacional de cada instituição; e (iv) promover a aquisição de competências interculturais.

Para atingir estes objetivos, as partes decidem implementar o seguinte programa de ação:

ARTIGO 1: Acompanhamento do programa

Cada uma das partes designará uma instituição coordenadora que ficará responsável pela interface administrativa, pelo acompanhamento do programa de intercâmbio e pela distribuição dos alunos entre as instituições. As instituições coordenadoras poderão solicitar sua liberação dessa função; neste caso, as instituições participantes, de comum acordo, deverão designar outra instituição coordenadora.

ARTIGO 2: Nível de estudo

Os intercâmbios dos estudantes franceses serão realizados no quarto e quinto ano de seus estudos. Os intercâmbios de estudantes brasileiros serão realizados após a validação de pelo menos 60% de seus módulos de estudo.

ARTIGO 3: Procedimento

Este convênio envolverá exclusivamente intercâmbios programados pelas duas partes, dando origem a um programa de estudos. Esta programação será realizada durante o semestre anterior aos intercâmbios e deverá estar finalizada impreterivelmente até um mês antes do início das aulas.

ARTICLE 4 : Promotion des échanges

Chaque établissement s'engage à faire la promotion du programme d'échanges auprès de ses étudiants selon le programme d'échange établi par le projet. Dans le cas de mobilité non pourvue, celui-ci pourra être redistribué après accord des différentes parties. Dans chacun des établissements d'une partie, les étudiants font librement acte de candidature pour la poursuite de leur cursus universitaire dans un des établissements de l'autre partie, mais seront sélectionnés par celle-ci sur dossier.

ARTICLE 5 : Dossier de candidature

Chaque partie s'engage à mettre à la disposition de l'autre partie un dossier de candidature électronique. Ce dossier comportera un formulaire de candidature, un contrat d'études, un relevé de notes.

ARTICLE 6 : Sélection des candidats

Chaque partie, par l'intermédiaire de son coordinateur, présentera à l'autre partie une liste de candidats sélectionnés auprès des établissements d'origine des étudiants. Les dossiers seront communiqués par courrier électronique au coordinateur des établissements d'accueil. L'établissement d'origine sélectionnera, en fonction des places disponibles, les meilleurs candidats en analysant leurs résultats académiques, leur motivation et leur faculté d'adaptation en appréciant notamment le niveau de chaque étudiant dans la langue du pays concerné.

ARTICLE 7 : Frais d'inscription

Les étudiants concernés par l'échange continuent à payer les droits d'inscription dans leur établissement d'origine. Aucun droit d'inscription ne sera versé à l'établissement d'accueil. Chaque établissement demandera à l'élève accueilli de présenter une attestation d'assurance responsabilité civile et une attestation d'assurance médicale.

ARTIGO 4: Divulgação dos intercâmbios

Cada instituição compromete-se a fazer a divulgação dos intercâmbios entre seus alunos de acordo com a programação estabelecida pelo projeto. No caso de vaga ociosa de mobilidade, esta poderá ser redistribuída de comum acordo entre as partes. Em cada uma das instituições participantes, os estudantes apresentarão livremente a sua candidatura para prosseguir seus cursos universitários em uma das instituições da outra parte, porém serão selecionados por esta levando-se em consideração seu histórico escolar.

Artigo 5: Documento de candidatura

Cada parte compromete-se a disponibilizar para a outra parte um documento eletrônico de candidatura. Este documento conterá um formulário de inscrição, o contrato de estudos e o histórico escolar.

ARTIGO 6: Seleção de candidatos

Cada parte, por meio de seu coordenador, deverá submeter à outra parte uma lista dos candidatos selecionados nas instituições de origem dos alunos. Os registros devem ser enviados por correio eletrônico para o coordenador da instituição de destino. A instituição de origem selecionará, dependendo da disponibilidade nas instituições de destino, os melhores candidatos, analisando seu desempenho acadêmico, sua motivação e sua capacidade de adaptação, avaliando principalmente o nível de cada aluno no idioma do país envolvido.

ARTIGO 7: Gastos de inscrição

Os estudantes participantes do intercâmbio continuarão pagando as taxas de inscrição em suas instituições de origem. Não será gerado nenhum direito relativo à taxa de inscrição para a instituição de destino. Cada instituição solicitará ao estudante acolhido a apresentação de um comprovante de seguro de responsabilidade civil e um comprovante de seguro saúde.

ARTICLE 8 : Programme pédagogique et validation

Lorsqu'un échange d'étudiant est envisagé entre deux établissements, ceux-ci s'accordent à mettre en place un programme pédagogique défini à partir des modules d'enseignement proposés par l'établissement d'accueil qui sera formalisé par un contrat d'études entre les différentes parties. L'évaluation des connaissances de l'étudiant dans l'établissement d'accueil lui permet d'obtenir des crédits de formation. Ces crédits seront pris en compte par l'établissement d'origine et validés dans le cursus de l'étudiant.

ARTICLE 9 : Suivi des étudiants

L'établissement d'accueil désignera pour chaque étudiant un enseignant responsable qui servira d'interlocuteur privilégié pour l'établissement d'origine pendant toute la durée du séjour. Le nom de cet enseignant sera communiqué aux coordinateurs.

ARTICLE 10 : Droits et devoirs de l'étudiant dans l'établissement d'accueil

L'étudiant dans l'établissement d'accueil a les mêmes droits et devoirs que les étudiants de l'établissement. En conséquence, il est soumis aux règles pédagogiques et administratives de l'établissement d'accueil. Il bénéficiera des supports de cours sur papier et électroniques mis à la disposition des étudiants de l'établissement d'accueil. Celui-ci lui attribuera une adresse électronique permettant à l'établissement d'origine de suivre à distance l'étudiant pendant sa scolarité dans l'établissement d'accueil.

ARTICLE 11 : Aide à l'installation

L'établissement d'accueil facilitera l'installation de l'étudiant d'échange,

ARTICLE 12 : Accompagnement linguistique et culturel

L'établissement d'accueil s'engage à offrir à l'étudiant d'échange la possibilité de suivre des cours de langues française ou espagnole durant le séjour et mettre en place un programme culturel qui permettra à l'étudiant concerné

ARTIGO 8: Programa pedagógico e de validação

Ao ser efetivado o intercâmbio de estudantes entre duas instituições, estas concordam em implementar um programa pedagógico definido a partir dos módulos de ensino propostos pela instituição de destino, que será formalizado entre as partes por um plano de estudos. A avaliação dos conhecimentos do aluno na instituição de destino lhe permitirá obter créditos de formação. Estes créditos serão reconhecidos pela instituição de origem e validados para a sua formação acadêmica.

Artigo 9: Acompanhamento dos estudantes

O estabelecimento de destino designará para cada aluno um professor responsável que servirá de interlocutor para a instituição de origem durante todo o período de intercâmbio. O nome deste docente será comunicado aos coordenadores.

Artigo 10: Direitos e deveres do aluno na instituição de destino

O estudante tem na instituição de destino os mesmos direitos e deveres que os demais estudantes. Consequentemente, está sujeito às regras pedagógicas e administrativas da instituição de destino. O aluno terá direito ao material auxiliar na forma impressa ou eletrônica disponibilizados aos estudantes da instituição de destino. Esta atribuir-lhe-á um endereço eletrônico que permitirá à instituição de origem acompanhar à distância o estudante durante seus estudos na instituição de destino.

Artigo 11: Ajuda de instalação

A instituição de destino facilitará o processo de acomodação do estudante em intercâmbio.

Artigo 12: Apoio linguístico e cultural

A instituição de destino compromete-se a oferecer ao estudante de intercâmbio a oportunidade de frequentar cursos do idioma francês ou português durante sua estada e implementar um programa cultural que lhe permita apreciar as características sociais e culturais do país.

d'apprécier les caractéristiques sociales et culturelles du pays.

ARTICLE 13 : Durée des séjours d'étude

La durée des séjours dans un établissement d'accueil ne peut être inférieure à un semestre entier. Il doit correspondre à une période complète d'enseignement de l'établissement d'accueil. Les étudiants brésiliens devront séjourner en France pendant une année, Un semestre d'études et un autre de stage.

ARTICLE 14 : Stage professionnalisant

En marge du programme BRAFITEC, l'établissement d'accueil pourra proposer en deuxième semestre à l'étudiant un stage professionnalisant dans le pays d'accueil de manière à ce que ce dernier puisse appréhender le monde du travail de ce pays et faciliter par la suite les échanges techniques et commerciaux entre les deux pays.

ARTICLE 15 : Equilibre des échanges

L'équilibre des échanges d'étudiants et d'enseignants entre les parties est recherché mais sans avoir un caractère obligatoire.

ARTICLE 16 : Echanges de doctorants, postdoctorants et enseignants chercheurs

La mobilité des étudiants doctorants, postdoctorants et enseignants chercheurs feront l'objet d'avenant à la présente convention.

ARTICLE 17 : Validité de l'accord

Le présent accord entre en vigueur dès l'année universitaire 2017/2018 pour une durée de 2 ans. Toute modification ou renouvellement doit faire l'objet d'un avenant. Un établissement peut se retirer du consortium en dénonçant l'accord, six mois à l'avance, étant entendu que toutes les actions en cours devront être menées à leur terme.

ARTICLE 18 : Litige

Tout différend portant sur l'interprétation ou l'exécution de l'accord est, faute de résolution à l'amiable entre les parties, soumis à la juridiction compétente.

La présente convention est rédigée en langue française et portugaise. Chacune des versions faisant foi

Artigo 13: Duração das missões de estudo

A duração das estadas nas instituições de destino não pode ser inferior a um semestre completo. Deve corresponder a um período completo de ensino da instituição de destino. Os estudantes brasileiros deverão permanecer na França pelo período de um ano: um semestre para estudos e outro para estágio.

Artigo 14: Estágio profissional

No âmbito do Programa BRAFITEC, a instituição de destino poderá propor ao aluno, no segundo semestre, um estágio profissional no país anfitrião, para que ele possa compreender o mundo do trabalho deste país e, assim, facilitar futuros intercâmbios técnicos e comerciais entre os dois países.

Artigo 15: Equilíbrio de intercâmbios

Apesar de não ser obrigatório, buscar-se-á um equilíbrio entre os intercâmbios de estudantes e docentes entre as partes envolvidas.

Artigo 16: Intercâmbio de doutorandos, pós-doutorandos e docentes pesquisadores

A mobilidade de estudantes de doutorado, pós-doutores e docentes pesquisadores serão objeto de cláusulas adicionais ao presente acordo.

Artigo 17: Validade do acordo

O presente acordo entra em vigor a partir do ano universitário 2017/2018, sendo válido por dois anos. Qualquer modificação ou renovação deve ser objeto de uma cláusula adicional. Uma instituição pode retirar-se do consórcio, com aviso prévio de seis meses, subentendendo-se que todas as atividades em curso devem ser concluídas integralmente.

Artigo 18: Litígio

Qualquer discrepância em relação à execução ou à interpretação deste acordo está sujeita à jurisdição competente, caso não haja acordo entre as partes.

O presente convênio está redigido em língua francesa e portuguesa, com versões correspondentes

Université de Haute Alsace
ENSCMu

UFPR

ENSIACET

UFSC

ENSCR

UFVJM

ENSI Caen

CPE Lyon

Centrale Lille Institut

Mulhouse, le 10/09/2023

Dr. Magali BONNE
3 rue A. Werner, 68093 Mulhouse Cedex, France
Tel :
e-mail : magali.bonne@uha.fr / international.enscmu@uha.fr

Je soussignée, Magali BONNE, Responsable des Relations Internationales et Mobilités de l'Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse, déclare avoir présenté au comité mixte franco-brésilien du programme BRAFITEC le projet de coopération universitaire intitulé « Coopération entre le Brésil et la France pour la formation d'ingénieurs chimistes aux procédés de technologies propres et durables pour l'environnement – **ProChimi** » avec toutes les conditions stipulées par les bases de l'appel à projets 2023 et m'engage en particulier à :

1. Mettre à la disposition de l'université les moyens nécessaires pour garantir la réalisation des objectifs, des activités et du calendrier d'exécution du projet.
2. Garantir la soumission de rapports partiels et finaux décrivant de manière exhaustive les résultats obtenus et les impacts institutionnels du projet, pendant l'exécution du projet et après son achèvement.

D'autre part, je confirme la disponibilité de l'infrastructure locale ENSCMu pour l'accueil des étudiants brésiliens qui seront entièrement exonérés des frais d'inscription comme précisé dans le projet.

Veuillez agréer l'expression de mes salutations distinguées.



ENSCMu

3 rue Alfred Werner
68093 Mulhouse Cedex

tél. + 33 (0)3 89 33 68 00
fax + 33 (0)3 89 33 68 05
direction.enscmu@uha.fr
www.enscmu.uha.fr

Le Dr Magali BONNE, responsable Relations Internationales et Mobilités de l'Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse, a présenté au comité mixte franco-brésilien du programme BRAFITEC le projet de coopération universitaire intitulé "**Coopération entre le Brésil et la France pour la formation d'ingénieurs chimistes aux procédés de technologies propres et durables pour l'environnement – ProChimi**" avec toutes les conditions stipulées par les bases de l'appel à projets 2023 et s'engage en particulier à :

1. Mettre à la disposition de l'université les moyens nécessaires pour garantir la réalisation des objectifs, des activités et du calendrier d'exécution du projet.
2. Garantir la soumission de rapports partiels et finaux décrivant de manière exhaustive les résultats obtenus et les impacts institutionnels du projet, pendant l'exécution du projet et après son achèvement.

Signature de la coordinatrice locale pour l'ENSICAEN :



Chantal GUNTHER

Signature et cachet du directeur de l'ENSICAEN :



Jean-François HAMET

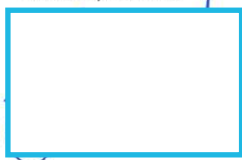
Signature et cachet du coordinateur général du projet pour la partie française :

A Rennes, le 04/09/2023

Nous soussignés, Audrey SORIC, directrice de l'ENSCR et Sylvain GIRAUDET, coordinateur local pour le projet de coopération universitaire intitulé « Coopération entre le Brésil et la France pour la formation d'ingénieurs chimistes aux procédés de technologies propres et durables pour l'environnement – ProChimi » approuvons la nomination de Magali BONNE, directrice adjointe en charge des Relations Internationales de l'Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse en tant que coordinatrice générale du projet pour la partie française. Cette dernière s'est engagée à garantir la réalisation des objectifs, des activités et du calendrier d'exécution du projet ainsi que la soumission de rapports partiels et finaux décrivant de manière exhaustive les résultats obtenus et les impacts institutionnels du projet, pendant son exécution et après son achèvement.

Nous confirmons la disponibilité de l'infrastructure locale de l'ENSCR pour l'accueil des étudiants brésiliens qui seront entièrement exonérés des frais d'inscription comme précisé dans le projet.

Signature et cachet de la directrice
Audrey SORIC



Signature et cachet du coordinateur local du projet pour l'ENSCR
Sylvain GIRAUDET

Je soussigné, Gérard Pignault, directeur de l'établissement CPE Lyon, approuve la nomination de Magali BONNE, directrice adjointe en charge des Relations Internationales de l'Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse en tant que coordinateur général du projet « *Coopération entre le Brésil et la France pour la formation d'ingénieurs chimistes aux procédés de technologies propres et durables pour l'environnement – ProChimi* » pour la partie française. Cette dernière s'est engagée à garantir la réalisation des objectifs, des activités et du calendrier d'exécution du projet ainsi que la soumission de rapports partiels et finaux décrivant de manière exhaustive les résultats obtenus et les impacts institutionnels du projet, pendant son exécution et après son achèvement.

Je confirme la disponibilité de l'infrastructure locale CPE Lyon pour l'accueil des étudiants brésiliens qui seront entièrement exonérés des frais d'inscription comme précisé dans le projet.



Pour CPE Lyon
École supérieure de chimie, physique, électronique de Lyon

Gérard PIGNAULT
Directeur

A Toulouse , le 08/09/2023

Je soussigné Laurent PRAT directeur de l'établissement Toulouse INP ENSIACET pour le projet BRAFITEC PROCHIMI approuve la nomination de Magali BONNE, directrice adjointe en charge des Relations Internationales de l'Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse en tant que coordinateur général du projet pour la partie française. Cette dernière s'est engagée à garantir la réalisation des objectifs, des activités et du calendrier d'exécution du projet ainsi que la soumission de rapports partiels et finaux décrivant de manière exhaustive les résultats obtenus et les impacts institutionnels du projet, pendant son exécution et après son achèvement.

Je confirme la disponibilité de l'infrastructure locale Toulouse INP ENSIACET pour l'accueil des étudiants brésiliens qui seront entièrement exonérés des frais d'inscription comme précisé dans le projet.

Signature de Catherine XUEREB, présidente de l'université




Signature Laurent PRAT, directeur de l'établissement :




Signature de Nelly OLIVIER-MAGET coordinateur du projet :




Dr. Nelly OLIVIER-MAGET
Head Officer of international Relations

Villeneuve d'Ascq, Monday, September 6, 2023

Object: Letter of support for the BRAFITEC project "**ProChimi – Specialist Training of Chemical Engineers on Clean and Sustainable Technology Processes for the Environment**"

In accordance with the BRAFITEC PROGRAM carried out by CAPES (Brazil) and CDEFI (France), and in compliance with the CAPES-BRAFITEC EDITAL call for proposals EDITAL MINUTA CAPES N° 1937395 / 2023 for international academic mobility between Brazil and France, Centrale Lille Institut – on behalf of its internal school ENSCL – certifies its interest in and confirms its full support to the proposal "**ProChimi – Specialist Training of Chemical Engineers on Clean and Sustainable Technology Processes for the Environment**" presented for:

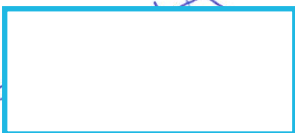
- the French part by **École Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse (ENSCMu)** in network with **Centrale Lille Institut (ENSCL)**, **ENSIACET**, **ENSC Rennes**, **ENSICAEN** and **CPE Lyon** ;
- for the Brazilian part by the **Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC** in a network with the **Universidade Federal do Paraná – UFPR** and the **Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM**.

We support the academic exchange activities promoted by the different partners of the project, recognizing the importance of offering a diverse and multicultural education to the students of our institutions.

We also support the **general coordination of the project** – for the French side – **by Dr. Magali BONNE**, from **École Nationale Supérieure de Chimie de Mulhouse (ENSCMu)**.

Yours sincerely,

Signature



Prof. Thomas Maurer
Director General
Centrale Lille Institut

Signature

Mathieu Thomas de la Pintièrre
Director of International and Academic
Relations
Centrale Lille Institut





COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PROGRAMA CAPES/BRAFITEC

EDITAL Nº 10/2023 - RESULTADO FINAL

PROCESSO Nº 23038.001919/2023-93

A COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, Fundação Pública, no cumprimento das atribuições conferidas pela Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992 e pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 11.238, de 18 de outubro de 2022, inscrita no CNPJ nº 00.889.834/0001-08, por meio de seu Presidente - Substituto, no uso de suas atribuições, torna público o resultado no âmbito do Edital nº 10/2023 – Programa CAPES/Brafitec, publicado no DOU de 13/04/2023, Edição 71, Seção 3, página 95.

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 10/2023 – PROGRAMA CAPES/BRAFITEC

Nº	Nº PROPOSTA	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR BRASILEIRO (ORDEM ALFABÉTICA)	UNIVERSIDADE
1	BRAFITEC-20232602580P	Cooperação Franco-Brasileira - Desafios para desenvolvimento da Indústria da Saúde 4.0 (Saúde 4.0)	ALCIMAR BARBOSA SOARES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2	BRAFITEC-20232633154P	Formação de Engenheiros Químicos em Processos de Tecnologias Limpas e Sustentáveis - PROCHIMI	ALEXANDRE FERREIRA SANTOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
3	BRAFITEC-20232636340P	SEAC-TF - Formação de Engenheiros em Serviços Emergentes de Aviação Civil Tolerantes a Falhas	ALISSON VASCONCELOS DE BRITO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)
4	BRAFITEC-20232637648P	IDEE - Engenharia de Gestão Sustentável da Água e do Meio Ambiente	ANDRE LUIZ LOPES DA SILVEIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
5	BRAFITEC-20232558961P	Competências em Engenharia de Processos Como Resposta aos Desafios do Desenvolvimento Sustentável	ANTONIO CARLOS SILVA COSTA TEIXEIRA	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
6	BRAFITEC-20232637052P	Sistemas inteligentes para o desenvolvimento de soluções robóticas inovadoras do projeto	ANTONIO CESAR GERMANO MARTINS	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (SOROCABA)
7	BRAFITEC-20232550355P	A Formação de Engenheiros na Perspectiva da Agenda 2030: Ênfase nos ODS Água/Resíduos-Energia-Clima	ARMANDO BORGES DE CASTILHOS JUNIOR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
8	BRAFITEC-20232546897P	Materiais, Energias e Processos Sustentáveis	DACHAMIR HOTZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
9	BRAFITEC-20232630986P	Inteligência Artificial para a formação dos engenheiros do futuro	DAVI NOBORU NAKANO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Nº	Nº PROPOSTA	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR BRASILEIRO (ORDEM ALFABÉTICA)	UNIVERSIDADE
10	BRAFITEC-20232630113P	A engenharia e os objetivos do desenvolvimento sustentávelInforme o título do projeto	JANE MERI SANTOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
11	BRAFITEC-20232631794P	UTILIZAÇÃO DE MADEIRA PARA GERAÇÃO DE SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS PARA HABITAÇÕES E PRODUTOS ENGENHEIRADO	JORGE LUIS MONTEIRO DE MATOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
12	BRAFITEC-20232603738P	A integração de competências em uma abordagem sustentável: a nova formacao em engenharia	JOSE GILBERTO DALFRE FILHO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
13	BRAFITEC-20232635731P	Controle de ruído : engenharia vibro-acústica e eco-materiais	JOSE MARIA CAMPOS DOS SANTOS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
14	BRAFITEC-20232623132P	Cooperação para Formação de Engenheiros Preparados para os Desafios das Sociedades Modernas	MARCELO ANTONIO PAVANELLO	CENTRO UNIVERSITARIO DA FEI
15	BRAFITEC-20232614397P	INGE 5.0 - Engenheiros 5.0 para a empresa resiliente, inovadora e sustentável	MARCO AURELIO WEHRMEISTER	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
16	BRAFITEC-20232565568P	Inovações circulares para uma mobilidade sustentável	MARIO OTAVIO BATALHA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
17	BRAFITEC-20232615521P	Cidades Sustentáveis: a formação de engenheiros para a transição ecológica	NILO DE OLIVEIRA NASCIMENTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
18	BRAFITEC-20232623200P	Formação de engenheiros de alto nível atuando como cidadãos preparados para um mundo sustentável	RAIMUNDO CARLOS SILVERIO FREIRE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
19	BRAFITEC-20232572310P	EcoMobile: Programa de Formação de Engenheiros em Eco-design de Objetos Comunicantes	RAPHAEL MARTINS BRUM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
20	BRAFITEC-20232566284P	Engenharia Sustentável – formando redes de Engenheiros do futuro	ROSEMAR BATISTA DA SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
21	BRAFITEC-20232634158P	Programa de Formação Acadêmica-Científica Bicultural em Engenharia Aeronáutica	RUHAM PABLO REIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
22	BRAFITEC-20232634973P	SEBBAERO - Sistemas EMBarcados, AEROspacial	SEBASTIAN YURI CAVALCANTI CATUNDA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
23	BRAFITEC-20232636548P	Transição Energética - Formação de engenheiros preparados para um futuro com hidrogênio verde	SEBASTIAO SIMOES DA CUNHA JUNIOR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
24	BRAFITEC-20232637079P	Soluções inteligentes em telecomunicações e eletrônica para a área da saúde	VALDEMIR PRAXEDES DA SILVA NETO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
25	BRAFITEC-20232635101P	INER-Inovação em Energias Renováveis: Integração das Engenharias para o Desenvolvimento Sustentável	VITOR TOMAZ GUIMARAES NAVES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

LAERTE GUIMARAES FERREIRA JUNIOR

Presidente da CAPES - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Laerte Guimarães Ferreira Junior, Presidente, Substituto(a)**, em 26/12/2023, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 54, inciso II, da Portaria nº 06/2021 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **2299251** e o código CRC **0AD01A1F**.

Referência: Processo nº 23038.001919/2023-93

SEI nº 2299251

Décret n°86-640 du 14 mars 1986 fixant les règles d'organisation et de fonctionnement de certaines écoles d'ingénieurs associées à un établissement public à caractère scientifique, culturel et professionnel

Version consolidée au 28 octobre 2019

Le Premier ministre,

Sur le rapport du ministre de l'économie, des finances et du budget et du ministre de l'éducation nationale,

Vu la loi n° 84-52 du 26 janvier 1984 sur l'enseignement supérieur, notamment son article 43 ;

Vu la loi n° 84-16 du 11 janvier 1984 relative au statut général de la fonction publique de l'Etat ;

Vu la loi n° 71-578 du 16 juillet 1971 modifiée relative à la participation des employeurs au financement des premières formations technologiques et professionnelles ;

Vu le décret n° 53-1227 du 10 décembre 1953 relatif à la réglementation comptable applicable aux établissements publics nationaux à caractère administratif, ensemble le décret n° 62-1587 du 29 décembre 1962 portant règlement général de la comptabilité publique ;

Vu le décret n° 56-931 du 14 septembre 1956 portant codification des textes législatifs concernant l'enseignement technique ;

Vu le décret n° 64-486 du 28 mai 1964 modifié relatif aux régies de recettes et de dépenses des organismes publics ;

Vu le décret n° 66-619 du 10 août 1966 modifié relatif aux frais de déplacement des fonctionnaires de l'Etat ;

Vu le décret n° 84-431 du 6 juin 1984 modifié portant statut des enseignants-chercheurs de l'enseignement supérieur ;

Vu le décret n° 94-39 du 14 janvier 1994 relatif au budget et au régime financier des établissements publics à caractère scientifique, culturel et professionnel ;

Vu le décret n° 85-827 du 31 juillet 1985 relatif à l'ordre dans les enceintes et locaux des établissements publics à caractère scientifique, culturel et professionnel ;

Vu le décret n° 83-399 du 18 mai 1983 modifié relatif aux commissions de spécialité et d'établissement de certains établissements d'enseignement et de recherche relevant du ministère de l'éducation nationale ;

Vu l'avis du Conseil national de l'enseignement supérieur et de la recherche en date du 16 décembre 1985,

► TITRE Ier : DISPOSITIONS GENERALES.

Article 1

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Le présent décret fixe les règles d'organisation et de fonctionnement applicables aux écoles d'ingénieurs qui constituent des établissements publics à caractère administratif

associés, en application de l'article L. 718-16 du code de l'éducation, à un établissement public à caractère scientifique, culturel et professionnel, et dont la liste est fixée à l'article D. 741-5 du même code.

Ces établissements, dotés de la personnalité civile et de l'autonomie financière, sont placés sous la tutelle du ministre chargé de l'enseignement supérieur.

Article 2

- ▶ Modifié par Décret n°2017-1341 du 15 septembre 2017 - art. 2

La coopération entre l'école et chaque établissement auquel l'école est associée ainsi que les modalités de la représentation réciproque aux conseils d'établissement sont organisées par convention.

Après accord entre les établissements concernés, les statuts de chaque établissement auquel l'école est associée peuvent prévoir que les personnels et les usagers de l'école sont inscrits sur les listes électorales de ces établissements.

NOTA : Le décret n° 85-1214 du 15 novembre 1985 modifie le décret n° 83-399 du 18 mai 1983 qui a été abrogé par le décret n° 88-146 du 15 février 1988.

Article 3

- ▶ Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

L'école dispose pour l'accomplissement de ses missions des équipements, des personnels et crédits qui lui sont attribués par l'Etat, ainsi que des ressources qui proviennent de l'activité de l'établissement. Elle peut, en outre, bénéficier du concours de personnels mis à sa disposition par chaque établissement auquel l'école est associée dans des conditions précisées par convention.

Article 4 (abrogé)

- ▶ Abrogé par Décret n°2013-756 du 19 août 2013 - art. 4 (V)

Article 5

- ▶ Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Les modalités générales du contrôle des connaissances et les conditions de délivrance du diplôme d'ingénieur sont fixées par arrêté du ministre chargé de l'enseignement supérieur, après avis du conseil d'administration.

Le recrutement des élèves est effectué par voie de concours sur épreuves et de concours sur titres, dans des conditions fixées par arrêté du ministre chargé de l'enseignement supérieur.

Article 6

- ▶ Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

L'école peut passer des conventions avec d'autres établissements publics ou privés, français, étrangers ou internationaux. Les projets de convention doivent être transmis dix jours au moins avant leur signature au président de chaque établissement auquel l'école est associée afin de lui permettre de formuler ses observations éventuelles.

▶ TITRE II : ORGANISATION ADMINISTRATIVE.

Article 7

- ▶ Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

L'école est dirigée par un directeur et administrée par un conseil d'administration, assisté d'un conseil scientifique.

Le recteur de l'académie représente le ministre chargé de l'enseignement supérieur auprès du conseil d'administration.

Article 8

- ▶ Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Le directeur est nommé par arrêté du ministre chargé de l'enseignement supérieur après avis du conseil d'administration, pour une durée de cinq ans renouvelable une fois.

Le directeur est choisi parmi les personnes qui ont vocation à enseigner dans l'école.

Article 9

- ▶ Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Le conseil d'administration de l'école comprend vingt-trois membres répartis comme suit :

- huit personnalités extérieures à l'école choisies en fonction de leur compétence dans les domaines scientifique, économique, industriel ou administratif ;
- huit représentants des enseignants, des enseignants-chercheurs et des chercheurs ;
- cinq représentants des élèves ingénieurs, étudiants de 2e cycle et stagiaires en formation continue ;
- deux représentants des personnels administratifs, techniques, ouvriers et de service.

Le président de chaque établissement auquel l'école est associée, ou son représentant, est également membre de droit du conseil d'administration de l'école.

Le directeur de l'école et l'agent comptable assistent avec voix consultative aux séances du conseil d'administration.

Article 10

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Les personnalités extérieures à l'école sont désignées par le recteur de l'académie, chancelier des universités, pour trois ans, après consultation du directeur de l'école et du président de chaque établissement auquel l'école est associée.

Les représentants des enseignants, des chercheurs et des personnels ingénieurs, techniciens et administratifs sont élus pour trois ans.

Les représentants des élèves ingénieurs, étudiants de 2e cycle et stagiaires de formation continue sont élus pour un an.

Le mandat de tous les membres du conseil est renouvelable.

Article 11

Le conseil d'administration élit au scrutin majoritaire uninominal à deux tours et pour une durée de trois ans, renouvelable une fois, un président parmi les personnalités extérieures membres du conseil.

Un vice-président est désigné dans les mêmes conditions.

Article 12

Toute vacance par décès, démission ou perte de la qualité au titre de laquelle les intéressés ont été désignés donne lieu à remplacement pour la durée du mandat restant à courir, sauf si cette vacance intervient moins de six mois avant l'expiration du mandat. Toutefois, un renouvellement partiel du conseil a lieu si au cours de cette période un quart au moins des sièges se trouve vacant.

Article 13

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Sont électeurs et éligibles dans les collèges définis par le règlement intérieur de l'établissement :

Les personnels enseignants assurant dans l'école un nombre minimal d'heures effectives d'enseignement fixé par le règlement intérieur entre le quart et la moitié des obligations statutaires d'enseignement de référence ;

Les chercheurs à temps complet affectés à l'école ou mis à sa disposition et les enseignants-chercheurs y exerçant la totalité de leur activité de recherche ;

Les élèves ingénieurs et les étudiants de 2e cycle régulièrement inscrits et effectivement en cours d'études dans l'établissement ;

Les stagiaires au titre de la formation continue, sous réserve qu'ils soient inscrits à un cycle de formation d'une durée minimale de cent heures se déroulant sur une période d'au moins six mois.

Tous les personnels administratifs, techniques, ouvriers et de service assurant dans l'établissement un service correspondant au moins à la moitié des obligations statutaires.

Les enseignants sont éligibles même s'ils sont membres du conseil d'un autre établissement d'enseignement supérieur.

Le directeur et l'agent comptable ne sont pas éligibles.

Article 14

Les élections ont lieu, selon le cas, au scrutin plurinominal ou uninominal majoritaire à deux tours. La majorité absolue est requise au premier tour. En cas d'égalité de voix au second tour, le siège est attribué au bénéfice de l'âge.

Les électeurs qui ne peuvent se rendre au bureau de vote peuvent exercer leur droit de vote par procuration.

Article 15

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Les modalités de recours contre les élections s'exercent dans les conditions prévues aux articles D. 719-38 à D. 719-40 du code de l'éducation.

Article 16

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Le conseil scientifique comprend vingt-trois membres ainsi répartis :

- le directeur de l'école, président ;

- six personnalités scientifiques désignées par le conseil d'administration ;
- sept représentants des professeurs ou autres titulaires d'une habilitation à diriger des recherches ;
- quatre représentants des autres personnels d'enseignement ou de recherche ;
- deux représentants des étudiants de 2e cycle ;
- deux représentants des ingénieurs et personnels techniques de recherche ;
- un représentant des personnels administratifs.

Le président de chaque établissement auquel l'école est associée, ou son représentant, est également membre de droit du conseil scientifique de l'école.
Les élections au conseil scientifique ont lieu conformément aux dispositions des articles 10, 12 à 15 du présent décret.

► TITRE III : COMPETENCES DES ORGANES DE L'ECOLE.

Article 17

Le directeur dirige l'établissement, le représente en justice et à l'égard des tiers dans tous les actes de la vie civile.

Il exerce notamment les compétences suivantes :

Il prépare et exécute les décisions du conseil d'administration ;

Il a autorité sur l'ensemble des personnels ;

Il nomme à toutes les fonctions pour lesquelles aucune autre autorité n'a reçu pouvoir de nomination ;

Il soumet à l'approbation du conseil d'administration le règlement intérieur et le règlement de scolarité ;

Il est responsable du maintien de l'ordre et de la sécurité dans les enceintes et locaux affectés à l'école. Lorsque celle-ci a son siège dans l'enceinte d'un autre établissement public ou partage les locaux avec cet établissement, un arrêté du recteur détermine le partage des responsabilités entre les présidents ou directeurs concernés ;

Il est ordonnateur des dépenses et des recettes ;

Il conclut les contrats et conventions ;

Il rend compte de sa gestion au conseil ;

Il constitue les jurys d'examen et répartit les services d'enseignement ;

Il exerce les compétences prévues par le décret n° 84-431 du 6 juin 1984 en matière de recrutement et de mutation des personnels enseignants-chercheurs.

Le directeur peut déléguer sa signature. Il peut désigner un suppléant appelé à le remplacer en cas d'empêchement.

Article 18 (abrogé)

► Abrogé par DÉCRET n°2015-79 du 28 janvier 2015 - art. 42

Article 19

Le directeur est chargé de l'organisation des opérations électorales.

Il fixe la date des scrutins.

Il établit les listes électorales qu'il publie quinze jours au moins avant la date du premier tour de scrutin, fixe la date des élections et convoque les collèges électoraux.

La déclaration de candidature est obligatoire et doit être déposée trois jours francs avant la date du scrutin.

Article 20

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Le conseil d'administration délibère notamment sur :

Les orientations générales de l'école ;

Les questions relatives à la formation continue et à la recherche ;

Le budget et les décisions modificatives ;

Le compte financier et l'affectation des résultats ;

Les emprunts ;

L'acceptation des dons et legs ;

Les acquisitions, aliénations et échanges d'immeubles ;

Le rapport annuel du directeur sur l'activité et le fonctionnement administratif et financier de l'établissement, avant sa transmission au ministre chargé de l'enseignement supérieur ;

Le règlement intérieur et le règlement de scolarité.

Il détermine les catégories de contrats, conventions et marchés qui doivent lui être soumis pour approbation.

Article 21

Le conseil peut créer toutes les commissions consultatives utiles. Il en désigne les membres et en définit les missions.

Les commissions font rapport au conseil.

Le directeur peut assister ou se faire représenter avec voix consultative aux séances des commissions.

Le conseil peut inviter à assister à ses travaux toute personne dont il juge utile la présence.

Article 22

Le conseil d'administration se réunit au moins deux fois par an sur convocation de son président qui fixe l'ordre du jour. Le président inscrit à l'ordre du jour les points qui lui sont soumis par le directeur.

En outre, le conseil peut être réuni en session extraordinaire à la demande du président, du directeur ou de la moitié de ses membres en exercice.

Les séances du conseil ne sont pas publiques. Elles font l'objet d'un compte rendu publié sous la responsabilité du président.

Article 23

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Un membre du conseil d'administration peut se faire représenter par un autre membre du conseil appartenant à la même catégorie. Aucun membre du conseil ne peut être porteur de plus d'une procuration.

Les membres du conseil d'administration exercent leurs fonctions à titre gratuit. Ils bénéficient du remboursement de leurs frais de déplacement dans les conditions fixées par la réglementation applicable aux fonctionnaires de l'Etat.

Article 24

► Modifié par Décret n°2017-1341 du 15 septembre 2017 - art. 2

Le conseil d'administration siège valablement lorsque la moitié au moins de ses membres est présente ou représentée. Si le quorum n'est pas atteint, le conseil est à nouveau convoqué dans un délai de quinze jours et peut valablement siéger quel que soit le nombre de membres présents ou représentés.

A l'exception du règlement intérieur qui est adopté à la majorité des membres en exercice du conseil, les décisions sont prises à la majorité absolue des membres présents ou représentés. En cas de partage égal des voix, celle du président est prépondérante.

Les règles de quorum et de majorité applicables en matière budgétaire sont fixées conformément à l'article 27.

Article 25

► Modifié par Décret n°2017-1341 du 15 septembre 2017 - art. 2

Les délibérations du conseil d'administration sont exécutoires dans un délai de quinze jours à compter de la réception des procès-verbaux par le recteur, à moins que celui-ci n'en autorise l'exécution immédiate. Dans le même délai, le recteur peut s'opposer à l'exécution d'une délibération. Il peut procéder à l'annulation de la décision litigieuse dans le délai d'un mois à compter de la date à laquelle il a signalé son opposition à l'établissement. Si aucune décision n'intervient dans ce délai, l'opposition du recteur est levée de plein droit.

Les délibérations portant sur le budget et ses modifications, le compte financier, les acquisitions et aliénations d'immeubles sont exécutoires conformément à l'article 27.

Les délibérations relatives aux emprunts sont approuvées par les ministres chargés de l'économie et des finances, du budget et de l'enseignement supérieur.

Article 26

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Le conseil scientifique propose au conseil d'administration les orientations de la recherche, après concertation avec chaque établissement auquel l'école est associée, selon des modalités prévues dans chaque convention d'association. Il propose la répartition des crédits de recherche. Il est consulté sur les conventions touchant la recherche et sur les demandes d'accréditation concernant le deuxième cycle.

► TITRE IV : ORGANISATION FINANCIERE.

Article 27

► Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

L'école est soumise aux dispositions de l'article R. 741-4 du code de l'éducation.

Article 28 (abrogé)

▶ Abrogé par Décret n°2012-1247 du 7 novembre 2012 - art. 116

Article 29

Les recettes comprennent notamment :

- les subventions de l'Etat, des collectivités publiques ou d'organismes privés ;
- les versements et contributions des usagers ;
- les produits des travaux de recherche, d'études et d'essais effectués pour le compte de personnes de droit public ou privé ;
- les produits éventuels des conventions et contrats ;
- les revenus de biens meubles et immeubles ;
- les produits de publications ;
- les dons et legs ;
- le produit des emprunts ;
- les produits des aliénations ;
- les sommes pouvant être perçues en matière de formation professionnelle continue ou de formation professionnelle initiale dans les conditions prévues par la loi n° 71-578 du 16 juillet 1971 modifiée.

D'une manière générale toutes les recettes autorisées par les lois et règlements.

Article 30

Les dépenses de l'établissement comprennent notamment les frais de personnels propres à l'établissement, recrutés dans les conditions fixées aux articles 4 et 6 de la loi n° 84-16 du 11 janvier 1984, les frais de fonctionnement, d'équipement et toutes les dépenses nécessaires à l'activité de l'établissement.

Article 31

▶ Modifié par Décret n°2012-1247 du 7 novembre 2012 - art. 116

Des régies de recettes et d'avances peuvent être créées dans les conditions fixées par le décret n° 92-681 du 20 juillet 1992 relatif aux régies de recettes et aux régies d'avances des organismes publics.

Article 32

Les formes et conditions prescrites pour les marchés de l'Etat s'appliquent aux marchés passés par l'établissement.

Article 33 (abrogé)

▶ Abrogé par Décret n°2012-1247 du 7 novembre 2012 - art. 116

Article 33 bis

▶ Modifié par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Après en avoir informé le président de chaque établissement auquel l'école est associée, l'école peut prendre des participations financières et créer des filiales dans les conditions fixées par les articles R. 711-10 à R. 711-16 du code de l'éducation conformément à l'article R. 741-4 du même code.

▶ TITRE V : DISPOSITIONS TRANSITOIRES ET FINALES.

Article 34 (abrogé)

▶ Abrogé par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Article 35 (abrogé)

▶ Abrogé par Décret n°2017-959 du 10 mai 2017 - art. 2

Article 36

Le ministre de l'économie, des finances et du budget, le ministre de l'éducation nationale, le secrétaire d'Etat auprès du ministre de l'économie, des finances et du budget, chargé du budget et de la consommation, le secrétaire d'Etat auprès du ministre de l'éducation nationale, chargé des universités, et le secrétaire d'Etat auprès du ministre de

l'éducation nationale, chargé de l'enseignement technique et technologique, sont chargés, chacun en ce qui le concerne, de l'exécution du présent décret, qui sera publié au Journal officiel de la République française.

Par le Premier ministre :

LAURENT FABIOUS Le ministre de l'éducation nationale,

JEAN-PIERRE CHEVÈNEMENT

Le ministre de l'économie, des finances et du budget,

PIERRE BÉRÉGOVOY

Le secrétaire d'Etat auprès du ministre de l'économie,

des finances et du budget, chargé du budget

et de la consommation,

HENRI EMMANUELLI

Le secrétaire d'Etat

auprès du ministre de l'éducation nationale

chargé des universités,

ROGER-GÉRARD SCHWARTZENBERG

Le secrétaire d'Etat

auprès du ministre de l'éducation nationale,

chargé de l'enseignement technique et technologique,

ROLAND CARRAZ

Avis n° 2021/02-03
relatif à l'accréditation de
l'École nationale supérieure de chimie de Rennes
pour délivrer un titre d'ingénieur diplômé

Établissement / École

École nationale supérieure de chimie de Rennes

Établissement : Public
Nom d'usage : ENSC Rennes
Académie : Rennes
Sites de l'école : Rennes

Données certifiées

Le détail des données décrivant l'école (conditions d'admission, droits d'inscription, etc...) est consultable sur la **fiche des données certifiées par l'École** mis à jour annuellement sur le site de la CTI.

Suivi des accréditations précédentes

Avis n° 2014/04-06

Objet de la demande d'accréditation

Catégorie PE : Ingénieur diplômé de l'École nationale supérieure de chimie de Rennes, en formation initiale sous statut d'étudiant

- Vu le code de l'éducation et notamment les articles L642-1 et R642-09,
- Vu la demande présentée par l'École nationale supérieure de chimie de Rennes,
- Vu le rapport établi par Marie-Véronique LE LANN (membre de la CTI, rapporteure principale), Jean-Richard LLINAS (expert auprès de la CTI, co-rapporteur), Delphine PAOLUCCI (experte auprès de la CTI), Marilo Dolores GURRUCHAGA (experte internationale auprès de la CTI), Mathilde Kerdiles (experte élève-ingénieure auprès de la CTI), présenté en séance plénière du 16 février 2021,

La Commission des titres d'ingénieur a adopté le présent avis :

Avis favorable de la Commission des titres d'ingénieur

Renouvellement de l'accréditation de l'école pour délivrer les titres suivants :	Type de formation	À compter de la rentrée universitaire	Jusqu'à la fin de l'année universitaire	Accréditation
Ingénieur diplômé de l'École nationale supérieure de chimie de Rennes	Formation initiale sous statut d'étudiant	2021	2025-2026	maximale

La Commission valide le processus VAE mis en place dans l'école.

La Commission valide le dispositif du contrat de professionnalisation.

Cet avis est sous réserve de la transmission avant le 15 mai 2021 d'un règlement des études applicable dès la rentrée 2021 et mis en conformité avec R&O notamment s'agissant des modalités de passage en année supérieure, du nombre de semaines de stage en entreprise qui doit être au moins de 14 semaines, de la possibilité pour un élève d'effectuer son redoublement au sein de l'école.

Cet avis s'accompagne des **recommandations** suivantes :

Pour l'École

- Poursuivre la mise en œuvre de la démarche compétences ;
- Mieux structurer les relations industrielles et les intégrer dans un processus qualité spécifique ;
- Mettre en place des actions afin d'accroître l'appétence des élèves vers les métiers de l'industrie, notamment la production, l'analytique et le contrôle ;
- Mettre en place des actions spécifiques d'accompagnement des élèves permettant d'améliorer le taux d'insertion professionnelle à 6 mois ;
- Développer les interactions entre les élèves et les anciens élèves notamment via l'association des Alumni ;
- Accroître les mobilités entrantes internationales en s'appuyant sur les programmes d'échange ;
- Compléter la fiche RNCP sous son nouveau format sur le site de France Compétences en enregistrement de droit. Renforcer la cohérence entre la démarche compétence déployée en interne et la description développée dans la fiche en particulier en relation avec la structuration en blocs de compétences.

L'école établira **un rapport de suivi des recommandations** détaillant le suivi de l'ensemble de ces recommandations. Ce document est à transmettre le **15 décembre 2023**, au département des écoles supérieures et de l'enseignement supérieur privé de la DGESIP, en charge du greffe de la CTI, sous format numérique exclusivement à l'adresse greffe-cti@education.gouv.fr.

Le label européen pour les formations d'ingénieur **EUR-ACE®, niveau master**, est attribué aux diplômes suivants :

	À compter de la rentrée universitaire	Jusqu'à la fin de l'année universitaire
Ingénieur diplômé de l'École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes	2021	2025-2026

Délibéré en séance plénière à Paris, le 16 février 2021.

Approuvé en séance plénière à Paris, le 16 mars 2021.

La présidente
Elisabeth CRÉPON



**Complément d'avis n° 2021/02-03
relatif à l'accréditation de
l'École nationale supérieure de chimie de Rennes
(ENSC Rennes)
à délivrer le titre d'ingénieur diplômé**

Objet

Accréditation sous réserve émise dans l'Avis n°2021/02-03 concernant l'École nationale supérieure de chimie de Rennes, portant sur « la transmission avant le 15 mai 2021 d'un règlement des études applicable dès la rentrée 2021 et mis en conformité avec R&O notamment s'agissant des modalités de passage en année supérieure, du nombre de semaines de stage en entreprise qui doit être au moins de 14 semaines, de la possibilité pour un élève d'effectuer son redoublement au sein de l'école ».

- Vu les documents transmis au Greffe de la CTI par l'École nationale supérieure de chimie de Rennes,
- Vu la note de synthèse établie par Marie-Véronique LE LANN, membre de la CTI, et présentée lors de la séance plénière du 7 juillet 2021,

La Commission des titres d'ingénieur a adopté le complément d'avis suivant :

La Commission prend acte favorablement des documents transmis et se prononce en faveur de la levée de la réserve formulée dans son Avis n° 2021/02-03.

Délibéré et approuvé en séance plénière le 7 juillet 2021.



La présidente,
Elisabeth CREPON

Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes

Règlement Intérieur



Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes
11 allée de Beaulieu - CS 50837
35708 Rennes Cedex 7

REGLEMENT INTERIEUR
DE L'ECOLE NATIONALE SUPERIEURE DE CHIMIE DE RENNES (ENSCR)
Etablissement composante de l'Etablissement Public Expérimental UNIVERSITE DE
RENNES

Vu le code de l'éducation et notamment ses articles L 718-16, D 711-6-1, D 741-5 et D 741-6 ;

Vu le code de la recherche ;

Vu le code général de la fonction publique ;

Vu la loi n° 83-634 du 13 juillet 1983 portant droits et obligations des fonctionnaires ;

Vu la loi n° 84-16 du 11 janvier 1984 portant dispositions statutaires relatives à la fonction publique de l'Etat ;

Vu le décret n° 82-453 du 28 mai 1982 modifié relatif à l'hygiène et la sécurité du travail ainsi qu'à la prévention médicale dans la fonction publique ;

Vu le décret n°86-83 du 17 janvier 1986 relatif aux dispositions générales applicables aux agents contractuels de l'Etat pour l'application de l'article 7 de la loi 84-16 du 11 janvier 1984 portant dispositions statutaires relatives à la fonction publique de l'Etat ;

Vu le décret 86-640 du 14 mars 1986 fixant les règles d'organisation et de fonctionnement de certaines écoles d'ingénieurs associées à un établissement public à caractère scientifique culturel et professionnel ;

Vu le décret n°2020-1427 du 20 novembre 2020 relatif aux comités sociaux d'administration dans les administrations et les établissements publics de l'Etat ;

Vu le décret 2022-1474 du 24 novembre 2022 portant création de l'Université de Rennes et approbation de ses statuts et notamment son article 6 ;

Vu le règlement intérieur de l'Université de Rennes ;

Table des matières

PREAMBULE	5
Article 1 - Champ d'application du règlement intérieur	5
Article 2 - Adoption et modification du règlement intérieur	5
Article 3 - Publication et exécution du règlement intérieur	5
Article 4 - Définition des usagers de l'ENSCR	6
TITRE 1 – GOUVERNANCE ET ORGANISATION.....	7
Article 5 - La Directrice	7
Article 6 - Organisation de la gouvernance	8
Article 7 - Le conseil d'administration.....	8
Article 8 - Le conseil scientifique	10
Article 9 - Les sections disciplinaires	10
Article 10 - Les commissions consultatives thématiques	12
Article 11 - Participation des représentants de l'ENSCR aux instances de l'EPE Université de Rennes	12
TITRE 2 – LES INSTANCES PROFESSIONNELLES.....	13
Article 12 - Le comité social d'administration et la formation spécialisée en santé sécurité et conditions de travail (CSA et F3SCT)	13
Article 13 - La Commission consultative paritaire pour les agents contractuels	14
Article 14 - La Commission paritaire d'établissement (CPE)	14
TITRE 3 - DISPOSITIONS ELECTORALES.....	15
SOUS TITRE 3.1 - ELECTIONS AU CONSEIL D'ADMINISTRATION	15
Article 15 - Composition des collèges électoraux.....	15
SOUS TITRE 3.2 - ELECTIONS AU CONSEIL SCIENTIFIQUE	17
Article 16 - Composition des collèges électoraux.....	17
SOUS TITRE 3.3 - MODALITES COMMUNES	17
TITRE 4 - DISPOSITIONS RELATIVES AUX DELIBERATIONS A DISTANCE	18
Article 17 - Dispositions générales.....	18
Article 18 - Type de consultation à distance	19
Article 19 - Déroulement de la consultation à distance	19
TITRE 5 – SANTE, SECURITE ET CONDITIONS DE TRAVAIL	20
Article 20 - Champ d'application.....	20
Article 21 - Définition des acteurs de la prévention	20
Article 22 - Dispositions générales.....	21
Article 23 - Cellules internes	24

Article 24 - Les outils de la prévention.....	25
TITRE 6 – DISPOSITIONS SPECIFIQUES APPLICABLES AUX PERSONNELS.....	27
Article 25 - Définition	27
Article 26 - Droits et obligations des personnels.....	27

PREAMBULE

Le décret n° 86-640 du 14 mars 1986 modifié par l'article 6 du décret n° 2022-1471 du 24 novembre 2022 fixe les règles d'organisation et de fonctionnement de l'ENSCR.

Le décret n° 2022-1471 du 24 novembre 2022 porte création de l'Université de Rennes, établissement public à caractère scientifique, culturel et professionnel expérimental et approbation de ses statuts. Depuis le 1^{er} janvier 2023, l'ENSCR est devenue établissement composante de l'Université de Rennes, conservant sa personnalité morale.

Les relations entre l'ENSCR et l'Université de Rennes sont définies par les statuts de l'Université de Rennes.

Les missions de l'ENSCR s'inscrivent dans la stratégie de l'Université de Rennes que l'école contribue à définir.

Article 1 - Champ d'application du règlement intérieur

Les règles d'organisation et de fonctionnement de l'ENSCR sont complétées par un règlement intérieur prévu à l'article 20 du décret du 14 mars 1986, qui a pour objet de préciser d'une part les modalités pratiques d'application de certaines dispositions statutaires et de formaliser d'autre part des mesures destinées à faciliter le fonctionnement général de l'établissement.

Le règlement intérieur est complété par des annexes et chartes qui énoncent un certain nombre de dispositions, notamment en matière d'hygiène et de sécurité, d'organisation du temps de travail et des congés, de gestion des agents contractuels ainsi que dans le domaine numérique. L'ensemble constitue un socle juridique opposable à tous les usagers, stagiaires et personnels de l'ENSCR. Les personnes relevant d'établissements ou d'organismes distincts hébergés au sein de l'ENSCR ne peuvent se prévaloir de dispositions propres qui seraient contraires ou incompatibles avec les dispositions prévues dans le présent règlement intérieur et chartes associées.

Conformément à l'article 50 des statuts de l'Université de Rennes, en cas de contradiction entre le règlement intérieur de l'Université de Rennes et le règlement intérieur de l'ENSCR, ce dernier prévaut sur celui de l'Université de Rennes, pour ce qui concerne l'ENSCR exclusivement. Par ailleurs, le règlement intérieur de l'Université de Rennes n'a pas de caractère supplétif par rapport au règlement intérieur de l'ENSCR pour les points qui ne seraient pas couverts par ce dernier.

Article 2 - Adoption et modification du règlement intérieur

Le règlement intérieur est approuvé par le Conseil d'Administration de l'ENSCR à la majorité de ses membres en exercice.

Il peut être modifié par le Conseil d'Administration dans les mêmes conditions, si la demande en a été formulée par au moins un quart de ses membres ou par la Directrice, cette demande doit être adressée à la Présidente. Le Comité Social d'Administration est consulté pour les modifications du règlement intérieur relevant de ses compétences, en amont de la présentation en Conseil d'Administration. La modification apportée entre alors en application après validation par le Conseil d'Administration.

Article 3 - Publication et exécution du règlement intérieur

Le présent règlement intérieur détermine les règles applicables à l'ENSCR dans le respect de la réglementation en vigueur. C'est un acte administratif opposable, qui relève du contrôle du juge

administratif. Tout manquement aux dispositions du présent règlement intérieur est susceptible de faire l'objet d'une procédure disciplinaire ou de poursuites judiciaires.

Le présent règlement est porté à la connaissance des nouveaux personnels et des usagers par tous moyens. Il est mis en ligne sur le site internet de l'ENSCR et sur les intranets des personnels et des usagers de l'ENSCR.

Chaque personnel et usager est présumé accepter les termes du présent règlement intérieur dès lors qu'il est recruté ou qu'il suit une formation dispensée par l'ENSCR.

Article 4 - Définition des usagers de l'ENSCR

L'ENSCR accueille des élèves ingénieurs, des étudiants de Master et des doctorants :

- Les élèves-ingénieurs du Semestre de Pré-Intégration (SPI) effectuent une scolarité de 6 mois à l'ENSCR avant d'être intégrés dans un des cycles préparatoires de la Fédération Gay-Lussac (FGL) ;
- Les élèves-ingénieurs des Cycles Préparatoires (Cycle Préparatoire Intégré, Cycle Chem.I.ST et cycle intégré tremplin ingénieur - CITI) effectuent une scolarité de deux années avant d'être intégrés par interclassement entre les centres CPI en 1^{re} année du Cycle Ingénieur de l'une des écoles de la Fédération Gay Lussac (FGL) ;
- Les élèves-ingénieurs du Cycle Ingénieur effectuent une scolarité de trois années (recrutement au niveau Bac + 2) ou de deux années (recrutement au niveau Bac + 4) avant d'obtenir le titre d'Ingénieur diplômé de l'ENSCR et le grade de Master conformément à l'article D. 612-34 du code de l'éducation.
- Les étudiants en Master, effectuent une scolarité d'une année (en Master 2) avant d'obtenir le diplôme de Master ;
- Les étudiants de 3^e cycle, effectuant un travail de recherche dans le but de se voir délivrer le titre et le grade de Docteur ;
- Les apprenants en formation continue ;
- Les élèves-ingénieurs de l'ENSCR sont également étudiants de l'Université de Rennes.

TITRE 1 – GOUVERNANCE ET ORGANISATION

L'ENSCR est un établissement public d'enseignement supérieur à caractère administratif, dirigé par une Directrice et administré par un conseil d'administration, assisté par un conseil scientifique.

Article 5 - La Directrice

5.1 Modalités de désignation de la Directrice

La Directrice est nommée par arrêté du ministre chargé de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche après avis du conseil d'administration, pour une durée de cinq ans, renouvelable une fois. Elle est choisie parmi les personnes qui ont vocation à enseigner dans l'école.

5.2 Compétences de la Directrice

Conformément aux articles 17 et 19 du décret n° 86-640 du 14 mars 1986, la Directrice dirige l'établissement, le représente en justice et à l'égard des tiers dans tous les actes de la vie civile. Elle exerce notamment les compétences suivantes :

- Elle prépare et exécute les décisions du conseil d'administration ;
- Elle a autorité sur l'ensemble des personnels ;
- Elle nomme à toutes les fonctions pour lesquelles aucune autre autorité n'a reçu pouvoir de nomination ;
- Elle soumet à l'approbation du conseil d'administration le règlement intérieur et le règlement de scolarité ;
- Elle est responsable du maintien de l'ordre et de la sécurité dans les enceintes et locaux affectés à l'établissement dont elle a la charge ; elle est compétente pour prendre toute mesure utile pour assurer la conservation ou le rétablissement de l'ordre public ; elle peut faire appel à la force publique ;
- Elle est ordonnateur des dépenses et des recettes ;
- Elle conclut les contrats et conventions ;
- Elle rend compte de sa gestion au conseil d'administration ;
- Elle constitue les jurys d'examen et répartit les services d'enseignement ;
- Elle exerce les compétences prévues par le décret 84-431 du 6 juin 1984 en matière de recrutement et de mutation des personnels enseignants-chercheurs ;
- Elle peut déléguer sa signature. Elle peut désigner un suppléant appelé à la remplacer en cas d'empêchement ;
- Elle est chargée de l'organisation des opérations électorales : Elle fixe la date des scrutins, établit les listes électorales qu'elle publie quinze jours au moins avant la date du 1^{er} tour du scrutin, fixe la date des élections et convoque les collèges électoraux.

Article 6 - Organisation de la gouvernance

6.1 Le comité de direction - CODIR

La Directrice est assistée par un comité de direction (CODIR). Le CODIR débat de tout sujet concernant les missions et la vie de l'établissement afin de prendre des décisions ou de proposer des délibérations au conseil d'administration.

Le CODIR est composé de la directrice et de l'ensemble des directeurs/directrices délégué.es de l'établissement. Sa composition peut être élargie en fonction des sujets à traiter.

Il constitue le comité de pilotage des projets stratégiques de l'établissement.

6.2 Autres comités et groupes de travail

Dans un souci de consultation et de management collaboratif, la Directrice forme tout comité ou groupe de travail qui lui semble pertinent. La composition et la durée de vie de ces comités et groupes sont précisées sur un espace dédié dans l'intranet de l'établissement.

Article 7 - Le conseil d'administration

7.1 Rôle du conseil d'administration

Conformément à l'article 20 du décret n° 86-640 du 14 mars 1986, le conseil d'administration délibère notamment sur :

- Les orientations générales de l'école ;
- Les questions relatives à la formation continue et à la recherche ;
- Le budget et les décisions modificatives ;
- Le compte financier et l'affectation des résultats ;
- Les emprunts ;
- L'acceptation de dons et legs ;
- Les acquisitions, aliénations et échanges d'immeubles ;
- Le rapport annuel de la directrice sur l'activité, le fonctionnement administratif et financier de l'établissement, avant sa transmission au ministère de tutelle ;
- Le règlement intérieur et le règlement de scolarité ;

Il détermine les catégories de contrats, conventions et marchés qui doivent lui être soumis pour approbation.

7.2 Fonctionnement du Conseil d'Administration

Le Conseil d'Administration se réunit au moins 2 fois par an, sur convocation de sa Présidente, qui fixe l'ordre du jour, après concertation avec la Directrice qui lui soumet des points à inscrire à l'ordre du jour.

La convocation des membres du conseil d'administration, contenant l'ordre du jour, la date et le lieu de réunion, est envoyé au moins 15 jours avant la date de la séance. Les documents relatifs aux points à l'ordre du jour sont envoyés au moins 8 jours avant la séance.

En outre, le Conseil d'Administration peut être réuni en session extraordinaire à la demande de la Présidente, de la Directrice ou de la moitié de ses membres en exercice.

La Présidente du CA préside la séance. Si elle est empêchée, la séance est présidée par le vice-Président.

Les séances ne sont pas publiques.

Elles font l'objet d'un procès-verbal publié sous l'intranet (personnels et étudiants), sous la responsabilité de la Présidente.

Afin de retranscrire la qualité des échanges, et en conformité avec les dispositions de l'article 5 du RGPD, les séances du conseil d'administration sont enregistrées par l'ENSCR. Ces enregistrements audios et/ou vidéos sont à destination du secrétaire de séance uniquement. Ces enregistrements audios/vidéos sont réalisés au moyen d'un logiciel de visioconférence et sont ensuite conservés sous un espace informatique sécurisé. Les enregistrements sont conservés jusqu'à l'approbation des procès-verbaux en séance plénière, puis détruits sous un délai de 15 jours après la validation de la délibération par les services académiques compétents.

Le conseil d'administration siège valablement lorsque la moitié de ses membres est présente ou représentée. Si le quorum n'est pas atteint, le conseil est à nouveau convoqué dans un délai de 15 jours et peut valablement siéger quel que soit le nombre de membres présents ou représentés.

Un membre du conseil d'administration peut se faire représenter par un autre membre du conseil appartenant à la même catégorie dans le cadre d'une procuration dûment formalisée. Aucun membre du conseil ne peut être porteur de plus d'une procuration.

Sur proposition de sa Présidente, tout ou partie des membres du conseil peuvent siéger en distanciel, à l'exception de la séance de proposition de nomination du Directeur/de la Directrice.

A l'exception du règlement intérieur qui est adopté à la majorité des membres en exercice du conseil, les décisions sont prises à la majorité absolue des membres présents ou représentés. En cas de partage égal des voix, celle de la Présidente est prépondérante.

Les votes ont lieu à main levée. Le vote a lieu à bulletin secret lorsqu'il est demandé par un tiers au moins des membres présents. Les votes portant sur des personnes ont toujours lieu à bulletin secret.

Les délibérations du conseil d'administration sont exécutoires dans un délai de 15 jours à compter de leur réception par le Recteur de la région académique Bretagne, Chancelier des universités, à moins que celui-ci n'en autorise l'exécution immédiate.

7.3 Composition du conseil d'administration

Le Recteur de la région académique Bretagne, Chancelier des universités, ou son représentant, représente le ministre de tutelle auprès du conseil d'administration.

Le conseil d'administration de l'école comprend 23 membres, répartis comme suit :

- 8 personnalités extérieures à l'école, choisies en fonction de leur compétence dans les domaines scientifiques, économiques, industriels ou administratifs. La parité femmes – hommes est obligatoire.
- 8 représentants des enseignants, des enseignants-chercheurs et des chercheurs ;
- 5 représentants des élèves-ingénieurs, étudiants de 2^e cycle et stagiaires en formation continue ;
- 2 représentants des personnels administratifs, techniques, ouvriers et de service ;

Le Président de l'Université de Rennes ou son représentant est également membre de droit du conseil d'administration.

La directrice de l'école et l'agent comptable assistent avec voix consultative aux séances du conseil d'administration.

Selon l'ordre du jour et si elle le juge nécessaire, la Présidente peut inviter toute personne à assister à une séance.

Les personnalités extérieures à l'école sont désignées par le Recteur de la région académique Bretagne, Chancelier des universités, pour 3 ans, après consultation de la Directrice et du Président de l'Université de Rennes.

Les représentants des enseignants, des chercheurs et des personnels ingénieurs, techniciens et administratifs sont élus pour 3 ans.

Les représentants des élèves ingénieurs, étudiants de 2^e cycle et stagiaire de formation continue sont élus pour 1 an.

Le mandat de tous les membres du conseil est renouvelable.

Article 8 - Le conseil scientifique

8.1 Rôle du conseil scientifique

Le conseil scientifique propose au conseil d'administration les orientations de la recherche dans les conditions prévues dans les statuts de l'Université de Rennes (article 7). Il propose la répartition des crédits de recherche. Il est consulté sur les conventions touchant la recherche et sur les demandes d'accréditation concernant le 2^e cycle.

Il est consulté, en formation restreinte aux enseignants-chercheurs, sur les types et profils de poste d'enseignants-chercheurs proposés au recrutement et sur les sujets relatifs à la gestion de la carrière des enseignants-chercheurs.

8.2 Composition du conseil scientifique

Le conseil scientifique comprend 23 membres ainsi répartis :

- La directrice de l'école, Présidente ;
- 6 personnalités scientifiques désignées pour leur expertise et reconnaissance nationale et/ou internationale en lien avec les thématiques de recherche de l'établissement ;
- 7 représentants des professeurs ou autres titulaires d'une habilitation à diriger des recherches (modification par l'article 16 du décret n°2024-841 du 16 juillet 2024 et applicable à compter du renouvellement des membres du CS en 2026 : 7 professeurs des universités ou assimilés) ;
- 4 représentants des autres personnels d'enseignement ou de recherche ;
- 2 représentants des étudiants de 2^e cycle ;
- 2 représentants des ingénieurs et personnels techniques de recherche ;
- 1 représentant des personnels administratifs

Le président de l'Université de Rennes ou son représentant, est membre de droit du conseil scientifique de l'école.

Le Directeur scientifique est invité permanent.

Article 9 - Les sections disciplinaires

Le pouvoir disciplinaire prévu aux articles L. 712-6-2 et L. 811-5 est exercé en premier ressort par le conseil d'administration, constitué en sections disciplinaires, pour les personnels enseignants dans les conditions et selon la procédure prévues aux articles R. 712-10 à R. 712-46, sous réserve des dispositions

prévues à l'article R. 232-31, et pour les usagers dans les conditions et selon la procédure prévues aux articles R. 811-10 à R. 811-42, sous réserve des dérogations prévues par les dispositions réglementaires applicables à l'ENSCR mentionnées à l'article D. 741-5.

9.1 Règles de constitution communes

Les membres des sections disciplinaires sont élus en séance du conseil d'administration par et parmi les membres élus du conseil d'administration, selon leur collège respectif.

La section disciplinaire est composée à parité de femmes et d'hommes. Au sein de chaque collège, la moitié des sièges est attribuée à des femmes, l'autre moitié à des hommes. Les membres élus du CA sont désignés membres des sections disciplinaires pour la durée de leur mandat au sein du conseil.

Les personnes désignées en dehors du CA disposent d'un mandat qui prend fin à la date d'expiration des mandats des représentants des personnels au CA.

Les membres des sections disciplinaires continuent à siéger valablement dans la section jusqu'à la désignation de leurs successeurs (sauf en cas de perte de la qualité pour siéger). Leur mandat est renouvelable (cf. article R. 712-21).

L'empêchement définitif d'un membre d'une section disciplinaire intervient le plus souvent en raison de la perte de sa qualité pour siéger.

Les modalités de remplacement des membres des sections disciplinaires varient selon le membre concerné. Dans tous les cas, le remplacement se fait au regard de l'obligation de parité entre les femmes et les hommes qui s'impose au sein de chaque collège, pour la durée du mandat restant à courir.

Le président de la section disciplinaire est élu, sans condition de sexe, parmi les PU membres de la section (à l'exclusion des PU assimilés) par l'ensemble des enseignants-chercheurs membres de la section (c'est-à-dire les PU ou assimilés et les MCF ou assimilés).

L'élection a lieu au scrutin secret majoritaire à deux tours.

Un quorum est prévu : la moitié au moins des enseignants-chercheurs membres de la section doit participer à l'élection.

L'élection est acquise à la majorité absolue des suffrages exprimés au 1er tour, à la majorité relative au 2nd tour. En cas d'égalité des voix, le membre le plus âgé est désigné.

NB : S'il n'y a qu'un seul PU dans la section, il est désigné d'office pour la présider.

Un suppléant est élu dans les mêmes conditions. S'il reste un seul PU dans la section après l'élection du président, ce PU est désigné d'office comme suppléant.

Le président et son suppléant peuvent être de même sexe ou de sexe différent.

NB : Dans les cas où la section disciplinaire ne comprend qu'un seul PU, la désignation d'un suppléant est impossible.

9.2 Constitution de la section disciplinaire à l'égard des enseignants et enseignants-chercheurs

La formation compétente à l'égard des enseignants et enseignants chercheurs est constituée de :

- 4 professeurs des universités (2 hommes et 2 femmes)
- 4 maîtres de conférences (2 hommes et 2 femmes)
- 2 autres enseignants (1 homme et 1 femme)

9.3 Constitution de la section disciplinaire à l'égard des usagers

Afin de tenir compte de la taille de l'établissement, une dérogation à la composition de la section disciplinaire compétente à l'égard des usagers est introduite pour les établissements publics administratifs sous la tutelle du ministère de l'enseignement supérieur et de la recherche (article R 741-

3). Elle permet une composition simplifiée de cette section. Par dérogation à l'article R. 811-14, la section disciplinaire compétente à l'égard des usagers peut comprendre deux membres appartenant à chacun des collèges définis aux 1° et 2° de cet article et quatre membres appartenant au collège défini à son 3°. Dans ce cas, par dérogation aux articles R. 811-20 et R. 811-32, la commission de discipline comprend quatre membres, dont un membre appartenant à chacun des collèges définis aux 1° et 2° de l'article R. 811-14 et deux membres appartenant au collège défini au 3° du même article, et ne peut valablement délibérer que si les représentants des collèges définis aux 1° et 2° de cet article sont présents.

La formation compétente à l'égard des usagers est constituée de :

- 2 professeurs des universités (1 homme et 1 femme)
- 2 maîtres de conférences (1 homme et 1 femme)
- 4 usagers (2 hommes et 2 femmes)

Au sein de chaque formation sont élus un président et un vice-président.

Article 10 - Les commissions consultatives thématiques

Conformément aux dispositions de l'article 21 du décret n°86-640 du 14 mars 1986, il est créé des commissions consultatives thématiques qui apparaissent en annexe au présent règlement intérieur.

Le Conseil d'Administration définit les missions des commissions. Il en désigne les membres. La Directrice peut assister ou se faire représenter avec voix consultative aux séances de ces commissions. Les mandats des commissions se terminent avec celui du Conseil. Les commissions rapportent au Conseil d'administration.

En cas de vacance d'un poste, il est procédé à une nouvelle désignation. Les commissions peuvent inviter à assister à leurs travaux toute personne dont elles jugent la présence utile

Article 11 - Participation des représentants de l'ENSCR aux instances de l'EPE Université de Rennes

- En vertu de l'article 20 des statuts de l'Université de Rennes, la Directrice de l'ENSCR siège au Conseil Stratégique de l'Expérimentation. Le Conseil Stratégique de l'Expérimentation assiste le Président de l'Université dans le pilotage stratégique de l'établissement.

- En vertu de l'article 22 des statuts de l'Université de Rennes, la Directrice de l'ENSCR siège au Comité de Direction de l'Université de Rennes. Le Comité de Direction élabore la stratégie et prépare les ordres du jour des instances statutaires de l'Université de Rennes.

- En vertu des articles 24, 29 et 30 des statuts de l'Université de Rennes, le conseil d'administration et les commissions recherche et formation et vie étudiante du conseil académique de l'Université comprennent pour chaque instance, un représentant titulaire et un représentant suppléant désignés par la Directrice de l'ENSCR.

- En vertu de l'article 34 des statuts de l'Université de Rennes, le conseil étudiant est composé :

Des étudiants élus au sein du conseil d'administration et des commissions du conseil académique de l'Université de Rennes ;

Dans les conditions fixées par le règlement intérieur de l'Université, des représentants des associations domiciliées à l'Université de Rennes ou dans un établissement-composante et des représentants étudiants des établissements composantes.

Tous les étudiants de l'ENSCR sont électeurs pour les élections des représentants des usagers au conseil d'administration et au conseil académique de l'Université de Rennes. Les étudiants de l'ENSCR sont rattachés au collège « technologie/ingénierie ».

- En vertu de l'article 37 des statuts de l'Université de Rennes, une conférence des directeurs généraux des services et secrétaires généraux, de l'Université et des établissements composantes est créée. Elle assure une mission de conseil et d'expertise auprès du conseil stratégique de l'expérimentation et prépare, sur demande du Président de l'Université, les dossiers stratégiques soumis à ce conseil et au comité de direction.

TITRE 2 – LES INSTANCES PROFESSIONNELLES

Article 12 - Le comité social d'administration et la formation spécialisée en santé sécurité et conditions de travail (CSA et F3SCT)

Conformément aux dispositions de l'article 48 du décret n° 2020-47 du 20 novembre 2020 relatif aux comités sociaux d'administration dans les administrations et les établissements publics de l'Etat, le Comité Social d'Administration est consulté sur toutes les questions liées à l'organisation du travail, à la stratégie et aux politiques de gestion des ressources humaines de l'établissement, ainsi qu'à toutes les questions liées à la santé et à la sécurité au travail, quand elles se posent dans le cadre de projet de réorganisations de services.

La F3SCT qui est une émanation du CSA est chargée d'examiner les questions relatives à la protection de la santé physique et mentale, à l'hygiène, à la sécurité des agents dans leur travail et des usagers dans le cadre de leur formation, à l'organisation du travail, au télétravail, aux enjeux liés à la déconnexion et aux dispositifs de régulation de l'utilisation des outils numériques, et à l'amélioration des conditions de travail.

Le CSA et la F3SCT sont présidés par la Directrice de l'ENSCR ou, en cas d'empêchement, son représentant qu'elle désigne parmi les représentants de l'administration exerçant auprès d'elle des fonctions de responsabilité.

Le règlement intérieur du CSA et de la F3SCT fixe les règles d'organisation et de fonctionnement de ces instances.

Composition du CSA :

Représentants de l'administration

- La Directrice de l'ENSCR ou son représentant
- La Directrice Générale des Services
- La Responsable des ressources humaines

Représentants du personnel

- 3 titulaires
- 3 suppléants

Composition de la F3SCT :

Représentants de l'administration :

- La Directrice de l'ENSCR ou son représentant
- La Directrice Générale des Services

Invitée : la Responsable des ressources humaines

Représentants du personnel :

- 3 titulaires (membres du CSA)
- 3 suppléants

Le médecin de prévention et l'inspecteur santé et sécurité au travail sont invités.

En formation élargie aux usagers : 2 membres titulaires et 2 membres suppléants des usagers et la Directrice du service de santé des étudiants (SSE)

Article 13 - La Commission consultative paritaire pour les agents contractuels

La commission consultative paritaire à l'égard des agents contractuels est consultée sur les décisions individuelles relatives aux licenciements intervenant postérieurement à la période d'essai et aux sanctions disciplinaires autres que l'avertissement et le blâme. Elle peut en outre être consultée sur toute question d'ordre individuel relative à la situation professionnelle des agents contractuels.

Composition de la CCP :

Elle comprend en nombre égal des représentants de l'administration et des représentants des personnels (titulaires et suppléants).

Représentants de l'administration :

- 4 titulaires cat A
- 4 suppléants cat A

Représentants du personnel :

- 2 titulaires cat A et 2 suppléants
- 1 titulaire cat B et 1 suppléant
- 1 titulaire cat C et 1 suppléant

Article 14 - La Commission paritaire d'établissement (CPE)

Conformément à la loi n°2019-828 du 6 août 2019 de transformation de la fonction publique, la CPE est compétente pour examiner les questions relatives aux situations individuelles et à la discipline des fonctionnaires. Elle se prononce notamment sur les refus de titularisation, les recours relatifs aux entretiens professionnels, les refus de temps partiel.

L'ENSCR ne disposant pas du nombre de personnels titulaires nécessaires pour constituer une CPE dans l'établissement, elle est rattachée à la CPE de l'université de Rennes pour les agents titulaires qui en relèvent.

TITRE 3 - DISPOSITIONS ELECTORALES

SOUS TITRE 3.1 - ELECTIONS AU CONSEIL D'ADMINISTRATION

Article 15 - Composition des collèges électoraux

Pour l'élection des membres du Conseil d'administration de l'Ecole mentionnés à l'article 9 du décret n° 86-640 du 14 mars 1986 modifié soit :

- 8 représentants des enseignants, des enseignants-chercheurs et des chercheurs ;
- 5 représentants des élèves-ingénieurs, étudiants de 2^e cycle et stagiaires en formation continue
- 2 représentants des personnels ingénieurs, administratifs, techniciens et de service (IATS).

Sont éligibles au sein du collège dont ils sont membres, tous les électeurs régulièrement inscrits sur les listes électorales.

La composition des collèges électoraux est fixée comme suit :

- **Le collège des personnels enseignants** comprend un collège unique d'enseignants-chercheurs, de chercheurs de rang A ou assimilés et un collège unique d'autres enseignants, enseignants-chercheurs et de chercheurs de rang B ou assimilés.

Sont électeurs et éligibles dans les collèges correspondants les personnels enseignants, enseignants-chercheurs et chercheurs titulaires qui sont affectés en position d'activité dans l'établissement ou qui y sont détachés ou mis à disposition sous réserve de ne pas être en congé longue durée.

Les enseignants-chercheurs et enseignants qui bénéficient d'une décharge de service d'enseignement ou d'une décharge d'activité de service ou d'un congé pour recherches ou conversions thématiques sont électeurs dans l'établissement où ils sont affectés, dans leur unité de rattachement ou, à défaut, dans l'unité de leur choix, dans les collèges correspondants.

Les personnels enseignants contractuels recrutés pour une durée indéterminée ainsi que les chargés d'enseignement tels que définis à l'article L. 952-1 du code de l'éducation doivent en outre effectuer dans l'établissement un nombre d'heures d'enseignement au moins égal au tiers des obligations d'enseignement de référence. Ces catégories de personnels sont inscrites sur les listes électorales sous réserve d'en faire la demande.

Les enseignants-chercheurs d'un EPSCP, exerçant leurs activités de recherche à temps complet à l'ENSCR, sont inscrits sur les listes électorales.

Les personnels enseignants, enseignants-chercheurs, chercheurs sont éligibles même s'ils sont membres d'un Conseil d'un autre établissement d'enseignement supérieur.

- **Le collège des enseignants-chercheurs et des chercheurs de rang A ou assimilés** comprend les catégories suivantes :

- a) Professeurs des universités, titulaires et associés ou invités ;
- b) Personnels d'autres corps de l'enseignement supérieur, assimilés aux professeurs par les arrêtés prévus à l'article 6 du décret n° 92-70 du 16 janvier 1992 modifié relatif au Conseil national des universités ainsi que les enseignants associés ou invités de même niveau régis par le décret n° 91-267 du 6 mars 1991 modifié relatif aux enseignants associés ou invités dans certains établissements d'enseignement supérieur relevant du ministre chargé de l'enseignement supérieur ;

- c) Chercheurs du niveau de directeurs de recherche des établissements publics scientifiques et technologiques ou de tout autre établissement public ou reconnu d'utilité publique de recherche et chercheurs remplissant des fonctions analogues affectés à l'Ecole ou mis à sa disposition ;
- d) Enseignants-chercheurs de rang A d'un E.P.S.C.P. exerçant leurs activités de recherche à l'ENSCR à temps complet.

Le nombre de représentants est fixé à quatre.

- **Le collège des autres enseignants et assimilés, enseignants-chercheurs et chercheurs de rang B** comprend les personnels qui ne sont pas mentionnés ci-dessus et notamment :

- a) Enseignants-chercheurs et les enseignants titulaires, les enseignants associés ou invités n'appartenant pas au collège A ;
- b) Chargés d'enseignement définis à l'article L. 952-1 du code de l'éducation
- c) Chercheurs des établissements publics scientifiques et technologiques ou de tout autre établissement public reconnu d'utilité publique de recherche affectés à l'Ecole ou mis à sa disposition n'ayant pas le niveau mentionné à l'alinéa c de l'article précédent ;
- d) Enseignants-chercheurs de rang B d'un E.P.S.C.P. exerçant leurs activités de recherche à l'ENSCR à temps complet.

Le nombre de représentants est fixé à quatre.

- **Le collège des personnels IATS** comprend tous les personnels titulaires ingénieurs, administratifs, techniciens et de service qui sont affectés en position d'activité dans l'établissement ou qui y sont détachés ou mis à disposition, sous réserve de ne pas être en congé longue durée.

Les agents IATS non titulaires sont inscrits sur les listes électorales sous réserve d'être affectés dans l'établissement pour assurer un service au moins égal à un mi-temps et de ne pas être en congé non rémunéré pour raisons familiales ou personnelles. Ils doivent en outre, être en fonction dans l'établissement à la date du scrutin et avoir un contrat d'une durée minimum de 10 mois.

Le collège des IATS comprend également des membres des corps d'ingénieurs, des personnels techniques et d'administration de la recherche.

Le nombre des représentants est fixé à deux.

- **Le collège des usagers** comprend tous les élèves-ingénieurs et les étudiants en Master et-régulièrement inscrits à l'ENSCR.

Sont également électeurs les stagiaires au titre de la formation continue sous réserve qu'ils soient inscrits à un cycle de formation d'une durée minimale de 100 heures se déroulant sur une période d'au moins 6 mois et qu'ils soient en cours de formation au moment des opérations électorales, et qu'ils en fassent la demande.

Le nombre de représentants est fixé dans les proportions suivantes :

- 1 élève-ingénieur de 1^{re} année des cycles préparatoires, désigné par le sous-collège des élèves-ingénieurs de 1^{re} année des cycles préparatoires ;
- 1 élève-ingénieur de 2^e année des cycles préparatoires, désigné par le sous-collège des élèves-ingénieurs de 2^e année des cycles préparatoires ;
- 1 élève-ingénieur de 1^{re} année du cycle ingénieur désigné par le sous-collège des élèves-ingénieurs de 1^{re} année du cycle ingénieur ;

- 1 élève-ingénieur de 2^e année du cycle ingénieur désigné par le sous collège des élèves-ingénieurs de 2^e année du cycle ingénieur ;
- 1 élève-ingénieur de 3^e année du cycle ingénieur et étudiants de Master 2 et stagiaires en formation continue désigné par le sous collège des élèves-ingénieurs de 3^e année du cycle ingénieur et étudiants en Master ;

SOUS TITRE 3.2 - ELECTIONS AU CONSEIL SCIENTIFIQUE

Article 16 - Composition des collèges électoraux

Pour l'élection des membres du Conseil Scientifique conformément aux dispositions de l'article 16 du décret n° 86-640 du 14 mars 1986 modifié par le décret n°2024-841 du 16 juillet 2024 art. 4 soit :

- 7 représentants des professeurs ou autres titulaires d'une habilitation à diriger des recherches (modification par l'article 16 du décret n°2024-841 du 16 juillet 2024 et applicable à compter du renouvellement des membres du CS en 2026 : 7 professeurs des universités ou assimilés)
- 4 représentants des autres personnels d'enseignement ou de recherche ;
- 2 représentants des étudiants de 2^e cycle (élèves ingénieurs de 2^e et 3^e année de cycle ingénieur, étudiants en Master, stagiaires en formation continue) ;
- 2 représentants des ingénieurs et personnels techniques de recherche ;
- 1 représentant des personnels administratifs ;

Les électeurs des différentes catégories sont répartis dans les collèges électoraux ci-dessous.

- **Le collège des professeurs ou assimilés** comprend les personnels mentionnés à l'article 8.2 du présent règlement.

- **Le collège des autres personnels d'enseignement** comprend les personnels visés à l'article 8.2 du présent règlement.

- **Le collège des étudiants de 2^e cycle** comprend les étudiants inscrits en 2^e et 3^e année de cycle ingénieur, étudiants en Master, stagiaires en formation continue.

- **Le collège des ingénieurs et personnels techniques de recherche** comprend l'ensemble des personnels relevant du corps des Ingénieurs Techniciens Recherche et Formation (ITRF) titulaire et non titulaires sous réserve des conditions citées à l'article 8 ainsi que des personnels ingénieurs, techniciens et administratifs de la recherche (ITA), ce collège comprend également

- **Le collège des personnels administratifs** comprend les personnels relevant du corps de l'administration de l'éducation nationale et de l'enseignement supérieur (AENES) titulaires et non titulaires sous réserve des conditions prévues à l'article 8.

Lorsque que le collège des personnels administratifs comporte moins de 5 personnes inscrites sur la liste électorale, ce collège est regroupé avec le collège des ITRF/ITA.

SOUS TITRE 3.3 - MODALITES COMMUNES

Les élections ont lieu, selon le cas, au scrutin plurinominal ou uninominal majoritaire à deux tours. La majorité absolue est requise au premier tour. En cas d'égalité des voix au second tour, le siège est attribué au bénéfice de l'âge.

Les représentants des enseignants, enseignants-chercheurs, chercheurs et des personnels IATS sont élus pour trois ans au Conseil d'Administration ainsi qu'au Conseil Scientifique. Leur mandat est renouvelable.

Les représentants des étudiants de 2^e cycle (élèves-ingénieurs de 2^e et 3^e année, étudiants en Master et stagiaires en formation continue) sont élus pour un an. Leur mandat est renouvelable.

La Directrice est responsable de l'organisation des opérations électorales. Elle établit les listes électorales qu'elle publie 15 jours au moins avant la date du scrutin, fixe la date des élections et convoque les collèges électoraux. Pour le bon déroulement des élections et l'encadrement des bureaux de vote, il est institué une commission électorale d'au moins trois membres choisis parmi les électeurs au Conseil d'Administration et au Conseil Scientifique.

La déclaration de candidature est obligatoire et doit être déposée trois jours francs avant la date du scrutin.

En ce qui concerne le déroulement et la régularité des scrutins (urnes, vote, bulletins, etc.), il est renvoyé aux dispositions du code de l'éducation.

L'article D 741-4-1 du code de l'éducation, créé par le décret n° 2024-841 du 16 juillet 2024, offre la possibilité aux EPA d'organiser les élections par voie électronique pour désigner leurs représentants des personnels et usagers au sein de leurs instances statutaires, dans les conditions prévues par l'article D. 719-36-1 du code de l'éducation (application du décret du 26 mai 2011 relatif aux conditions et modalités de mise en œuvre du vote électronique).

Nul ne peut prendre part au vote s'il ne figure sur une liste électorale. La Directrice établit une liste électorale par collège. L'inscription sur les listes électorales est faite d'office pour les usagers à partir des inscriptions prises auprès des services compétents de l'établissement.

Les personnels et les usagers dont l'inscription sur les listes électorales est subordonnée à une demande de leur part doivent faire cette demande au plus tard cinq jours francs avant la date du scrutin, dans les formes fixées par la Directrice de l'Ecole.

Une commission de contrôle des opérations électorales instituée dans l'académie de Rennes, conformément au code de l'éducation statue sur les contestations qui lui sont adressées.

Les électeurs qui ne peuvent voter personnellement ont la possibilité d'exercer leur droit de vote par un mandataire, en lui donnant procuration écrite pour voter en leur lieu et place.

Le mandataire doit être inscrit sur la même liste électorale et dans le même collège que le mandant. Nul ne peut être porteur de plus de deux mandats. Le mandataire doit présenter selon le cas soit la carte d'étudiant, soit la justification de la qualité professionnelle de son mandant.

TITRE 4 - DISPOSITIONS RELATIVES AUX DELIBERATIONS A DISTANCE

Article 17 - Dispositions générales

- Ordonnance n° 2014-1329 du 6 novembre 2014 relative aux délibérations à distance des instances administratives à caractère collégial ;
- Décret n° 2014-1627 du 26 décembre 2014 relatif aux modalités d'organisation des délibérations à distance des instances administratives à caractère collégial ;
- Décision de consultation à distance validée au CA de l'ENSCR en date du 11 mars 2021.

Une consultation à distance peut être organisée dans chacun des conseils centraux (CA, CS), ainsi que dans les comités statutaires (CSA et sa formation spécialisée), sur décision de la Directrice sauf dans le cadre d'une procédure disciplinaire

L'ensemble des membres de l'instance concernée et, le cas échéant, les invités qui doivent être entendus sont informés qu'une délibération aura lieu à distance et de ses modalités. L'information porte sur la date et l'horaire de début de la séance, et l'horaire de clôture ainsi que les modalités techniques de participation.

Dans les mêmes conditions, une séance mixte peut également être organisée, composée de membre en présentiel et de membres en distanciel.

Article 18 - Type de consultation à distance

La consultation peut avoir lieu par :

- Conférence téléphonique ou audiovisuelle, au moyen d'une application de visioconférence permettant l'enregistrement et la sauvegarde de l'intégralité de la séance ; les modalités de sauvegarde et d'archivage des enregistrements vidéos/audios sont les mêmes que celles définies pour les séances en présentiel (article 7.2 du présent règlement) ;
- Echange d'écrits transmis, soit par voie électronique permettant un dialogue en ligne, soit par messagerie ; les échanges écrits sont annexés au procès-verbal.

Il appartient à la Directrice de vérifier au préalable que tous les membres de l'instance ont la possibilité d'accès à des moyens techniques permettant leur participation effective pendant la durée de la délibération.

L'identification des participants et la confidentialité des débats doivent être garanties.

Article 19 - Déroulement de la consultation à distance

✓ *Délibération à distance par conférence téléphonique ou audiovisuelle*

La séance se déroule comme une séance habituelle en présentiel en dehors des points suivants :

Chaque participant s'identifie par sa connexion à la séance. Une liste d'émargement est établie sur la base des connexions identifiées par la secrétaire de séance.

Les tiers invités sont autorisés à se connecter à la séance pendant la durée des échanges, à l'ordre du jour pour lesquels ils ont été invités.

Les votes se déroulent normalement sur annonce des points soumis à vote, de la Présidente de séance. Chaque membre votant est appelé à émettre son vote de vive voix. En cas de vote à bulletins secrets, les votes se déroulent via un logiciel de vote à distance qui garantit la sécurité et l'anonymat des votes. La Présidente de séance annonce le passage au vote.

✓ *Délibération à distance par échange d'écrits*

La séance est ouverte par un message de la Présidente de séance, à l'ensemble des membres de l'instance, qui rappelle la date et l'heure limites pour la présentation des contributions.

Les débats sont clos par un message de la Présidente de séance ou son secrétariat à l'issue du délai prévu.

Les débats étant clos, la Présidente adresse un message indiquant l'ouverture des opérations de vote, précisant la durée pendant laquelle les membres participants peuvent voter.

Au terme du délai fixé pour l'expression des votes, la Présidente ou son secrétariat, adresse le résultat à l'ensemble des membres délibérants.

En cas d'incident technique, la délibération et la procédure de vote peuvent être reprises ou poursuivies dans les mêmes conditions.

Le quorum et la majorité applicables à la tenue et aux délibérations de chaque instance doivent être respectés.

Si plusieurs points sont à l'ordre du jour, une délibération séparée doit être organisée, suivant la même procédure pour chaque point évoqué.

TITRE 5 – SANTE, SECURITE ET CONDITIONS DE TRAVAIL

Article 20 - Champ d'application

Les consignes en matière de santé, sécurité, environnement et conditions de travail s'appliquent à l'ensemble des agents, qu'ils soient titulaires ou contractuels, ainsi qu'aux agents mis à disposition de l'ENSCR par une autre administration.

L'inscription en qualité d'étudiant, l'activité professionnelle, même ponctuelle ainsi que la présence autorisée à quel titre que ce soit au sein de l'ENSCR, impliquent pour chacun l'acceptation et l'application de ces consignes.

Toute personne qui ne respecte pas ces consignes et qui met en danger la vie d'autrui engage sa responsabilité pénale.

Il est rappelé que l'ensemble des dispositions du Code du travail, du Code de la fonction publique, du Code de la route, du Code de l'environnement s'appliquent à tous. Il incombe donc à chaque usager, selon son statut, d'appliquer les dispositions réglementaires en vigueur.

Article 21 - Définition des acteurs de la prévention

La Directrice doit mettre en œuvre toutes les mesures de prévention appropriées afin d'assurer des conditions de santé, de sécurité et d'environnement de travail de nature à préserver la santé, l'intégrité physique et mentale des agents et des étudiants durant leur travail et leurs études. Elle est responsable de la sécurité et de la protection de la santé des agents placés sous son autorité. Elle est chargée de mettre en place l'organisation et les moyens adaptés et a une obligation de résultats.

Les chefs de services et correspondants équipes sont responsables de la sécurité des personnels et du public présents dans leurs services et équipes de recherche. Ils doivent prendre toute disposition utile pour garantir cette sécurité à tout moment.

Le personnel d'encadrement à tous les niveaux (réfèrent équipe, responsable de service, encadrant de thèse, encadrant de contractuels ...) participe activement, pour les agents placés sous son autorité, en tant que responsable, à l'obligation réglementaire de prévention des risques professionnels.

Les enseignants et enseignants-chercheurs sont responsables de la sécurité des étudiants pendant le face à face pédagogique. Ils doivent prendre toute disposition utile pour garantir la sécurité durant cette période.

Les enseignants encadrant les activités pédagogiques devront veiller à analyser les risques et présenter aux élèves les mesures de prévention à mettre en œuvre et les faire respecter, notamment pour les séances de travaux pratiques.

Le Directeur de l'UMR 6226, en tant que chef de service au titre de l'article 2-1 du décret 82-453 du 28 mai 1982, modifié, relatif à l'hygiène et à la sécurité du travail ainsi qu'à la prévention médicale dans la fonction publique, a également l'obligation de veiller à la sécurité et à la protection des agents placés sous son autorité et notamment aux équipes de recherche présentes à l'ENSCR, pour leurs activités de recherches. Les services de l'ENSCR et de l'UMR travaillent de ce fait en collaboration.

Les étudiants (y compris doctorants, stagiaires...) inscrits à l'ENSCR doivent respecter le présent règlement intérieur. Ils doivent prendre soin de leur sécurité, de leur santé et de celles des autres.

La conseillère de prévention est rattachée à la Directrice de l'ENSCR, sous l'autorité de laquelle elle exerce ses fonctions. Sa mission essentielle est d'assister et conseiller la Direction ainsi que les chefs de services et les correspondants équipes dans la mise en œuvre des règles de préservation de la santé, de sécurité et de l'amélioration des conditions de travail. Elle entretient des relations permanentes avec

tous les acteurs de la prévention : les assistants de prévention (AP), la F3SCT, le médecin de prévention, la conseillère en radioprotection...

L'assistant de prévention est un acteur de la prévention de proximité. Il est nommé au sein de chaque service/équipe et assiste et conseille le référent équipe ou chef de service concerné dans le cadre de la mise en œuvre des règles de santé et de sécurité du travail. Il en reçoit les directives et lui rend compte de son action directement. L'assistant prévention dispose d'une lettre de cadrage.

La conseillère en radioprotection est rattachée à la Directrice de l'ENSCR, sous l'autorité de laquelle elle accompagne l'établissement dans la mise en place des dispositifs réglementaires applicables en matière de radioprotection.

Le médecin du travail assiste et conseille la Directrice, les agents et leurs représentants pour l'amélioration des conditions de vie et de travail dans les services, l'hygiène générale des locaux, l'adaptation des postes de travail et la protection des agents contre l'ensemble des nuisances et des risques d'accidents ou de maladies professionnelles.

Il est chargé de prévenir toute altération de la santé des agents du fait de leur travail. Il définit et assure la surveillance médicale des agents de l'établissement à travers la mise en œuvre de visites médicales.

L'inspecteur santé et sécurité au travail (ISST) contrôle les conditions d'application des règles en matière de santé et de sécurité au travail et propose à la Directrice toute mesure qui lui paraît de nature à améliorer l'hygiène et la sécurité du travail et la prévention des risques professionnels. En cas d'urgence, il propose à la Directrice, qui leur rend compte des suites données à leurs propositions, les mesures immédiates qu'il juge nécessaires

Article 22 - Dispositions générales

22.1 Circulation et stationnement

L'ensemble des règles du code de la route s'applique également au sein de l'ENSCR. La vitesse est limitée à 20km/h sur les parkings.

L'utilisation des rollers, vélos, trottinettes ou skate-boards est interdite à l'intérieur des locaux.

Les automobilistes veilleront à respecter les emplacements de stationnement pour personnes en situation de handicap et les voies d'accès des pompiers et véhicules de secours. Il est interdit de stationner sur les espaces verts

Tout stationnement en infraction de la présente disposition sera considéré comme abusif au sens de l'article R 417-12 du code de la route. Le stationnement abusif ou gênant est passible d'une contravention et/ou d'une mise en fourrière (article R417-10 du code de la route).

22.2 Accès aux locaux : contrôle d'accès

Les locaux de l'ENSCR sont accessibles de 7h30 à 20h via des badges d'accès. Les étudiants ont accès aux locaux de 7h30 à 19h. Seules les entreprises hébergées au PIC 1 ont un accès permanent à leurs locaux.

L'école dispose d'accès sécurisés dans le cadre du plan Vigipirate. Pour toute demande de badge, l'encadrant doit compléter un formulaire auprès de l'accueil.

En cas de perte de badge, l'agent ou l'élève doit prévenir l'établissement au plus vite.

Tout visiteur ou intervenant d'entreprise extérieure doit se présenter à l'accueil pour signer le registre de visite et être accompagné si nécessaire par un personnel de l'ENSCR.

En cas de fermeture de l'établissement, une demande d'autorisation de présence devra être formulée à l'attention de la Directrice. En cas d'accord, la personne s'engage à signer le registre de visite à son entrée et à sa sortie de l'établissement.

22.3 Sûreté - Vigipirate

Les problèmes de sûreté concernent tous les personnels et tous les usagers. Il appartient à chacun de veiller au respect des consignes transmises au gré de l'évolution des situations (Plan Vigipirate notamment). Toute situation pouvant mettre en cause la sécurité des biens et des personnes devra sans tarder être portée à la connaissance de l'autorité administrative.

Chacun veillera à ne pas laisser les portes à accès contrôlé en position ouverte.

22.4 - Sécurité incendie

Le maintien en bon état de fonctionnement des installations de sécurité incendie relève de la responsabilité de tous les usagers du site.

Les dispositions à prendre en cas d'incendie font l'objet d'un affichage spécifique.

La personne qui découvre un feu doit appuyer sur un déclencheur manuel (boîtier rouge) et prévenir l'accueil (02 23 23 80 00), l'astreinte sécurité (02 23 23 80 20) et / ou alerter les secours au (0)18.

Dès l'audition de l'alarme, les locaux doivent être immédiatement évacués selon les consignes prévues à cet effet. Les personnes évacuées doivent suivre les instructions des chargés d'évacuation et rejoindre le point de rassemblement le plus proche. La participation aux exercices est obligatoire.

Il appartient à chacun, à chaque instant, de veiller par son comportement et son activité à la prévention du risque d'incendie. Cette prévention passe notamment par l'utilisation avec précaution des produits inflammables dans les laboratoires et ateliers, la délivrance de permis de feu préalablement à tous travaux présentant des risques d'incendie, et l'interdiction de fumer dans l'ensemble des locaux. En dehors de certaines activités spécifiques, il est également demandé de ne pas laisser d'appareils électriques sous tension de façon prolongée et en l'absence de surveillance (ex : cafetière, radiateur, bouilloire, etc...). Autant que possible, tout appareil électrique doit être éteint en-dehors de son utilisation.

En cas de déclenchement d'alarme incendie, il est interdit d'utiliser les ascenseurs.

La réintégration dans les locaux ne se fait que sur autorisation de la Directrice ou de son représentant, après avis favorable des pompiers.

Le personnel devra veiller d'une façon générale à ne pas encombrer d'objets ou stockages quelconques les couloirs, les escaliers, les portes et les issues de communication et de secours.

22.5 Plan Particulier de Mise en Sûreté (PPMS)

Le PPMS de l'ENSCR permet de disposer localement d'une organisation, de méthodes d'intervention et de moyens adaptés pour réagir efficacement en cas de survenue d'un événement grave type attentat/intrusion, incendie/explosion, accident grave de personne, catastrophes naturelles, accident technologique et piratage informatique.

22.6 Travail isolé

Les situations de travail isolé doivent rester exceptionnelles et être gérées de façon à ce qu'aucun agent ne travaille isolément en un point où il ne pourrait être secouru à bref délai en cas d'accident.

Préalablement à ces situations, une analyse des risques doit être réalisée et les moyens nécessaires mis à disposition par le responsable hiérarchique.

De manière exceptionnelle, la Direction peut délivrer des autorisations de travail hors temps ouvrable, assujetties à l'obligation d'être au minimum deux dans les mêmes espaces de travail.

Dans le cas où des travaux dangereux doivent nécessairement être exécutés hors des horaires normaux et/ou sur des lieux isolés ou locaux éloignés, il est obligatoire d'être accompagné ou de mettre en œuvre des mesures compensatoires appropriées.

22.7 Suivi médical

Les agents bénéficient d'un suivi médical dont la périodicité est définie par le médecin de prévention du Service de médecine universitaire du travail (SMUT) en fonction de l'exposition à des risques et / ou l'état de santé de l'agent.

Tous les personnels sont tenus de se rendre aux visites médicales auxquelles ils sont convoqués.

En cas de grossesse ou de souhait de grossesse, les personnels pouvant, dans le cadre de leur exercice, être exposés à des agents chimiques dangereux et à des rayonnements ionisants doivent dès le début de celle-ci prendre contact avec la médecine de prévention. Il est également demandé de prendre rapidement contact avec le Conseiller prévention de l'ENSCR.

La prévention de la santé des étudiants est assurée par le Service de Santé des Etudiants (SSE) de l'Université de Rennes.

22.8 Accident

Chaque personne victime ou témoin d'un accident du travail doit intervenir selon les consignes définies et affichées dans l'établissement. Une convention a été établie avec une société de taxis pour permettre le transport de la victime aux urgences si le médecin régulateur ne diligente pas de transport d'urgence pour la prise en charge de la personne.

Tout agent victime d'un accident de travail, doit dans les 24h le signaler auprès de la Direction des Ressources humaines.

22.9 Port des EPI

Le port des équipements de protection individuelle est obligatoire pour les personnels et élèves tels que définis par les consignes de sécurité, les affichages ou par l'encadrant.

Le port de lunettes de sécurité destinées à protéger d'éventuelles projections, d'une blouse en coton, de vêtements couvrant l'intégralité des membres inférieurs et de chaussures fermées est obligatoire pour tous, dans tous les espaces « formation et recherche » dédiés à la pratique expérimentale en chimie.

Les équipements de protection individuelle, conformes aux normes en vigueur, sont fournis gratuitement et autant que de besoin par l'ENSCR et sont maintenus en bon état par l'agent bénéficiaire qui avisera son supérieur hiérarchique de toute défaillance d'un EPI qui pourrait être constatée.

En cas de contre-indication médicale au port d'un équipement de protection individuelle standard, celle-ci doit être prononcée par le médecin de prévention afin que d'autres modèles soient proposés.

L'utilisation conforme des EPI prescrits par des consignes de sécurité ou par la hiérarchie est une obligation à laquelle il n'est pas possible de se soustraire sans encourir de sanction disciplinaire

22.10 Tabac, alcool et stupéfiants

La Directrice est responsable du maintien de l'ordre et de la sécurité au sein de l'établissement. A ce titre, elle peut prendre toute mesure destinée à prévenir ou empêcher les troubles à l'ordre ou à la sécurité des personnes et des biens.

Conformément à la réglementation en vigueur, il est interdit à toute personne de fumer (cigarette électronique comprise) à l'intérieur des locaux à l'exception des appartements des personnels logés. Afin d'éviter le tabagisme passif des personnels et usagers, il est également fortement déconseillé de fumer à moins de 9 mètres des entrées de l'établissement.

Il est interdit aux personnels ou usagers d'introduire, de détenir, de consommer ou de vendre des stupéfiants dans l'enceinte de l'école.

Il est également interdit aux personnels ou usagers d'introduire de détenir, de consommer ou de vendre de l'alcool sur le lieu de travail et d'études (salles d'enseignement, bureaux, laboratoires, etc.).

Cependant, conformément à l'article R4228-20 du code du travail, une consommation modérée d'alcool peut être autorisée aux personnels pour des événements exceptionnels, en dehors des heures de travail, dans les locaux de convivialité et pour des événements institutionnels, sur dérogation de la Directrice. Les étudiants doivent se référer aux règles établies pour l'organisation d'événements festifs.

Article 23 - Cellules internes

23.1 Cellule d'écoute VSS-D

L'ENSCR est pleinement engagée dans la lutte contre les violences sexuelles, sexistes, discriminations et toutes formes de harcèlement en son sein. A cet effet, une cellule d'écoute est constituée, destinée à accueillir la parole de toute personne victime ou témoin d'une situation de harcèlement de violences ou de discriminations dans le cadre de son activité professionnelle, de ses études, stages / alternance.

La composition de la cellule et ses attributions sont disponibles sur les intranets personnels et usagers de l'établissement.

L'ENSCR a signé une convention de partenariat avec le parquet du tribunal judiciaire de Rennes, afin d'être accompagnée dans le traitement des situations de VSS-D.

23.2 Cellule RPS

Une cellule destinée à traiter les risques psycho-sociaux est constituée au sein de l'établissement. Les RPS sont définis comme « des risques pour la santé mentale, physique et sociale, engendrés par les conditions d'emploi et les facteurs organisationnels et relationnels susceptibles d'interagir avec le fonctionnement mental ».

Toute personne victime ou témoin d'une situation de RPS peut contacter la cellule dédiée, par l'intermédiaire de l'un de ses membres : La Directrice ou la Directrice Générale des services, la Responsable des ressources humaines, la conseillère de prévention, le médecin de prévention ou son représentant.

La cellule propose un accompagnement individualisé pour les agents : selon la situation et avec accord exprès de l'agent, elle définit les modalités d'accompagnement renforcé qu'il convient de proposer, par la mise en œuvre de mesures concrètes et adaptées à la situation.

La composition de la cellule et ses attributions sont disponibles sur l'intranet des personnels de l'établissement.

Article 24 - Les outils de la prévention

24.1 Informations et consignes de sécurité

Il appartient à chaque agent de travailler dans le respect des instructions préservant la santé et la sécurité. La charte santé, sécurité et sureté de l'ENSCR et les procédures et consignes de sécurité édictant les règles et les processus relatifs à la prévention sont disponibles sur l'intranet, la GED ou dans les équipes et services.

Une signalétique de prévention, composée d'affiches utilisant des pictogrammes de dangers, d'interdiction, d'obligation etc. est mise en place dans les locaux de l'établissement et plus particulièrement au niveau des locaux à risques (ateliers, laboratoires, locaux techniques) et des équipements et matériels à risques (machines...). Les personnels et les étudiants sont tenus de respecter la signalétique et les consignes.

24.2 Formations en santé-sécurité

Tout nouveau personnel arrivant à l'ENSCR reçoit un accueil sécurité qui permet de donner les consignes générales (organisation de la sécurité, conduite à tenir en cas d'urgence, existence des registres...) et de présenter les locaux. Ensuite, c'est à l'encadrant de présenter le poste de travail et les risques auxquels l'agent est exposé, les mesures de prévention qu'il doit prendre et les consignes de sécurité à respecter.

Les nouveaux élèves bénéficient également d'un accueil sécurité à leur arrivée qui est organisé par la Conseillère prévention. Par la suite, les enseignants sont tenus de transmettre aux élèves toute information utile pour leur sécurité lors des séances de travaux pratiques.

D'autres actions d'information et de formation sont mises en place, tout au long de la carrière, en fonction des activités et des risques auxquels sont exposés les agents.

Les entreprises hébergées bénéficient également d'un accueil sécurité lors de leur installation dans les locaux de l'ENSCR.

24.3 Evaluation des risques professionnels / Document unique d'évaluation des risques professionnels (DUERP)

Chaque équipe, service ou utilisateur des salles de travaux pratiques doit réaliser son évaluation des risques professionnels. Cela consiste à identifier les risques auxquels sont soumis les personnels ou élèves en vue de mettre en place des actions de prévention couvrant les dimensions techniques, humaines et organisationnelles. Les résultats de cette évaluation sont formalisés dans un Document Unique d'Evaluation des Risques Professionnels (DUERP) disponible via une application en ligne. Cette évaluation des risques est mise à disposition de tout personnel ou élève, en version papier, sur intranet ou auprès des assistants prévention. Le DUERP est transmis aux services de médecine de prévention en charge du suivi des agents (article L 4121-3-1- VI code du travail).

Conformément à l'article R4121-2 du code du travail, le DUERP et le Programme Annuel de Prévention des Risques Professionnels et d'Amélioration des Conditions de Travail (PAPRI Pact) font l'objet d'une mise à jour annuelle. L'actualisation du PAPRI Pact doit être effectuée à chaque mise à jour du document unique d'évaluation des risques professionnels, si nécessaire.

24.4 Fiches individuelles d'exposition

Chaque personnel doit compléter sa fiche de risques professionnels qui permet de recenser les risques auxquels il est exposé. De plus, il doit compléter sa fiche d'exposition aux risques chimiques.

24.5 Les registres santé sécurité au travail

Tout agent ou usager doit signaler toute anomalie ou incident qui pourrait porter atteinte à sa santé, à sa sécurité ou à celles de toute personne présente dans l'enceinte de l'Ecole. A cet effet, un registre de santé et de sécurité au travail est ouvert dans chaque service/secteur et tenu par les assistants de prévention et la conseillère de prévention. Le RSST permet de signaler par écrit toutes les observations et suggestions relatives à la prévention des risques professionnels et à l'amélioration des conditions de travail. Tout personnel, élève ou usager peut le renseigner. Le RSST est examiné par le responsable du laboratoire, l'assistant de prévention, etc. afin que les mesures adéquates soient prises dans les meilleurs délais. Le RSST est tenu à la disposition de l'ensemble des agents, des usagers et la F3SCT.

24.6 Le droit de retrait

L'agent s'estimant, de manière raisonnable, exposé à une situation présentant un danger grave et imminent pour sa vie ou sa santé peut faire valoir son droit de retrait. Il alerte immédiatement son chef de service qui procède à une analyse de la situation et met tout en œuvre pour assurer la reprise d'une activité normale.

L'autorité administrative ne peut demander à l'agent qui a fait usage de son droit de retrait de reprendre son activité dans une situation de travail où persiste un danger grave et imminent résultant notamment d'une défectuosité du système de protection. Aucune sanction, aucune retenue de salaire ne peut être prise à l'encontre d'un agent ou d'un groupe d'agents qui se sont retirés d'une situation de travail dont ils avaient un motif raisonnable de penser qu'elle présentait un danger grave et imminent pour la vie ou la santé de chacun d'eux.

Le représentant du personnel à la F3SCT qui constate qu'il existe une cause de danger grave et imminent, notamment par l'intermédiaire d'un agent, en alerte immédiatement la Directrice ou toute personne ayant reçu délégation à cet effet, et consigne cet avis dans le registre de danger grave et imminent, disponible dans le bureau de l'assistante de direction.

Après avoir pris connaissance de l'avis émis par la F3SCT compétente, l'autorité administrative arrête les mesures à prendre.

À défaut d'accord entre l'autorité administrative et la F3SCT sur les mesures à prendre et leurs conditions d'exécution, l'inspecteur santé et sécurité au travail est obligatoirement saisi.

24.7 Règles spécifiques liées aux activités menées à l'ENSCR

Il est rappelé en particulier que :

- Tout équipement de protection collectif à disposition doit être utilisé afin de sécuriser les activités et les personnels ;
- Chacun devra se conformer aux règles d'hygiène afin d'éviter de propager une éventuelle contamination en dehors du lieu de travail. En particulier, les blouses et les gants doivent rester dans les salles d'expérimentation ;
- Il est interdit aux personnels de boire, manger et fumer dans les salles d'expérimentation ;
- La présence d'enfants dans les locaux d'expérimentations et techniques est interdite ;
- Le stockage des produits chimiques neufs ou usés est interdit dans les bureaux, les parties communes, près des issues des laboratoires et devant les extincteurs ;
- Le stockage des solvants inflammables est limité à un bidon de chaque solvant dans les laboratoires ;

- Il est interdit d'utiliser les ascenseurs en même temps que les bidons contenant des liquides cryogéniques (ex: azote liquide) ou des produits dangereux ;
- Les produits toxiques doivent être conservés sous clé ;
- L'évacuation de produits chimiques, toxiques, radioactifs ou biologiques dans les circuits d'eau douce est interdite ;
- L'enlèvement ou la neutralisation d'un dispositif de protection des machines ou équipements constitue une faute ;
- Toute intervention (réparation, entretien, etc.) sur une installation (infrastructure, électricité...) ou sur une machine, soit par un agent travaillant sur celle-ci, soit par une personne spécialisée, est soumise aux consignes données à cet effet ;
- Seules les personnes formées et habilitées sont autorisées à utiliser les ultracentrifugeuses, les autoclaves, l'acide fluorhydrique, les générateurs X, les engins de levage et tout équipement à risque majeur.

En cas de non-respect de ces règles :

Les personnels et usagers doivent respecter les présentes règles de sécurité. Tout manquement à ces règles donnera lieu à des poursuites disciplinaires et/ou judiciaires (civiles, pénales)

TITRE 6 – DISPOSITIONS SPECIFIQUES APPLICABLES AUX PERSONNELS

Article 25 - Définition

Les personnels de l'ENSCR sont recrutés et affectés à l'ENSCR ou mis à disposition de l'ENSCR. Ils regroupent les fonctionnaires et les agents contractuels recrutés pour une durée déterminée ou indéterminée, dont les règles sont régies par la charte des contractuels disponible dans l'espace numérique de travail des personnels et la circulaire horaires et congés des personnels BIATSS.

Article 26 - Droits et obligations des personnels

La loi n° 83-634 du 13 juillet 1983 précise les droits et obligations des agents publics. Ces droits et obligations s'exercent dans les limites fixées par le cadre réglementaire.

26.1 Les principaux droits

L'ENSCR garantit l'exercice des droits reconnus par la réglementation, et notamment :

- > Le droit à la rémunération après service fait ;
- > Le droit d'accès à son dossier individuel ;
- > Le droit à la formation professionnelle ;
- > La liberté d'opinions politiques, syndicales, philosophiques ou religieuses ;
- > La liberté d'expression ;

La liberté d'expression et l'indépendance des enseignants-chercheurs, des enseignants et des chercheurs :

L'ENSCR garantit aux enseignants-chercheurs, aux enseignants et aux chercheurs l'indépendance et la liberté d'expression dans l'exercice de leurs fonctions d'enseignement et de recherche, sous les réserves que leur imposent, conformément aux traditions universitaires, les principes de tolérance et d'objectivité, tels que consacrés par les articles L.123.9 et L.952.2 du code de l'éducation.

> Le droit syndical : L'ENSCR garantit le libre exercice des libertés syndicales. Les organisations syndicales représentées dans les instances bénéficient, dans les conditions prévues par le décret n° 82-447 du 28 mai 1982 : de la mise à disposition d'un local syndical, du droit d'affichage sur un panneau réservé à cet effet, de la possibilité d'utiliser une liste de diffusion pour l'envoi de messages électroniques à l'ensemble des personnels, dans le respect de la charte informatique. D'une manière générale, la distribution ou l'envoi de documents et messages électroniques ne doivent pas porter atteinte au bon fonctionnement et à l'image du service public de l'enseignement supérieur ainsi qu'au respect des personnes.

> Le droit de grève ;

> Le droit de participation aux instances statutaires : CA, CS, CSA, F3SCT, CCP...

> Le droit à la protection fonctionnelle de l'agent à l'occasion de l'exercice de ses fonctions, sous réserve qu'une faute personnelle de l'agent ne soit pas à l'origine de la mise en cause de la responsabilité ;

> Le droit à la protection contre le harcèlement dans les relations de travail ;

26.2 Les principales obligations

Les personnels de l'ENSCR doivent respecter les obligations nées de la réglementation en vigueur, et notamment :

> L'obligation de servir, d'effectuer les tâches confiées avec assiduité et de satisfaire aux nécessités de service ;

> L'obligation de non cumul d'activité et de service sauf exceptions réglementaires ;

> L'obligation de secret professionnel et de discrétion professionnelle ;

> L'obligation de réserve : Tout agent public, dans l'exercice de ses fonctions doit faire preuve de réserve et de mesure dans l'expression, tant écrite qu'orale ou dans l'utilisation de signes ostentatoires, de ses opinions personnelles

> La neutralité : Elle implique que le service public soit assuré de façon identique à l'égard des personnels et des usagers sans tenir compte de leurs opinions philosophiques, politiques, religieuses ou syndicales, ni de leur origine.

> L'obligation de non-ingérence dans une entreprise en relation avec l'établissement ;

> L'obligation d'obéissance hiérarchique sauf dans le cas où l'ordre donné est manifestement illégal et de nature à compromettre gravement un intérêt public ;

Le principe de laïcité :

Il est rappelé, aux termes de l'article L 141-6 du code de l'éducation, que « le service public de l'enseignement supérieur est laïc et indépendant de toute emprise politique, économique, religieuse ou idéologique : il tend à l'objectivité du savoir ; il respecte la diversité des opinions. Il doit garantir à l'enseignement et à la recherche leurs possibilités de libre développement scientifique, créateur et critique ».



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TRADUÇÃO

DECRETO SOBRE FUNCIONAMENTO DA ENSCR (1717139)

Decreto nº 86-640, de 14 de março de 1986, que fixa as regras de organização e de funcionamento de certas escolas de engenharia associadas a um estabelecimento público científico, cultural e profissional
Versão consolidada de 28 de outubro de 2019

O Primeiro-ministro,

Sobre o relatório do Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento e do Ministro da Educação Nacional,

Considerando a Lei n.º 84-52, de 26 de janeiro de 1984, relativa ao ensino superior, nomeadamente o artigo 43;

Considerando a Lei n.º 84-16, de 11 de janeiro de 1984, relativa ao estatuto geral da função pública francesa;

Considerando a Lei n.º 71-578, de 16 de julho de 1971, alterada, sobre as contribuições do empregador para o financiamento do treinamento tecnológico e vocacional inicial;

Considerando o Decreto n.º 53-1227, de 10 de dezembro de 1953, relativo ao regulamento contábil aplicável aos estabelecimentos públicos administrativos nacionais, bem como o Decreto n.º 62-1587, de 29 de dezembro de 1962, relativo ao regulamento geral da contabilidade pública;

Considerando o Decreto n.º 56-931, de 14 de setembro de 1956, relativo à codificação dos textos legislativos sobre o ensino técnico;

Considerando o Decreto n.º 64-486, de 28 de maio de 1964, alterado, relativo à contabilidade das receitas e despesas dos organismos públicos;

Considerando o Decreto n.º 66-619, de 10 de agosto de 1966, alterado, relativo às despesas de viagem dos funcionários públicos

Considerando o Decreto n.º 84-431, de 6 de junho de 1984, alterado, relativo ao estatuto dos professores-investigadores do ensino superior;

Considerando o Decreto n.º 94-39, de 14 de janeiro de 1994, relativo ao orçamento e ao regime financeiro dos estabelecimentos públicos de carácter científico, cultural e profissional;

Considerando o Decreto n.º 85-827, de 31 de julho de 1985, relativo à ordem nas instalações dos estabelecimentos públicos científicos, culturais e profissionais;

Considerando o Decreto n.º 83-399, de 18 de maio de 1983, alterado, relativo aos comitês de especialidade e de estabelecimento de certos estabelecimentos de ensino e de investigação sob a tutela do Ministério da Educação Nacional

Considerando o parecer do Conseil national de l'enseignement supérieur et de la recherche de 16 de dezembro de 1985,

TÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS.

Artigo 1º (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

O presente decreto estabelece as regras de organização e de funcionamento aplicáveis às escolas de engenharia que constituem estabelecimentos públicos de caráter administrativo, associados, nos termos artigo L. 718-16 do Código da Educação, a estabelecimento público científico, cultural e profissional, cuja lista consta no artigo D. 741-5 do mesmo código. Estes estabelecimentos, dotados de personalidade jurídica e de autonomia financeira, estão sob a tutela do Ministro do Ensino Superior.

Artigo 2º (Alterado pelo Decreto n.º 2017-1341 de 15 de setembro de 2017 - art. 2º)

A cooperação entre a escola e cada estabelecimento ao qual ela está associada, bem como os termos da representação recíproca nos conselhos da instituição, são regidas por convenção.

Após acordo entre as instituições envolvidas, os estatutos de cada estabelecimento ao qual a escola está associada podem prever que o pessoal e os usuários da escola sejam inscritos nas listas eleitorais desses estabelecimentos.

NOTA: O decreto n.º 85-1214, de 15 de novembro de 1985, altera o decreto n.º 83-399, de 18 de maio de 1983, que foi revogado pelo decreto n.º 88-146, de 15 de fevereiro de 1988.

Artigo 3º (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

A escola dispõe, para o cumprimento de suas missões, dos equipamentos, do pessoal e dos créditos que lhe são atribuídos pelo Estado, bem como dos recursos provenientes da atividade da instituição. Além disso, ela pode se beneficiar do apoio de pessoal disponibilizado por cada estabelecimento ao qual está associada, em condições definidas por convênio.

Artigo 4.º (revogado)

Revogado pelo Decreto nº 2013-756, de 19 de agosto de 2013 - art. 4º (V)

Artigo 5º (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

As diretrizes gerais para o controle do conhecimento e as condições para a concessão do diploma de engenheiro são definidas por decreto do ministro responsável pelo ensino superior, após parecer do conselho de administração.

O recrutamento dos alunos é realizado por meio de concurso com provas e concurso baseado em títulos, em condições estabelecidas por decreto do ministro responsável pelo ensino superior.

Artigo 6º (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

A escola pode celebrar convênios com outros estabelecimentos públicos ou privados, franceses, estrangeiros ou internacionais. Os projetos de convênios devem ser enviados, pelo menos dez dias antes da assinatura, ao presidente de cada estabelecimento ao qual a escola está associada, a fim de lhe permitir formular eventuais observações.

TÍTULO II: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Artigo 7º (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

A escola é dirigida por um diretor e administrada por um conselho de administração, assistido por um conselho científico. O reitor da academia representa o ministro responsável pelo ensino superior junto ao conselho de administração.

Artigo 8º (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

O Diretor é nomeado por decreto do ministro responsável pelo ensino superior, após parecer do conselho de administração, por um período de cinco anos, renovável uma vez. O diretor é escolhido de entre as pessoas habilitadas a ensinar na escola.

Artigo 9 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

O conselho de administração da escola é composto por vinte e três membros, distribuídos da seguinte forma:

- Oito pessoas externas à escola, escolhidas com base em sua competência nos domínios científico, econômico, industrial ou administrativo;
- Oito representantes dos professores, professores-pesquisadores e pesquisadores;
- Cinco representantes dos alunos de engenharia, estudantes de segundo ciclo e estagiários em formação contínua;
- Dois representantes dos funcionários administrativos, técnicos, operários e de serviços.

O presidente de cada estabelecimento ao qual a escola está associada, ou seu representante, é também membro nato do conselho de administração da escola.

O diretor da escola e o agente contábil participam das reuniões do conselho de administração com direito a voz consultiva.

Artigo 10 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

As pessoas externas à escola são designadas pelo reitor da academia, chanceler das universidades, por um período de três anos, após consulta ao diretor da escola e ao presidente de cada estabelecimento ao qual a escola está associada.

Os representantes dos professores, investigadores e pessoal de engenharia, técnicos e administrativos são eleitos por três anos.

Os representantes dos estudantes de engenharia, dos estudantes do 2º ciclo e dos estagiários de formação contínua são eleitos por um ano.

O mandato de todos os membros do conselho de administração é renovável.

Artigo 11

O Conselho de Administração elege, por maioria uninominal em dois turnos e por um período de três anos, renovável uma vez, um presidente dentre as pessoas externas que são membros do conselho.

Um vice-presidente é nomeado nas mesmas condições.

Artigo 12

Qualquer vacância por falecimento, renúncia ou perda da qualidade que justificou a nomeação dos interessados resulta em substituição pelo período restante do mandato, exceto se a vacância ocorrer menos de seis meses antes do término do mandato. No entanto, uma renovação parcial do conselho ocorre se, durante esse período, pelo menos um quarto dos assentos estiver vago.

Artigo 13 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

São eleitores e elegíveis nos colégios definidos pelo regulamento interno da instituição:

- Os professores que ministram na escola um número mínimo de horas efetivas de ensino, definido pelo regulamento interno, entre um quarto e a metade das obrigações estatutárias de ensino de referência;
- Os pesquisadores em tempo integral afetados à escola ou nela colocados à disposição, e os professores-pesquisadores que realizam integralmente sua atividade de pesquisa na instituição;
- Os alunos de engenharia e os estudantes de segundo ciclo regularmente matriculados e efetivamente em curso de estudos na instituição;
- Os estagiários em formação contínua, desde que estejam inscritos em um ciclo de formação com duração mínima de cem horas, realizado em um período de pelo menos seis meses;
- Todos os funcionários administrativos, técnicos, operários e de serviços que desempenhem na instituição uma carga horária correspondente a pelo menos metade das obrigações estatutárias.

Os professores são elegíveis mesmo que sejam membros do conselho de outra instituição de ensino superior.

O diretor e o agente contábil não são elegíveis.

Artigo 14

As eleições ocorrem, conforme o caso, por escrutínio majoritário plurinominal ou uninominal em dois turnos. A maioria absoluta é exigida no primeiro turno. Em caso de empate no segundo turno, a cadeira é atribuída em benefício da idade.

Os eleitores que não puderem comparecer à seção eleitoral podem exercer seu direito de voto por procuração.

Artigo 15 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

As modalidades de recurso contra as eleições são exercidas nas condições previstas nos artigos D. 719-38 a D. 719-40 do Código da Educação.

Artigo 16 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

O Conselho Científico é composto por vinte e três membros, assim distribuídos:

- o diretor da escola, presidente;
- seis representantes científicos designados pelo Conselho de Administração;
- sete representantes de professores ou outros pesquisadores qualificados;
- quatro representantes dos demais profissionais de ensino ou de pesquisa;
- dois representantes dos estudantes do 2.º ciclo;
- dois representantes dos engenheiros e do pessoal técnico de pesquisa;
- um representante do pessoal administrativo.

O presidente de cada estabelecimento ao qual a escola está associada, ou o seu representante, é igualmente membro de direito do Conselho Científico da escola. As eleições para o Conselho Científico realizam-se de acordo com o disposto nos artigos 10, 12 a 15 do presente decreto.

TÍTULO III: COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DA ESCOLA

Artigo 17

O diretor administra o estabelecimento e o representa judicialmente perante terceiros em todos os atos civis. Ele possui, em especial, as seguintes competências:

Prepara e executa as decisões do Conselho de Administração

Detém autoridade sobre todo o corpo de pessoal;

Nomeia para todas as funções para as quais nenhuma outra autoridade tenha recebido poder de nomeação;

Submete o regulamento interno e o regulamento escolar à aprovação do Conselho de Administração;

É responsável pela manutenção da ordem e da segurança nas instalações da escola. Quando esta tiver sua sede dentro das instalações de outro estabelecimento público ou compartilhar os locais com este estabelecimento, uma portaria do reitor determinará a divisão de responsabilidades entre os presidentes ou diretores envolvidos;

É o ordenador das despesas e receitas;

Celebra contratos e convênios;

Presta contas de sua gestão ao conselho;

Constitui as bancas de exame e distribui as atividades de ensino;

Exerce as competências previstas no Decreto n.º 84-431, de 6 de junho de 1984, em matéria de recrutamento e movimentação do pessoal docente-pesquisador;

O diretor pode delegar sua assinatura. Pode também designar um substituto para representá-lo em caso de impedimento.

Artigo 18 (Revogado pelo DECRETO n.º 2015-79 de 28 de janeiro de 2015 - art. 42.)

Artigo 19

O Diretor é responsável pela organização do processo eleitoral.

Ele fixa a data das votações.

Ele elabora as listas eleitorais, que são publicadas pelo menos quinze dias antes da data do primeiro turno de votação, fixa a data das eleições e convoca os colégios eleitorais.

A declaração de candidatura é obrigatória e deve ser apresentada com pelo menos três dias úteis de antecedência em relação à data da votação.

Artigo 20 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

O Conselho Administração delibera, particularmente, sobre:

As orientações gerais da escola;

As questões relacionadas à educação continuada e à pesquisa;

O orçamento e suas modificações;

As demonstrações financeiras e aplicação de resultados;

Os empréstimos;

A aceitação de doações e legados;

As aquisições, alienações e permutas de bens imóveis;

O relatório anual do diretor sobre as atividades e o funcionamento administrativo e financeiro da instituição, antes de ser enviado ao Ministro da Educação Superior;

O regimento interno e o regulamento escolar.

Ele determina as categorias de contratos, convênios e contratos de aquisição que devem ser submetidos a ele para aprovação.

Artigo 21

O conselho pode criar todas as comissões consultivas que considerar úteis. Ele designa os membros dessas comissões e define suas missões.

As comissões apresentam relatórios ao conselho.

O diretor pode participar das reuniões das comissões, ou fazer-se representar, com direito a voz consultiva.

O conselho pode convidar para participar de seus trabalhos qualquer pessoa cuja presença julgar útil.

Artigo 22

O conselho de administração se reúne pelo menos duas vezes por ano, por convocação de seu presidente, que fixa a pauta do dia. O presidente inclui na pauta os itens submetidos pelo diretor.

Além disso, o conselho pode ser convocado em sessão extraordinária por iniciativa do presidente, do diretor ou da metade de seus membros em exercício.

As sessões do conselho não são públicas. Um relatório é publicado sob responsabilidade do presidente.

Artigo 23 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

Um membro do conselho pode ser representado por outro membro do conselho pertencente à mesma categoria. Nenhum membro do conselho pode ter mais de uma procuração.

Os membros do Conselho de Administração exercem as suas funções de forma gratuita. Eles têm direito ao reembolso de despesas de deslocamento, conforme as condições fixadas pela regulamentação aplicável aos funcionários públicos do Estado.

Artigo 24 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-1341 de 15 de setembro de 2017 - art. 2º)

O Conselho Administração pode reunir-se validamente se pelo menos metade dos seus membros estiver presente ou representada. Se o quórum não for atingido, o Conselho será novamente convocado no prazo de quinze dias e pode reunir-se validamente independentemente do número de membros presentes ou representados.

Com exceção do regulamento interno, que deve ser aprovado pela maioria dos membros do Conselho em exercício, as decisões são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes ou representados. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

As regras de quórum e de maioria aplicáveis às questões orçamentais são fixadas no artigo 27.

Artigo 25 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-1341 de 15 de setembro de 2017 - art. 2º)

As deliberações do conselho de administração tornam-se executórias no prazo de quinze dias a partir do recebimento das atas pelo reitor, salvo se este autorizar sua execução imediata. Dentro desse mesmo prazo, o reitor pode se opor à execução de uma deliberação. Ele pode anular a decisão contestada no prazo de um mês a contar da data em que comunicou sua oposição à instituição. Caso nenhuma decisão seja tomada dentro desse prazo, a oposição do reitor é automaticamente anulada.

As deliberações relativas ao orçamento e suas modificações, às contas financeiras, às aquisições e alienações de imóveis tornam-se executórias conforme o disposto no artigo 27.

As deliberações relativas a empréstimos devem ser aprovadas pelos ministros responsáveis pela economia e finanças, pelo orçamento e pela educação superior.

Artigo 26 (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

O Conselho Científico propõe ao Conselho de Administração as diretrizes de pesquisa, após consulta a cada instituição à qual a escola esteja associada, em conformidade com os procedimentos definidos em cada convênio de associação. Ele propõe a distribuição dos recursos destinados à pesquisa. Também é consultado sobre os acordos relativos à pesquisa e sobre os pedidos de acreditação relativos ao segundo ciclo.

TÍTULO IV: ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA.

Artigo 27 (Modificado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

A escola está sujeita às disposições do artigo R. 741-4 do Código da Educação)

Artigo 28 (Revogado pelo Decreto n.º 2012-1247 de 7 de novembro de 2012 - art. 116)

Artigo 29

As receitas incluem, particularmente:

- os subsídios do Estado, de entidades públicas e organizações privadas;
- os pagamentos e contribuições dos usuários;
- os rendimentos provenientes de trabalhos de pesquisa, estudos e testes realizados por encomenda de pessoas de direito público ou privado;
- os eventuais produtos de convênios e contratos;
- os rendimentos de bens móveis e imóveis;
- os lucros provenientes de publicações;
- as doações e legados;
- o produto de empréstimos;
- os rendimentos de alienações;
- os valores que podem ser arrecadados em matéria de formação profissional continuada ou formação profissional inicial, nas condições previstas pela Lei nº 71-578 de 16 de julho de 1971, com suas modificações.

De forma geral, todas as receitas autorizadas pelas leis e regulamentos.

Artigo 30

As despesas da instituição incluem, nomeadamente, os encargos com o pessoal próprio, recrutado nas condições previstas nos artigos 4.º e 6.º da Lei n.º 84-16, de 11 de janeiro de 1984, as despesas de funcionamento, o equipamento e todas as despesas necessárias à atividade da instituição.

Artigo 31 (Alterado pelo Decreto n.º 2012-1247 de 7 de novembro de 2012 - art. 116)

Regimes de adiantamento e de arrecadação podem ser criados nas condições estabelecidas pelo Decreto nº 92-681, de 20 de julho de 1992, relativo às régies de receitas e às régies de adiantamentos dos organismos públicos.

Artigo 32.

As formas e condições prescritas para os contratos do Estado aplicam-se aos contratos adjudicados pelo estabelecimento.

Artigo 33º (Revogado pelo Decreto n.º 2012-1247 de 7 de novembro de 2012 - art. 116)

Artigo 33 A (Alterado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

Após informar o presidente de cada instituição à qual a escola está associada, a escola pode realizar participações financeiras e criar subsidiárias, nas condições estabelecidas pelos artigos R. 711-10 a R. 711-16 do Código da Educação, em conformidade com o artigo R. 741-4 do mesmo código.

TÍTULO V: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Artigo 34 (Revogado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

Artigo 35 (Revogado pelo Decreto n.º 2017-959 de 10 de maio de 2017 - art. 2º)

Artigo 36

O Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento, o Ministro da Educação Nacional, o Secretário de Estado junto ao Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento, responsável pelo Orçamento e pelo Consumo, o Secretário de Estado junto ao Ministro da Educação Nacional, responsável pelas Universidades, e o Secretário de Estado junto ao Ministro da Educação Nacional, responsável pelo Ensino Técnico e Tecnológico são encarregados, cada um no que lhe diz respeito, da execução do presente decreto, que será publicado no Journal Officiel da República Francesa.

Pelo Primeiro-Ministro:

Laurent Fabius

O Ministro da Educação Nacional:

Jean-Pierre Chevènement

O Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento:

Pierre Bérégovoy

O Secretário de Estado junto ao Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento, responsável pelo Orçamento e pelo Consumo:

Henri Emmanuelli

O Secretário de Estado junto ao Ministro da Educação Nacional, responsável pelas Universidades:

Roger-Gérard Schwartzberg

O Secretário de Estado junto ao Ministro da Educação Nacional, responsável pelo Ensino Técnico e Tecnológico:

Roland Carraz

Documento traduzido pela servidora Nathália Cristina do Rosário (SIAPE nº 1876635), Secretária Executiva da Diretoria de Relações Internacionais da UFVJM.



Documento assinado eletronicamente por **Nathália Cristina do Rosário, Servidor (a)**, em 14/04/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1717204** e o código CRC **70D67290**.

Referência: Processo nº 23086.030038/2025-76

SEI nº 1717204



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TRADUÇÃO

CREDENCIAMENTO ENSCR (1717186)

Parecer nº 2021/02-03 sobre o credenciamento da *École nationale supérieure de chimie de Rennes* para conceder o título de engenheiro diplomado

Estabelecimento/Escola

École nationale supérieure de chimie de Rennes

Estabelecimento: Público

Nome de uso: ENSC Rennes

Academia: Rennes

Locais da escola: Rennes

Dados certificados

O detalhe dos dados descrevendo a escola (condições de admissão, direitos de inscrição, etc) podem ser consultados na **ficha de dados certificados pela Escola**, atualizado anualmente no site da CTI.

Acompanhamento dos credenciamentos anteriores

Parecer nº 2014/04-06

Objeto da demanda de credenciamento

Categoria PE: Engenheiro diplomado pela *École nationale supérieure de chimie de Rennes*, em formação inicial sob o status de estudante.

- Considerando o código de educação e particularmente os artigos L642-1 e R642-09,
- Considerando a demanda apresentada pela *École nationale supérieure de chimie de Rennes*,
- Considerando o relatório emitido por Marie-Véronique LE LANN (membro junto à CTI, relatora principal), Jean-Richard LLINAS (especialista junto à CTI, co-relator), Delphine PAOLUCCI (especialista junto à CTI), Marilo Dolores GURRUCHAGA (especialista internacional junto à CTI), Mathilde KERDILES (aluna-engenheira especialista junto à CTI), apresentado na sessão plenária de 16 de fevereiro de 2021,

A comissão de títulos de engenheiro adotou o seguinte parecer:

Parecer favorável da Comissão de títulos de engenheiro

Renovação do credenciamento da escola para conceder os títulos a seguir:	Tipo de formação	Desde o início do ano acadêmico	Até o fim do ano universitário	Credenciamento
Engenheiro diplomado pela <i>École nationale supérieure de chimie de Rennes</i>	Formação inicial sob o status de estudante	2021	2025-2026	Máximo

A Comissão valida o processo VAE implementado na escola.

A Comissão valida o dispositivo do contrato de profissionalização.

Este parecer está condicionado ao envio, até 15 de maio de 2021, de um regulamento de estudos aplicável a partir do ano letivo de 2021 e em conformidade com o R&O, notadamente no que diz respeito às modalidades de progressão para o ano seguinte, ao número de semanas de estágio em empresa, que deve ser de no mínimo 14 semanas, à possibilidade de um aluno repetir o ano letivo dentro da própria escola.

Este parecer vem acompanhado das seguintes **recomendações**:

Para a Escola

- Dar continuidade à implementação da abordagem por competências;
- Estruturar melhor as relações com a indústria e integrá-las em um processo específico de qualidade;
- Implementar ações para aumentar o interesse dos alunos pelas profissões da indústria, especialmente nas áreas de produção, análises e controle;
- Implementar ações específicas de acompanhamento dos alunos com o objetivo de melhorar a taxa de inserção profissional em 6 meses;
- Desenvolver as interações entre alunos e ex-alunos, notadamente por meio da associação de Alumni;
- Aumentar a mobilidade internacional de entrada com o apoio de programas de intercâmbio;
- Completar a ficha RNCP em seu novo formato no site da France Compétences, em registro de direito. Reforçar a coerência entre a abordagem por competências desenvolvida internamente e a descrição constante na ficha, especialmente em relação à estruturação em blocos de competências.

A escola deverá elaborar **um relatório de acompanhamento das recomendações**, detalhando o seguimento de todas essas recomendações. Esse documento deve ser enviado até **15 de dezembro de 2023** ao Departamento das Escolas Superiores e do Ensino Superior Privado da DGESIP, responsável pelo cartório da CTI, exclusivamente em formato digital, para o endereço: greffe-cti@education.gouv.fr.

O selo europeu para as formações de engenheiro EUR-ACE®, nível mestrado, é atribuído aos seguintes diplomas:

	A partir do início do ano acadêmico	Até o fim do ano universitário
Engenhario diplomado da <i>École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes</i>	2021	2025-2026

Deliberado em sessão plenária em Paris, em 16 de fevereiro de 2021.
Aprovado em sessão plenária em Paris, em 16 de fevereiro de 2021.

A presidente,
Elisabte CRÉPON

Complemento ao Parecer nº 2021/02-03 sobre o credenciamento da *École nationale supérieure de chimie de Rennes* para conceder o título de engenheiro diplomado

Objeto

Credenciamento com ressalvas, conforme expresso no Parecer n.º 2021/02-03 referente à **École nationale supérieure de chimie de Rennes**, condicionado à “entrega, até 15 de maio de 2021, de um regulamento de estudos aplicável a partir do ano letivo de 2021, em conformidade com o R&O, especialmente no que diz respeito às modalidades de progressão para o ano seguinte, ao número mínimo de 14 semanas de estágio em empresa, e à possibilidade de um aluno repetir o ano dentro da própria escola”.

- Considerando os documentos entregues ao Cartório da CTI pela *École nationale supérieure de chimie de Rennes*,
- Considerando a nota de síntese elaborada por Marie-Véronique LE LANN, membro da CTI, e apresentada durante a sessão plenária de 7 de julho de 2021,

A Comissão de títulos de engenheiro adotou o complemento de parecer a seguir:

A Comissão toma conhecimento favorável dos documentos enviados e se posiciona a favor da retirada da ressalva formulada em seu Parecer n.º 2021/02-03.

Deliberado e aprovado em sessão plenária em 7 de julho de 2021.

A presidente,
Elisabte CRÉPON

Documento traduzido pela servidora Nathália Cristina do Rosário (SIAPE nº 1876635), Secretária Executiva da Diretoria de Relações Internacionais da UFVJM.



Documento assinado eletronicamente por **Nathália Cristina do Rosário, Servidor (a)**, em 14/04/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1734172** e o código CRC **65821D4B**.

Referência: Processo nº 23086.030038/2025-76

SEI nº 1734172



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TRADUÇÃO

REGULAMENTO INTERNO (1717191)

Regulamento Interno da *École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes (ENSCR)*
Estabelecimento integrante do Estabelecimento Público Experimental *Université de Rennes*

[...]

PREÂMBULO [pág. 5]

O decreto nº 86-640, de 14 de março de 1986, modificado pelo artigo 6 do decreto nº 2022-1471, de 24 de novembro de 2022, fixa as regras de organização e funcionamento da ENSCR.

O decreto nº 2022-1471, de 24 de novembro de 2022, cria a *Université de Rennes*, estabelecimento público de caráter científico, cultural e profissional experimental e aprova o seu estatuto. Desde 1º de janeiro de 2023, a ENSCR tornou-se estabelecimento integrante da *Université de Rennes*, conservando sua personalidade jurídica.

As relações entre a ENSCR e a *Université de Rennes* são definidas no estatuto da *Université de Rennes*.

As missões da ENSCR inserem-se na estratégia da *Université de Rennes*, que a escola ajudou a definir.

[...]

TÍTULO 1 - GOVERNANÇA E ORGANIZAÇÃO [pág. 7]

A ENSCR é um estabelecimento público de ensino superior de caráter administrativo, dirigido por uma diretora e administrado por um conselho de administração, assistido por um conselho científico.

Artigo 5º - A Diretora

5.1 Modalidades de designação da Diretora

A Diretora é nomeada por decreto do ministro responsável pelo Ensino Superior e pela Pesquisa, após parecer do conselho de administração, por um período de cinco anos, renovável uma vez. Ela é escolhida dentre as pessoas habilitadas a lecionar na escola.

5.2 Competências da Diretora

Conforme os artigos 17 e 19 do decreto nº 86-640, de 14 de março de 1986, a Diretora dirige o estabelecimento, representa-o judicialmente e perante terceiros em todos os atos da vida civil. Ela exerce, em especial, as seguintes competências:

- Prepara e executa as decisões do conselho de administração;
- Detém autoridade sobre todo o corpo de funcionários;
- Nomeia para todas as funções cuja autoridade de nomeação não tenha sido atribuída a outro órgão;
- Submete à aprovação do conselho de administração o regulamento interno e o regulamento de escolaridade;
- É responsável pela manutenção da ordem e da segurança nos espaços e locais afetos ao estabelecimento sob sua responsabilidade; é competente para tomar todas as medidas úteis para assegurar a conservação ou o restabelecimento da ordem pública; pode recorrer à força pública;
- É a ordenadora das despesas e das receitas;
- Celebra contratos e convênios;
- Presta contas de sua gestão ao conselho de administração;
- Constitui os júris de exame e distribui os encargos de ensino;
- Exerce as competências previstas pelo decreto nº 84-431, de 6 de junho de 1984, no que diz respeito ao recrutamento e à mobilidade dos docentes-pesquisadores;
- Pode delegar sua assinatura. Pode designar um substituto para atuar em caso de impedimento;
- É responsável pela organização das operações eleitorais: define a data das votações, elabora as listas eleitorais e as publica com pelo menos quinze dias de antecedência em relação à data do primeiro turno, fixa a data das eleições e convoca os colégios eleitorais.

[...]

Documento traduzido pela servidora Nathália Cristina do Rosário (SIAPE nº), Secretária Executiva da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da UFVJM.

Obs: Foram traduzidas apenas as informações gerais sobre a ENSCR e as competências da Diretora da escola. A tradução integral do documento, que possui 28 páginas, não foi viável no momento, considerando a elevada carga de trabalho da DRI e a equipe reduzida do setor.



Documento assinado eletronicamente por **Nathália Cristina do Rosário, Servidor (a)**, em 14/04/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1734372** e o código CRC **B2E59885**.

Referência: Processo nº 23086.030038/2025-76

SEI nº 1734372



MINISTÈRE
CHARGÉ
DE L'ENSEIGNEMENT
SUPÉRIEUR
ET DE LA RECHERCHE

*Liberté
Égalité
Fraternité*

[Afficher le fil d'Ariane](#)

BO

Bulletin officiel

Ministère de l'Enseignement
supérieur
et de la Recherche

Édité par le MESR, le Bulletin officiel de l'enseignement supérieur et de la recherche publie des actes administratifs : décrets, arrêtés, notes de service, circulaires, avis de vacance de postes, etc. La mise en place de mesures ministérielles et les opérations annuelles de gestion font l'objet de textes réglementaires publiés dans des BO spéciaux.
Publication hebdomadaire (ISSN : 2110-6061)

[Retour au sommaire](#)

NOMINATION

Directrice de l'École nationale supérieure de chimie de Rennes

Arrêté du 24-4-2023

MESR - DGESIP A1-5

Par arrêté de la ministre de l'Enseignement supérieur et de la Recherche en date du 24 avril 2023, Audrey Soric, professeure des universités, est nommée directrice de l'École nationale supérieure de chimie de Rennes pour une durée de cinq ans, à compter du 1er juillet 2023.

[Retour au sommaire](#)

S'abonner au Bulletin officiel

Votre email (mail@example.fr)

mail@example.fr

☐ En cochant cette case vous acceptez les conditions RGPD.

[En savoir plus sur la gestion de vos données et de vos droits](#)

S'abonner

Consulter les derniers BO

BO

Bulletin officiel

Ministère de l'Enseignement
supérieur et de la Recherche

BO

Bulletin officiel

Ministère de l'Enseignement
supérieur et de la Recherche

E

Bu

Min
sup

03.04.25

**Bulletin officiel n° 14 du
3 avril 2025**

27.03.25

**Bulletin officiel n° 13 du
27 mars 2025**

20.0

**Bu
20**



2025

2024

2023

2022

2021

2020

2019

2018

2017

2016

2015

2014

2013

2012

2011

2010

2009

2008

Archives

Pour rechercher un texte paru au BO

[Pour les textes publiés
au BO et au JO depuis
1987 : consultez Mentor](#)

[Pour les BO antérieurs à
1998 : contactez votre
lieu d'accueil Canopé](#)

Pour consulter les textes de références sur l'Enseignement supérieur et la Recherche

[Bulletin officiel de
l'Éducation nationale et
de la Jeunesse](#)

[Journal officiel](#)

[Code de l'éducation](#)

[Code de la recherche](#)

[Journal officiel de
l'Union européenne](#)

Nous suivre

Nos sites

etudiant.gouv.fr

horizon-europe.gouv.fr

data.esr.gouv.fr

publication.esr.gouv.fr

fetedelascience.fr

monmaster.gouv.fr

[Mentions légales](#)

[Gestion des cookies](#)

[Données personnelles](#)

[Plan du site](#)

[Accessibilité : partiellement conforme](#)

[Nous contacter](#)

Sites publics



**MINISTÈRE
CHARGÉ
DE L'ENSEIGNEMENT
SUPÉRIEUR
ET DE LA RECHERCHE**

*Liberté
Égalité
Fraternité*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TRADUÇÃO

DECRETO DE NOMEAÇÃO DE DIRETORA DA ENSCR (1734571)

Boletim Oficial
Ministério da Educação Superior e da Pesquisa

NOMEAÇÃO

Diretora da *École nationale supérieure de chimie de Rennes*

NOR: ESRS2311663A

Decreto de 24-4-2023

MESR-DGESIP A1-5

Por decreto da Ministra da Educação Superior e da Pesquisa, na data de 24 de abril de 2023, Audrey Soric, professora universitária, é nomeada diretora da *École nationale supérieure de chimie de Rennes* por um período de cinco anos, a partir de 1º de julho de 2023.

[...]

Documento traduzido pela servidora Nathália Cristina do Rosário (SLAPE nº 1876635), Secretária Executiva da Diretoria de Relações Internacionais da UFVJM.



Documento assinado eletronicamente por **Nathália Cristina do Rosário, Servidor (a)**, em 14/04/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1734573** e o código CRC **CF509E7F**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FUNDAÇÃO DIAMANTINENSE DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
CENTRO DE IDIOMAS - CAMPUS I - DIAMANTINA- MG.



DECLARAÇÃO


Declaro, para os devidos fins que, **Nathália Cristina do Rosário** foi classificada no **Nível B2 de Francês**, após avaliação do professor Benjamin Francis Roland Terrade que ministra aulas no Centro de Idiomas, em funcionamento no Campus I, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Diamantina, MG., 06 de outubro de 2014.

DECLARATION

Je déclare que, **Nathália Cristina do Rosário** a obtenu le **niveau B2 de français**, après l'évaluation appliquée par le professeur Benjamin Francis Roland Terrade, travaillant dans le centre de langues de Diamantina (Minas Gerais), sur le campus 1 de la "Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM".

Diamantina (Minas Gerais), le 6 octobre 2014.


Elen Andrade Paraiso
Coordenação Geral
Centros de Idiomas/PROEXC/UFVJM



Centro de Idiomas, Campus I - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM- Diamantina- MG.
Endereço: Rua da Glória, 187, Centro – Diamantina- MG.- Brasil – CEP. 39.100-000 Telefone: 55 (38) 3532 6002

Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (CEFR)

O Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Common European Framework of Reference for Languages – CEFR) é um padrão internacionalmente reconhecido para descrever a proficiência em um idioma.

É uma forma de descrever quão bem você fala e entende uma língua estrangeira, que divide o conhecimento dos alunos em três categorias, cada uma com duas subdivisões:

A — Básico


- A1**
Iniciante
- É capaz de compreender e usar expressões familiares e cotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros e é capaz de fazer perguntas e dar respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Pode comunicar de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.
- A2**
Básico
- É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (p. ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e direta sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.

B — Independente



- B1**
Intermediário
- É capaz de compreender as questões principais, quando é usada uma linguagem clara e estandardizada e os assuntos lhe são familiares (temas abordados no trabalho, na escola e nos momentos de lazer, etc.). É capaz de lidar com a maioria das situações encontradas na região onde se fala a língua-alvo. É capaz de produzir um discurso simples e coerente sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal. Pode descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças e ambições, bem como expor brevemente razões e justificações para uma opinião ou um projeto.
- B2**
Usuário Independente
- É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstratos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade. É capaz de comunicar com certo grau de espontaneidade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da atualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.

C — Proficiente

- C1**
Proficiência operativa eficaz
- É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. É capaz de se exprimir de forma fluente e espontânea sem precisar procurar muito as palavras. É capaz de usar a língua de modo flexível e eficaz para fins sociais, académicos e profissionais. Pode exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coesão do discurso.
- C2**
Domínio Pleno
- É capaz de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê. É capaz de resumir as informações recolhidas em diversas fontes orais e escritas, reconstruindo argumentos e fatos de um modo coerente. É capaz de se exprimir espontaneamente, de modo fluente e com exatidão, sendo capaz de distinguir finas variações de significado em situações complexas.

Para saber mais sobre o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas, visite o site da União Europeia  (http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/cadre1_en.asp).

Links externos

- Common European Framework  (http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/Framework_EN.pdf)
- Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação (publicação em português de Portugal)  (http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro_europeu_comum_referencia.pdf)

Compartilhar



**Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Reitoria
Diretora de Relações Internacionais**

INDICAÇÃO DE COORDENADOR

Processo nº 23086.030038/2025-76

Interessado: Diretora de Relações Internacionais

O servidor abaixo identificado atuará como coordenador do Acordo de Cooperação Acadêmica objeto do processo nº 030038/2025-76, a ser celebrado com a **École nationale supérieure de chimie de Rennes (ENSCR)**.

Nome do servidor:	Arlete Barbosa dos Reis
SIAPÉ:	*7174**
E-mail institucional:	arlete.reis@ict.ufvjm.edu.br

Diamantina, 14 de abril de 2025.

Arlete Barbosa dos Reis

Ciente e de acordo,

Chefia Imediata



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar de Resende Andrade, Diretor (a)**, em 14/04/2025, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arlete Barbosa dos Reis, Servidor (a)**, em 08/05/2025, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1734578** e o código CRC **E19EC167**.



**Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Reitoria
Diretora de Relações Internacionais**

TERMO DE COMPROMISSO DO COORDENADOR

Processo nº 23086.030038/2025-76

Interessado: Diretora de Relações Internacionais

Ao assumir a coordenação do projeto intitulado **“Formação de Engenheiros Químicos em Processos de Tecnologias Limpas e Sustentáveis - PROCHIMI”** na UFVJM, comprometo-me a:

- I - Primar pela execução técnica do projeto e pela qualidade dos resultados a serem obtidos em obediência ao estabelecido no plano de trabalho;
- II - Ordenar a aplicação dos recursos aprovados para o projeto em estrita obediência ao estabelecido no plano de trabalho, cumpridas as exigências legais aplicáveis e, suplementarmente, as regulamentações internas das fundações.
- III - Elaborar e encaminhar à fundação de apoio, dentro dos prazos previstos os relatórios técnicos do projeto.
- IV - Compor a equipe do projeto exclusivamente com base na qualificação técnica de cada membro, que deve ser compatível com o perfil previsto na proposta aprovada do projeto.
- V - Não incluir na equipe do projeto: cônjuge, companheiro ou parente meu em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, exceto em casos devidamente justificados e autorizados pela administração superior da UFVJM.
- VI - Sempre que couber, subsidiar a supervisão e fiscalização do projeto com as informações e atos necessários para esse fim.
- VII - Sempre que couber, solicitar as alterações necessárias para a execução do projeto encaminhando justificadamente os eventuais pedidos de aditamento em tempo hábil antes do término de sua vigência.
- VIII - Apresentar Relatório Final do projeto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o seu término, bem como, relatório de cumprimento do objeto, relação de pessoas treinadas (quando for o caso) e declaração de regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio, para que seja anexado à prestação de contas final.
- IX - Sempre que couber, comunicar à unidade responsável pela Inovação Tecnológica na UFVJM resultados obtidos passíveis de registro da propriedade intelectual ou de licenciamento a terceiros.
- X - Quando couber, observar as obrigações de sigilo, confidencialidade e restrição de divulgação, assim

como providenciar a assinatura de Termo de Confidencialidade de cada membro do projeto e de quaisquer outros colaboradores que tiverem contato com as informações do projeto tidas como confidenciais.

XI - Observar os limites das bolsas a serem concedidas aos membros da equipe (maior bolsa CNPq ou Capes) e a proporcionalidade em relação à remuneração regular de seu beneficiário e ao teto constitucional.

Certifico ainda que o projeto:

I – Não é de representação reiterada que, por tal razão, não se configura como prestação de serviço de duração indeterminada.

II – Não se destina à contratação de serviços contínuos, de manutenção ou destinados a atender as necessidades permanentes da UFVJM.

III – Não prejudica ou conflita diretamente com as atividades institucionais da UFVJM (na utilização de recursos humanos ou materiais: laboratórios, equipamentos, instrumentos, etc).

Diamantina, 14 de abril de 2025.

Arlete Barbosa dos Reis

CPF: ***.860.588-**

SIAPE: *7174**



Documento assinado eletronicamente por **Arlete Barbosa dos Reis, Servidor (a)**, em 08/05/2025, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1734581** e o código CRC **52DA364F**.



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Reitoria
Diretora de Relações Internacionais

DECLARAÇÃO

Processo nº 23086.030038/2025-76

Interessado: Diretora de Relações Internacionais

Autorizo os servidores abaixo indicados a participarem do projeto **“Formação de Engenheiros Químicos em Processos de Tecnologias Limpas e Sustentáveis - PROCHIMI”**, não havendo incompatibilidade de horário e não comprometendo a qualidade e o bom andamento das atividades regulares.

Nome completo	Matrícula SIAPE	Cargo	Setor de lotação	Campus	Função	Carga horária no projeto/semana
Arlete Barbosa dos Reis	*7174**	Docente	Instituto de Ciência e Tecnologia	Campus JK	Coordenadora	4 horas
João Vinícios Wirbitzki da Silveira	*0380**	Docente	Instituto de Ciência e Tecnologia	Campus JK	Membro da equipe	2 horas
Franciele Maria Pelissari	*0581**	Docente	Instituto de Ciência e Tecnologia	Campus JK	Membro da equipe	2 horas
Gustavo Molina	*0386**	Docente	Instituto de Ciência e Tecnologia	Campus JK	Membro da equipe	2 horas

Diamantina, 14 de abril de 2025.

Assinatura da Chefia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar de Resende Andrade, Diretor (a)**, em 14/04/2025, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arlete Barbosa dos Reis, Servidor (a)**, em 08/05/2025, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1734582** e o código CRC **BF9C58E0**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

JUSTIFICATIVA DE VIABILIDADE E INTERESSE DA PARCERIA

A UFVJM é membro do projeto “Formação de Engenheiros Químicos em Processos de Tecnologias Limpas e Sustentáveis - PROCHIMI”, aprovado pelo Edital N° 10/2023 do Programa Capes/BRAFITEC. O programa consiste em projetos conjuntos de pesquisa em parcerias universitárias em todas as especialidades de Engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos.

A parceria se justifica para atender demanda específica do Edital Capes/Brafitec, que exige a formalização de acordo de cooperação entre as instituições participantes do projeto aprovado. Além disso, o estabelecimento do acordo possibilitará que alunos da UFVJM realizem mobilidade acadêmica internacional em universidades francesas, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional desses alunos.

A promoção da mobilidade acadêmica internacional é um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028 da UFVJM. Portanto, a formalização da parceria está alinhada e é relevante para o a estratégia institucional e de internacionalização da universidade. Por fim, saliento a importância desta parceria e reafirmando o interesse comum e recíproco entre as instituições.

Arlete Barbosa dos Reis
Coordenadora da Parceria



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar de Resende Andrade, Diretor (a)**, em 14/04/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arlete Barbosa dos Reis, Servidor (a)**, em 08/05/2025, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1734583** e o código CRC **EB32F643**.

**CONVÊNIO DE INTERCÂMBIO ACADÊMICO
ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
(UFVJM) E ECOLE NATIONALE SUPERIEURE
DE CHIMIE DE RENNES (ENSCR)**

Preâmbulo

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sediada à Rodovia MGT 367, km 583, nº 5000, Alto da Jacuba, Diamantina/Minas Gerais, Brasil, representada por seu Reitor, Prof. Dr. Heron Laiber Bonadiman, doravante denominada “UFVJM”; e

a Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes, sediada à 11 Allée de Beaulieu, 35708 Rennes, France, representada por seu director, Prof. Audrey Soric, doravante denominada “ENSCR”, resolvem firmar o presente convênio, em conformidade com as disposições legais vigentes:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O objetivo deste convênio é promover o intercâmbio discente de caráter amplo nos níveis da graduação e pós-graduação, além do intercâmbio de docentes, técnico-administrativos e pesquisadores.

Parágrafo Primeiro: Todos os aspectos que regem este intercâmbio obedecerão ao princípio da reciprocidade.

Parágrafo Segundo: Para alcançar o objeto ora pactuado, as partes cumprirão o Plano de Trabalho anexo, elaborado de acordo com o disposto na legislação vigente.

Cláusula Segunda - Do Intercâmbio Discente

1. Ambas as instituições concordam em promover intercâmbios acadêmicos com duração de 01 (um) ou 02 (dois) semestres, oportunidade em que o intercambista cumprirá as atividades previstas no plano de trabalho proposto para o período de mobilidade.

2. Inicialmente, o intercâmbio será de no máximo [2] estudantes por instituição, por ano e poderá ser realizado em qualquer período acadêmico.

3. Anualmente, as partes definirão aspectos do intercâmbio para o ano seguinte, em questões como áreas,

**ACCORD D'ÉCHANGE ACADÉMIQUE ENTRE
L'UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM), BRÉSIL,
ET ECOLE NATIONALE SUPERIEURE DE
CHIMIE DE RENNES (ENSCR)**

Préambule

L'Université Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, dont le siège est situé à Rodovia MGT 367, km 583, nº 5000, Alto da Jacuba, à Diamantina, dans l'état du Minas Gerais, au Brésil, représentée par son recteur, le professeur Dr. Heron Laiber Bonadiman, désormais dénommée UFVJM; et

L'Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes sise à 11 Allée de Beaulieu, 35708 Rennes, France, représentée par sa directrice, Prof. Audrey Soric, désormais dénommée "ENSCR", décident de signer le présent accord conformément aux dispositions légales en vigueur :

Première Clause - L'objectif

Le présent accord a pour objectif de promouvoir l'échange académique d'étudiants du premier et du deuxième cycle, ainsi que l'échange d'enseignants, de personnel administratif et de chercheurs.

Premier paragraphe : *Tous les aspects régissant cet échange obéissent au principe de réciprocité.*

Deuxième paragraphe : *Afin d'atteindre l'objectif convenu, les parties se conformeront au plan de travail ci-joint, établi conformément aux dispositions de la législation en vigueur.*

Deuxième Clause – Les échanges académiques

1. Les deux institutions conviennent de promouvoir des échanges académiques d'une durée d'un (1) ou deux (2) semestres, au cours desquels l'étudiant participant à l'échange réalisera les activités prévues dans le plan de travail proposé pour la période académique.

2. Initialement, l'échange concernera un maximum de [2] étudiants par établissement et par an et pourra avoir lieu pendant n'importe quel période académique.

3. Chaque année, les participants définiront les aspects de l'échange pour l'année suivante, tels que les domaines,

cursos, período acadêmico em que se realizará o intercâmbio, etc.

4. Ao negociar o número de vagas para o ano seguinte, as instituições buscarão manter um equilíbrio razoável entre o número de estudantes recebidos e enviados por cada uma, sendo que desequilíbrios de anos anteriores serão considerados.

5. Os candidatos serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios desta, mas considerando, também, as exigências e recomendações indicadas por escrito e com razoável antecedência pela instituição anfitriã.

6. Os estudantes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem. Essas taxas não serão cobradas na instituição anfitriã.

7. O pagamento de cursos de extensão, classes extras e qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade própria de cada estudante intercambista.

8. Os estudantes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos existentes na instituição anfitriã.

9. A instituição anfitriã, por meio do seu respectivo Órgão de Relações Internacionais, dará apoio aos estudantes do intercâmbio, nos termos definidos por cada órgão.

10. Os estudantes serão responsáveis pelo pagamento dos alugueis e taxas referentes à sua hospedagem, alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência, salvo quando houver, de maneira recíproca, disponibilidade orçamentária para custeio de despesas específicas, como alimentação e moradia.

11. Os estudantes deverão ter um seguro-saúde com cobertura ampla válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação deste seguro será dos próprios estudantes.

12. Os estudantes deverão ter o visto apropriado, válido por todo o período de estudos no país anfitrião. A obtenção do visto é de responsabilidade do estudante,

les cours, la période académique au cours de laquelle l'échange aura lieu, etc.

4. Lors de la négociation du nombre de places par année, les institutions s'efforceront de maintenir un équilibre entre le nombre d'étudiants reçus et envoyés par chacune d'elles, et les déséquilibres des années précédentes seront pris en compte.

5. Les candidats seront sélectionnés dans leur institution d'origine selon les critères, mais aussi en tenant compte des exigences et des recommandations indiquées par écrit et raisonnablement à l'avance par l'institution d'accueil.

6. Les étudiants doivent payer tous les frais d'inscription et de scolarité dans leur institution d'origine. Ces frais ne seront pas facturés dans l'institution d'accueil.

7. Le paiement des cours d'extension, des cours supplémentaires et de toute autre activité qui n'est pas un cours régulier offert par l'institution d'accueil est à la charge des étudiants.

8. Les étudiants doivent respecter les règlements et autres procédures académiques en vigueur dans l'institution d'accueil.

9. L'institution d'accueil, par l'intermédiaire de son organe des relations internationales, soutiendra les étudiants participant à l'échange académique, selon les modalités définies par chaque organe.

10. Les étudiants sont tenus de payer le loyer et les frais alimentaires, ainsi que les frais de voyage et autres frais de subsistance, à moins qu'un budget réciproque ne soit disponible pour couvrir des dépenses spécifiques, telles que l'alimentation et le loyer.

11. Les étudiants doivent disposer d'une assurance médicale complète valable pour la durée de leurs études dans le pays d'accueil. Les étudiants sont responsables de la souscription de cette assurance.

12. Les étudiants doivent avoir le visa approprié, valide pour toute la durée de leurs études dans le pays d'accueil. L'obtention du visa est de la responsabilité de l'étudiant,

devendo o Órgão de Relações Internacionais de cada instituição prestar orientações aos estudantes.

Cláusula Terceira - Do Intercâmbio de Docentes, Técnico-administrativos e Pesquisadores

1. O intercâmbio de docentes, técnico-administrativos e pesquisadores tem o propósito de fortalecer o compartilhamento de conhecimento tanto teórico como prático nas áreas de estudo que as partes acordarem.

2. Caso ambas as instituições concordem em realizar o intercâmbio de um ou mais docentes, técnico-administrativos ou pesquisadores, tal intercâmbio será realizado conforme Plano de Trabalho específico, definido de comum acordo entre as instituições, contendo atividades, período, financiamento, coordenação, etc. A duração de tais visitas não deverá exceder 01 (um) ano acadêmico.

3. Em todo caso, o intercâmbio de docentes, técnico-administrativos e pesquisadores não afetará o seu vínculo legal ou empregatício com a instituição de origem. Na instituição anfitriã, eles serão considerados meros visitantes, sendo que a instituição anfitriã não assumirá qualquer responsabilidade legal relacionada a seus salários, contribuições à seguridade social ou pagamento de tributos.

4. Os candidatos serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios desta, mas considerando, também, as exigências e recomendações indicadas por escrito e com razoável antecedência pela instituição anfitriã.

5. Cada instituição deve promover esforços junto aos organismos de fomento para arrecadar fundos para o financiamento dos projetos de cooperação.

6. Os participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes a sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, salvo quando houver, de maneira recíproca ou não, disponibilidade orçamentária para custeio de despesas específicas, como alimentação e moradia.

7. A instituição anfitriã, por meio do seu respectivo Órgão de Relações Internacionais, dará apoio aos docentes, técnico-administrativos e pesquisadores nos termos definidos por cada órgão.

et le service des relations internationales de chaque institution doit fournir des orientations aux étudiants.

Troisième Clause - L'échange de personnel enseignant, administratifs et chercheurs

1. *L'échange de personnel enseignant, administratif et de chercheur vise à renforcer le partage de connaissances à la fois théoriques et pratiques dans les domaines d'étude convenus par les parties concernées.*

2. *Si les deux institutions conviennent de réaliser l'échange académique d'un ou plusieurs enseignants, membres du personnel administratifs et chercheurs, cet échange sera réalisé selon un Plan de Travail spécifique, défini d'un commun accord entre les institutions, comprenant des activités, période, financement, coordination, etc. La durée de ces visites ne devra pas excéder 01 (un) année académique.*

3. *En aucun cas, l'échange de professeurs, de personnels administratifs et de chercheurs n'affectera pas leur lien légal avec l'institution d'origine. À l'institution d'accueil, ils seront considérés comme de simples visiteurs, et l'institution d'accueil ne prendra aucune responsabilité légale concernant leurs salaires, leurs cotisations de sécurité sociale ou le paiement des impôts.*

4. *Les candidats seront sélectionnés dans leur institution d'origine selon ses critères, mais en tenant également compte des exigences et recommandations écrites transmises avec un préavis raisonnable par l'institution d'accueil.*

5. *Chaque institution doit s'efforcer de collecter des fonds auprès des organismes de financement pour financer les projets de coopération*

6. *Les participants seront responsables du paiement de leur loyer et des frais liés à leur logement, ainsi que de leurs frais de déplacement et de subsistance, sauf s'il existe, réciproquement ou non, disponibilité budgétaire pour couvrir des dépenses spécifiques telles que l'alimentation et le logement.*

7. *L'institution d'accueil, par l'intermédiaire de son bureau des relations internationales, apportera son soutien aux enseignants, au personnel administratif et*

aux chercheurs selon les modalités définies par chaque organe.

8. Os participantes devem ter seguro-saúde com cobertura ampla válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será dos próprios docentes e pesquisadores.

9. Os docentes, técnico-administrativos e pesquisadores devem ter visto válido pelo período de estadia no país anfitrião.

Cláusula Quarta - Das Atividades Adicionais

A ENSCR e a UFVJM poderão negociar, em instrumentos jurídicos específicos, atividades adicionais ao intercâmbio, tais como a realização de projetos de pesquisa científica, palestras e seminários.

Cláusula Quinta – Da Não Discriminação

A instituição anfitriã não indeferirá a participação no programa, ou discriminará estudantes, docentes, técnico-administrativos ou pesquisadores com base em sua raça, cor, idade, religião, origem nacional, sexo, orientação sexual, credo, necessidade especial, ou qualquer outro fator proibido pela Lei do país da referida instituição.

Parágrafo único: Ambas as instituições declaram dispor de meios para receber indivíduos com necessidades especiais (acomodações, acessos às salas de aula, etc.). No entanto, dependendo da natureza da deficiência, algumas infraestruturas podem não ser adequadas. Portanto, a UFVJM e a ENSCR aconselham candidatos com necessidades especiais a prestar tanta informação quanto possível sobre a sua debilidade, e com razoável antecedência, para que as participes avaliem a viabilidade do intercâmbio.

8. Les participants doivent disposer d'une assurance médicale complète valable pour la durée de leur séjour dans le pays d'accueil. Les enseignants et les chercheurs sont responsables de la souscription de l'assurance.

9. Les enseignants, le personnel administratif et les chercheurs doivent avoir un visa valide pour la durée de leur séjour dans le pays d'accueil.

Quatrième Clause - Des activités complémentaires

ENSCR et l'UFVJM peuvent négocier, dans le cadre d'instruments juridiques spécifiques, des activités d'échange supplémentaires, telles que la réalisation de projets de recherche scientifique, de conférences et de séminaires.

Cinquième Clause – De la non-discrimination

L'institution d'accueil ne refusera pas la participation au programme ni ne discriminera les étudiants, enseignants, personnel administratif ou chercheurs en raison de leur race, couleur, âge, religion, origine nationale, sexe, orientation sexuelle, croyance, besoins particuliers ou de tout autre facteur interdit par la loi du pays de l'établissement.

Paragraphe unique : *Les deux institutions déclarent disposer de moyens pour accueillir des individus ayant des besoins spéciaux (hébergement, accès aux salles de classe, etc.). Cependant, selon la nature du handicap, certaines infrastructures peuvent ne pas être adaptées. Par conséquent, l'UFVJM et ENSCR conseillent aux candidats ayant des besoins particuliers de fournir autant d'informations que possible sur leur handicap, et ce raisonnablement à l'avance, afin que les participants puissent évaluer la faisabilité de l'échange.*

Cláusula Sexta - Da Responsabilidade Civil

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer docentes, estudantes, funcionários e/ou bolsistas que participem dos programas de intercâmbio; sejam esses: delitos, contravenções, acidentes, enfermidades de qualquer natureza ou óbito.

Parágrafo único: A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

Cláusula Sétima – Da Supervisão

As partes designarão seus respectivos Órgãos de Relações Internacionais como supervisores das atividades resultantes deste Convênio. Os resultados obtidos por meio dos trabalhos desenvolvidos em cada programa serão periodicamente submetidos à apreciação do Órgão de Relações Internacionais de cada Instituição.

Cláusula Oitava – Da Coordenação

No âmbito da UFVJM, a coordenação caberá à Diretoria de Relações Internacionais da instituição, e a um professor designado para tal.

No âmbito da ENSCR, a coordenação caberá ao Órgão de Relações Internacionais da instituição, e a um professor designado para tal.

Cláusula Nona – Da Vigência e Prorrogação

Este instrumento jurídico entrará em vigor a partir da data da sua assinatura e será válido por um período de 5 (cinco) anos, sendo necessário formalizar um termo aditivo para estender o período de sua vigência. Cabe à UFVJM demonstrar o interesse público em firmar a parceria, junto aos órgãos jurídicos pertinentes de seu país, antes da assinatura do convênio.

A expiração deste convênio não interromperá as atividades em andamento, incluindo os procedimentos para o intercâmbio de estudantes que já haviam sido selecionados pela instituição de origem para a mobilidade

Sixième Clause - De la responsabilité civile

L'institution d'accueil ne prendra aucune responsabilité civile, judiciaire ou extrajudiciaire concernant tout événement dommageable pouvant affecter les enseignants, étudiants, employés et/ou boursiers participant aux programmes d'échange, que ce soit des délits, des contraventions, des accidents, des maladies de toute nature ou des décès.

Paragraphe unique : *La responsabilité civile résultant d'infractions ou d'actes dommageables ou coupables pouvant être commis par des agents ou des employés de l'institution d'accueil n'est pas couverte par l'exclusion de responsabilité prévue au paragraphe précédent de cette clause.*

Septième Clause - De la supervision

Les parties désigneront leurs respectifs Organes de Relations Internationales comme superviseurs des activités découlant du présent accord. Les résultats obtenus à travers les travaux réalisés dans chaque programme seront périodiquement soumis à l'appréciation de l'Organe de Relations Internationales de chaque Institution.

Huitième Clause – De la coordination

Dans le cadre de l'UFVJM, la coordination sera assurée par la direction des relations internationales de l'institution et par un professeur désigné à cet effet.

Dans le cadre de ENSCR, la coordination sera assurée par la direction des relations internationales de l'institution et par un professeur désigné à cet effet.

Neuvième Clause – De la validité et prorogation

Le présent instrument juridique entrera en vigueur à partir de la date de sa signature et sera valide pour une période de 5 (cinq) ans, avec la nécessité de formaliser un terme additif pour prolonger sa durée. Il appartient à l'UFVJM de démontrer l'intérêt public de la signature du partenariat auprès des instances juridiques compétentes de son pays avant de signer l'accord.

L'expiration de cet accord n'interrompra pas les activités en cours, y compris les procédures d'échange d'étudiants déjà sélectionnés par leur établissement d'origine pour une mobilité dans l'autre établissement, avant son

na outra instituição, antes da expiração.

Cláusula Décima - Das Alterações

Este instrumento jurídico poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um termo aditivo por ambas as instituições.

Cláusula Décima Primeira – Dos Recursos Financeiros

O presente instrumento não acarretará transferências ou compromissos financeiros entre as partes, devendo cada instituição promover esforços no sentido de buscar recursos, junto aos órgãos de fomento, para financiamento dos programas, projetos e atividades de cooperação acordados pelas partes.

Parágrafo único – É vedada a indenização de um(uma) parte ao (à) outro (a), bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

Cláusula Décima Segunda – Da Denúncia e Rescisão

Este instrumento jurídico poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou rescindido, por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições. A denúncia ou rescisão deste convênio não interromperá as atividades em andamento, incluindo os procedimentos para o intercâmbio de estudantes que já haviam sido selecionados pela instituição de origem para a mobilidade na outra instituição, antes da denúncia ou rescisão.

Cláusula Décima Terceira - Da Publicidade

De acordo com a legislação brasileira, a UFVJM deve publicar um extrato do presente instrumento legal na Imprensa Oficial. Tal extrato deve conter os nomes de ambas as instituições, seus representantes, o objeto do convênio (como indicado na sua Cláusula Primeira) e o período de vigência. O referido extrato é publicado somente uma vez, não inclui quaisquer símbolos ou logomarcas, e não se refere a nenhum outro indivíduo ou entidade.

Cláusula Décima Quarta – Da Resolução de Conflitos e Foro

Questões que porventura surjam durante a vigência deste instrumento e que não possam ser dirimidas

expiração.

Dixième Clause - Des modifications

Ce document juridique pourra être modifié, à l'exception de son objet, par la formalisation d'un terme additif par les deux institutions.

Onzième Clause - Des ressources financières

Le présent instrument n'entraînera pas de transferts ou d'engagements financiers entre les parties, chaque institution s'engageant à rechercher des ressources auprès des organismes de financement pour le financement des programmes, projets et activités de coopération convenus entre les parties.

Paragraphe unique - *Il est interdit d'indemniser une partie envers une autre, ainsi que de transférer des ressources financières entre elles.*

Douzième Clause - De la dénonciation et résiliation

Ce document juridique peut être dénoncé à tout moment par l'une des parties, moyennant un préavis d'au moins 90 (quatre-vingt-dix) jours, ou résilié en cas de non-respect de l'une de ses clauses ou conditions. La dénonciation ou la résiliation de cet accord n'interrompra pas les activités en cours, y compris les procédures d'échange d'étudiants déjà sélectionnés par l'institution d'origine pour la mobilité dans l'autre institution, avant la dénonciation ou la résiliation.

Treizième Clause - De la publicité

Conformément à la législation brésilienne, l'UFVJM doit publier un extrait du présent accord dans la Presse Officielle. Cet extrait doit contenir les noms des deux institutions, leurs représentants, l'objet de l'accord (tel qu'indiqué dans la première clause) et période de validité. Ledit extrait est publié une seule fois, ne contient aucun symbole ou logo, et ne fait référence à aucune autre personne ou entité.

Quatorzième Clause - De la résolution des conflits et tribunal compétent

amigavelmente serão decididas por um conselho de arbitragem, composto por 3 (três) membros: 2 (dois) eleitos por cada instituição em separado, e 1 (um) por acordo mútuo das partes.

Parágrafo único – Subsidiariamente ao conselho de arbitragem, o foro competente poderá ser aquele das partes, nos casos em que isso for exigido pelas legislações nacionais de cada uma.

O presente instrumento jurídico será assinado em 2 (duas) vias bilingues, português e francês, de mesma forma e igual teor.

Les questions qui pourraient surgir pendant la durée du présent accord et qui ne peuvent pas être résolues à l'amiable seront tranchées par un tribunal d'arbitrage composé de 3 (trois) membres : 2 (deux) choisis séparément par chaque institution, et 1 (un) choisi d'un commun accord par les parties.

Paragraphe unique - En complément au tribunal d'arbitrage, le tribunal compétent peut être celui des parties, dans les cas où cela est exigé par les législations nationales de chacune d'elles.

Le présent accord sera signé en 2 (deux) exemplaires bilingues, en portugais et en français, de même forme et de même contenu.

Contatos

Para a Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes:

Dra. Audrey Soric
Diretora
Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes
11 allée de Beaulieu, CS 50837
35708 Rennes Cedex 7
Telefone: [redacted]
audrey.soric@ensc-rennes.fr
relations-internationales@ensc-rennes.fr
<https://www.ensc-rennes.fr/>

Para a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM):

Dra. Etel Rocha Vieira
Diretoria de Relações Internacionais - DRI
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000, Alto da Jacuba
39100-000 Diamantina/Minas Gerais, Brasil.
Telefone: +55 [redacted]
secretariadri@ufvjm.edu.br
<http://www.ufvjm.edu.br/dri/>

Contacts

Pour l'Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes :

Prof. Audrey Soric
Directrice
Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes
11 allée de Beaulieu, CS 50837
35708 Rennes Cedex 7
Téléphone: [redacted]
audrey.soric@ensc-rennes.fr
relations-internationales@ensc-rennes.fr
<https://www.ensc-rennes.fr/>

Pour l'Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM):

Dra. Etel Rocha Vieira
Direction des Relations Internacionales
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000, Alto da Jacuba
39100-000 Diamantina/Minas Gerais, Brasil.
Téléphone: +55 [redacted]
secretariadri@ufvjm.edu.br
<http://www.ufvjm.edu.br/dri/>

Diamantina


Rennes



Data: _____

Date: 5 février 2025

Professor Dr. Heron Laiber Bonadiman
Reitor
UFVJM


Professeure Audrey Soric
Directrice
ENSCR





PLANO DE TRABALHO

Anexo ao Convênio de Intercâmbio entre a
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri (UFVJM) e A Ecole Nationale Supérieure de
Chimie de Rennes (ENSCR)

1. Introdução

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes (ENSCR) têm um potencial estabelecido em educação superior e em pesquisa. Nesse sentido, a cooperação poderá trazer bons resultados para ambas as instituições.

A experiência acadêmica internacional para alunos de graduação e de pós-graduação proporcionará aos estudantes uma formação acadêmica complementar, além de ampliar suas perspectivas profissionais. A experiência internacional para docentes, técnico-administrativos e pesquisadores promove o desenvolvimento de relações interculturais e fortalece o conhecimento teórico e prático nas áreas de estudo acordadas.

2. Objetivo

Promover o intercâmbio de estudantes de graduação, pós-graduação, docentes, técnico-administrativos e pesquisadores de ambas as instituições.

3. Responsabilidades das instituições

Cada instituição será responsável por selecionar e orientar os estudantes que farão intercâmbio na Instituição parceira. Será responsável ainda, pela orientação aos estudantes oriundos da Instituição estrangeira.

4. Metas

- 4.1 Fortalecer o conhecimento teórico e prático nas áreas de estudo acordadas;
- 4.2 Promover o conhecimento cultural entre os dois países;
- 4.3 Estreitar os laços acadêmicos e culturais entre as duas instituições.

5. Área de Interesse

O intercâmbio discente será de caráter amplo nos níveis da graduação e da pós-graduação. No entanto, anualmente

PLAN DE TRAVAIL

Annexe à l'Accord De Coopération entre
L'Universidade Federal Dos Vales Do Jequitinhonha e
Mucuri (UFVJM) et l'Ecole Nationale Supérieure de
Chimie de Rennes (ENSCR)

1. Introduction

L'Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) et Ecole Nationale Supérieure de Chimie de Rennes (ENSCR) ont un potentiel établi en matière d'enseignement supérieur et de recherche. En ce sens, la coopération pourrait apporter de bons résultats aux deux institutions.

L'expérience académique internationale des étudiants de premier et de deuxième cycles supérieurs fournira une formation universitaire complémentaire et élargira leurs perspectives professionnelles. Pour les enseignants, le personnel administratif et les chercheurs, l'expérience internationale favorise le développement de relations interculturelles et renforce les connaissances théoriques et pratiques dans les domaines d'étude convenus.

2. Objectif

Promouvoir l'échange académique d'étudiants du premier cycle et du second cycles supérieurs, d'enseignants, de personnel administratif et de chercheurs des deux institutions.

3. Responsabilités des institutions

Chaque institution sera responsable de sélectionner et d'orienter les étudiants qui participeront à l'échange dans l'institution partenaire. Elle sera également chargée d'orienter les étudiants venant de l'institution étranger.

4. Objectifs

- 4.1 *Renforcer les connaissances théoriques et pratiques dans les domaines d'étude convenus ;*
- 4.2 *Promouvoir la compréhension culturelle entre les deux pays ;*
- 4.3 *Renforcer les liens académiques et culturels entre les deux institutions.*

5. Domaine d'intérêt

Les échanges d'étudiants seront de nature générale, au niveau du premier cycle et du second cycle supérieurs.

as instituições negociarão as condições do intercâmbio para o ano seguinte em aspectos como áreas, cursos, número de alunos, semestre do intercâmbio, etc.

Cependant, chaque année, les institutions négocieront les conditions de l'échange pour l'année suivante sur des aspects tels que les domaines, les cours, le nombre d'étudiants, le semestre de l'échange académique, etc.

6. Número de estudantes

O intercâmbio de estudantes poderá ser de até [2] alunos por instituição e por ano, ou conforme o combinado entre as Partícipes.

6. Nombre d'étudiants

L'échange académique peut aller jusqu'à 2 (deux) étudiants par institution et par an, ou comme convenu entre les parties.

Anualmente, estudantes da UFVJM e da ENSCR cumprirão 01 (um) ou 02 (dois) semestres de intercâmbio acadêmico na instituição parceira.

Chaque année, des étudiants de l'UFVJM et de ENSCR effectueront un (1) ou deux (2) semestres d'échange académique dans l'institution partenaire.

7. Estudantes da Pós-Graduação

De um modo geral, os estudantes de Pós-Graduação poderão frequentar cursos/disciplinas ou realizar pesquisa, desde que essas atividades tenham sido aprovadas pelo orientador, seguindo os critérios estabelecidos pelo Colegiado de Curso.

7. Étudiants du second cycle supérieur

En général, les étudiants du second cycle pourront suivre des cours/disciplines ou mener des recherches, sous réserve que ces activités soient approuvées par leur superviseur, conformément aux critères établis par le comité de programme.

8. Intercâmbio de Docentes, Técnico-administrativos e Pesquisadores

Membros de uma instituição poderão ser convidados a participar de atividades na outra instituição, tais como cursos, palestras, ensino, e/ou pesquisa de acordo com os interesses da instituição anfitriã. A duração normal de tais visitas não será maior que 01 (um) ano acadêmico.

8. Échange d'enseignants, personnels administratifs et chercheurs

Les membres d'une institution peuvent être invités à participer à des activités dans l'autre institution, telles que des cours, des conférences, de l'enseignement et/ou de la recherche, en fonction des intérêts de l'institution d'accueil. La durée normale de ces visites ne dépassera pas une année académique.

9. Período de Duração

O intercâmbio discente poderá ter início no semestre seguinte à assinatura do ajuste por ambas as partícipes, e poderá ser negociado até a data de vencimento do Convênio de Intercâmbio celebrado entre a UFVJM e a ENSCR. O seu encerramento não interromperá as atividades em andamento, nem prejudicará os compromissos já assumidos pelas partícipes.

9. Durée de l'échange académique

L'échange académique peut commencer au semestre suivant la signature de l'accord par les deux parties, et peut être négocié jusqu'à la date d'expiration de l'accord d'échange signé entre l'UFVJM et ENSCR. Sa clôture n'interrompra pas les activités en cours et n'aura pas d'impact sur les engagements déjà pris par les parties.

10. Coordenação

No âmbito da UFVJM, a coordenação caberá à Diretoria de Relações Internacionais da instituição, e a um professor designado para tal.

10. Coordination

Dans le cadre de l'UFVJM, la coordination sera assurée par la direction des relations internationales de l'institution et par un professeur désigné à cet effet.



No âmbito da ENSCR, a coordenação caberá ao Órgão de Relações Internacionais da instituição, e a um professor designado para tal.

Dans le cadre de ENSCR, la coordination sera assurée par la direction des relations internationales de l'institution et par un professeur désigné à cet effet.

11. Fontes de financiamento

Órgãos de fomentos de ambos os países e recursos desembolsados pelos próprios indivíduos em mobilidade.

11. Sources de financement

Les organes de financement dans les deux pays ainsi que les ressources financières apportées par les individus en mobilité eux-mêmes.



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Instituto de Ciência e Tecnologia - ICT

Direção Instituto de Ciência e Tecnologia - ICT

OFÍCIO Nº 116/2025/DIRECT/ICT

Diamantina, 14 de abril de 2025.

À Senhora,

Arlete Barbosa dos Reis

Docente do Curso de Engenharia Química

Instituto de Ciência e Tecnologia

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba

CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Assunto: ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM), BRASIL, E A ÉCOLE NATIONALE SUPÉRIEURE DE CHIMIE DE RENNES (ENSCR), FRANÇA.

Senhora Professora,

Venho por meio deste, manifestar a aprovação da Direção do Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) ao **ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM), BRASIL, E A ÉCOLE NATIONALE SUPÉRIEURE DE CHIMIE DE RENNES (ENSCR), FRANÇA**, considerando que esta parceria se justifica pela promoção da mobilidade acadêmica internacional em universidades francesas, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional desses alunos do ICT, nos moldes apresentados pelo documento 1734588 do processo SEI 23086.030038/2025-76. A Direção do Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) entende que essa parceria representa um incremento importante no aprendizado acadêmico para os seus estudantes e docentes, sendo portanto favorável no apoio da realização do convênio apresentado nesse processo.

Atenciosamente,

PAULO CÉSAR DE RESENDE ANDRADE

Diretor do Instituto de Ciência e Tecnologia -ICT



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar de Resende Andrade, Diretor (a)**, em 14/04/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1735066** e o código CRC **366CCBD9**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.030038/2025-76

SEI nº 1735066

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Reitoria
Diretora de Relações Internacionais

NOTA TÉCNICA Nº 4/2025/DRI/REITORIA

PROCESSO Nº 23086.030038/2025-76

INTERESSADO: DIRETORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. ASSUNTO

1.1. 1.1 Emissão de Nota Técnica sobre o acordo de intercâmbio acadêmico entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) e *École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes (ENSCR)* - França.

2. ANÁLISE

2.1. A Diretoria de Relações Internacionais da UFVJM tece os seguintes comentários a respeito da proposta de acordo de intercâmbio entre a UFVJM e *École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes*:

2.1.1. O objetivo do instrumento jurídico em tela é estabelecer os termos e condições para o intercâmbio acadêmico, bilateral, de discentes de graduação entre a UFVJM e a *École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes*, no âmbito do programa Capes/Brafitec.

2.1.2. Considerando que o Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014) tem como estratégias para o alcance das metas estabelecidas:

- consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
- fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
- promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão

e que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), prevê, em seu artigo 43, como finalidade da educação superior:

- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e a comunicação o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

e que o Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028 da UFVJM estabelece entre seus objetivos estratégicos a ampliação de parcerias e convênios com instituições internacionais e a promoção da mobilidade acadêmica internacional;

fica evidente que o acordo proposto é de interesse público.

2.1.3. A *École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes* possui oferta acadêmica em áreas de

conhecimento que abrangem e complementam aquelas existentes na UFVJM. Nesse sentido, a formalização dessa parceria contribuirá para o fortalecimento acadêmico e científico e para a capacitação de recursos humanos, além de fomentar a internacionalização da UFVJM. Portanto, a DRI ratifica a justificativa apresentada pela Profa. Arlete Barbosa dos Reis no documento 1734583.

2.1.4. Atestamos a veracidade das informações constantes nos autos, no que se refere à existência da instituição de cooperação acadêmica e científica, e as suas condições, como entidades dedicadas a promover a interlocução entre instituições de ensino superior e pesquisa, de honrar os deveres atribuídos a si por meio do presente instrumento jurídico.

3. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- 3.1. Projeto BRAITEC ProChimi e resultado de aprovação pelas Capes (1701306 e 1701309);
- 3.2. Decreto sobre funcionamento da ENSCR e respectiva tradução (1717139 e 1717204);
- 3.3. Decreto sobre credenciamento da ENSCR e respectiva tradução (1717186 e 1734172);
- 3.4. Regulamento interno ENCSR e respectiva tradução (1717191 e 1734372);
- 3.5. Decreto de nomeação do representante da ENSCR e respectiva tradução (1734571 e 1734573);
- 3.6. Minuta Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho (1734588).

4. CONCLUSÃO

4.1. Considerando os autos do processo e a presente nota técnica, esta diretoria recomenda, no que lhe cabe, o estabelecimento do acordo de intercâmbio entre a UFVJM e a *École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes*.

Diamantina, 22 de maio de 2025.

Etel Rocha Vieira

Coordenadora de Relações Internacionais



Documento assinado eletronicamente por **Etel Rocha Vieira, Coordenador(a)**, em 22/05/2025, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1768702** e o código CRC **54F0AFCB**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 65/2025/DCP/PROPLAN

Processo nº 23086.030038/2025-76

Interessado: Diretoria de Relações Internacionais

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares examinando os autos do Processo em epígrafe, resolve:

APROVAR a continuidade do processo de formalização do Convênio de Intercâmbio Acadêmico entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes (ENSCR) – França, com o objetivo de estabelecer os termos e condições para o intercâmbio bilateral de discentes de graduação no âmbito do programa Capes/Brafitec, sob coordenação da Professora Arlete Barbosa dos Reis.

Diamantina, data da assinatura eletrônica.

Heron Laiber Bonadiman

Reitor

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri



Documento assinado eletronicamente por **Heron Laiber Bonadiman, Reitor**, em 26/06/2025, às 22:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1799826** e o código CRC **AB3271CE**.

Referência: Processo nº 23086.030038/2025-76

SEI nº 1799826

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 66/2025/DCP/PROPLAN

Processo nº 23086.030038/2025-76

Interessado: Diretoria de Relações Internacionais

A DIRETORA DE CONVÊNIOS E PROJETOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, encaminha o presente processo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, para análise e deliberação quanto à formalização do **Convênio de Intercâmbio Acadêmico** entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a École Nationale Supérieure de Chimie de Rennes (ENSCR) – França.

Conforme exposto na Nota Técnica nº 4/2025/DRI/REITORIA (SEI nº 1768702), o referido convênio visa estabelecer os termos e condições para o intercâmbio bilateral de discentes de graduação, no âmbito do Programa Capes/Brafitec.

Caso este Conselho entenda pertinente, informamos que a servidora de referência para eventuais sessões, reuniões ou esclarecimentos adicionais é a Sra. Arlete Barbosa dos Reis, Coordenadora do Convênio (SEI nº 1734581), e-mail institucional: arlete.reis@ict.ufvjm.edu.br.

Assim, diante da relevância acadêmica e institucional, solicita-se a tramitação do processo junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, com posterior devolução a esta Diretoria.

Atenciosamente,

Me. Ícaro Gabriel Gomes de Souza

Administrador – CRA nº 19236

Contador – CRC nº 025825



Documento assinado eletronicamente por **Ícaro Gabriel Gomes de Souza, Administrador**, em 27/06/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1799829** e o código CRC **DE901379**.